

Para o Hugo, o meu filho, que tanto me tem ensinado

Agradeço

Aos colegas do Núcleo de PES de Leiria pelo convívio e pela amizade

Ao professor cooperante António Eusébio pelo acolhimento humano

Aos professores orientadores Mestre Juan Ambrosio e Professor Doutor

David Sampaio Barbosa pela confiança e pelas palavras de incentivo

Ao meu marido pelo apoio incondicional

Aos meus pais, à minha irmã e aos meus sobrinhos pelo carinho

Aos meus alunos, por serem uma fonte de inspiração

RESUMO

Partindo do conjunto de questões levantadas no decorrer da Prática de Ensino Supervisionada que desencadearam a presente indagação pedagógico-teológica – a indiferença dos alunos face ao sofrimento alheio e ao fenómeno religioso, procurou-se entender de que modo a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica pode contribuir para combater essa atitude. Após uma análise da evolução da liberdade religiosa ao longo dos séculos e um estudo sobre o posicionamento atual dos organismos nacionais e internacionais e da Igreja Católica, desenvolveu-se uma proposta pedagógica que consiste numa atualização do manual de 9.º ano com o intuito de levar os alunos a refletir sobre a questão da liberdade religiosa e da perseguição aos cristãos.

Palavras-chave: liberdade religiosa; perseguição religiosa; dignidade humana, EMRC.

ABSTRAT

Starting from the set of questions raised during the sessions of Supervised Teaching Practice, that triggered off this pedagogic-theological inquiry: the students indifference towards the suffering of others and the religious phenomenon, one tried to understand how can the Religious Education subject contribute to fight this attitude. After a careful analysis of the evolution of religious freedom throughout the centuries and a reflexion on the nowadays positioning of national and international organizations and the Catholic Church, a pedagogical proposal was developed that consists on an update of the 9th grade Students' Book, with the intent of leading students to think about the religious freedom issue and the prosecution of Christians.

Key words: religious freedom; prosecution of Christians; human dignity, EMRC.

ÍNDICE

SIGLÁRIO	8
INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTOS E OPORTUNIDADES DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA	15
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	15
1.1.1. Enquadramento histórico e local	15
1.1.2. Espaço físico	16
1.1.3. Princípios e valores do projeto educativo	17
1.1.4. População	20
1.1.5. Representação do religioso	21
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA	22
1.2.1. Dados gerais	22
1.2.2. Nível socioeconómico	23
1.2.3. Nível pedagógico	24
1.3. A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA	25
1.3.1. Relevância pedagógica da Unidade Letiva 1 do Programa de 9.º ano	25
1.3.2. A Lecionação	28
1.3.3. Contributo da PES para o meu percurso de docente	32
1.3.4. A Unidade Letiva 1: questões levantadas na Prática de Ensino Supervisionada	34
2. A LIBERDADE RELIGIOSA: PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA	37
2.1. DOS PRIMEIROS CRISTÃOS À CRISTANDADE	37
2.1.1. Os Primeiros Cristãos	37
2.1.2. Cristandade: um novo conceito de liberdade religiosa para os cristãos	43
2.2. DA REFORMA AO INÍCIO DO SÉCULO XX: TEMPOS CONTURBADOS PARA A IGREJA	45
2.2.1. A Reforma Protestante: um novo tipo de liberdade religiosa	45
2.2.2. O século das Luzes e o Liberalismo: a contestação à religião	48

2.2.3. Qual poderá ser a liberdade religiosa possível?	53
2.3. A LIBERDADE RELIGIOSA APÓS 1945	57
2.3.1. O Direito aprofunda novas compreensões na área do religioso	57
2.3.2 O Concílio Vaticano II e a liberdade religiosa	60
2.3.3. Movimentos e Instituições denunciadoras das ameaças à liberdade religiosa	67
2.3.4. A Fundação Ajuda à Igreja que Sofre singulariza-se em apoios e denúncias	70
3. A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: CONTRIBUTO DA DISCIPLINA DE EMRC NA ESCOLA E NA SOCIEDADE	76
3.1. EDUCAR PARA UMA CONSCIÊNCIA DE RESPEITO PELA LIBERDADE RELIGIOSA	76
3.1.1. Lugar da disciplina de EMRC na Escola	76
3.1.2. O desafio da EMRC em prol da liberdade religiosa.....	81
3.2. PROPOSTA PEDAGÓGICA	87
3.2.1. Sugestões para o manual	88
3.2.2. Primeira proposta de planificação de aula.....	95
3.2.3. Segunda proposta de planificação de aula.....	99
CONCLUSÃO	111
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXOS.....	129

SIGLÁRIO

AIS	Ajuda à Igreja que Sofre
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
ERE	Ensino Religioso Escolar
PES	Prática de Ensino Supervisionada
UL	Unidade Letiva

INTRODUÇÃO

“[Vós] sois bem-aventurados! Quando vos insultarem e perseguirem e disserem todo o mal contra vós, mentindo, por causa de mim”. (Mt 5, 11)

Em pleno século XXI, ainda nos deparamos com uma sociedade em que os direitos mais fundamentais da plena cidadania são menosprezados. Chegam-nos diariamente notícias de pessoas presas, torturadas ou mesmo assassinadas por questões relacionadas com a liberdade de expressão, reunião, entre outras. Os atentados que assolaram o Sri Lanka este ano demonstraram que a liberdade religiosa também está ameaçada. Em alguns países, é difícil ou mesmo impossível viver a sua fé livremente.

Muitos alunos não têm consciência desta realidade. Olham muitas vezes para a religião e as instituições eclesiais com indiferença ou mesmo desprezo, sem ter a mínima noção que ainda hoje algumas pessoas sofrem por testemunharem a mensagem de Cristo.

Enquanto educadores, sentimos que podemos desempenhar um papel valioso na construção de um mundo mais fraterno em que os direitos humanos sejam garantidos e em que todos possam praticar a sua religião livremente. Para isso, é necessário educar as novas gerações num espírito de respeito, solidariedade, justiça e dignidade.

A primeira unidade letiva (UL) do programa de EMRC do 9.º ano de escolaridade versa justamente a temática da dignidade da vida humana, referindo alguns atentados à mesma, entre eles a perseguição aos cristãos. Este assunto é abordado apenas num trecho do manual o que faz com que seja pouco explorado em contexto de sala de aula. Porém, consideramos que é uma problemática pertinente que merece ser objeto de uma reflexão mais aprofundada por parte dos discentes para que se opere uma mudança concreta nas atitudes e nos comportamentos.

É neste contexto que surge o presente Relatório de Prática de Ensino Supervisionada (PES) inserido no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em Educação Moral e Religiosa Católica, que decorreu na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo do Agrupamento de Escolas D. Dinis, em Leiria. A nossa experiência pedagógica, numa turma de 9.º ano de escolaridade, foi o ponto de partida para uma reflexão crítica sobre a questão da liberdade religiosa no âmbito da UL 1 intitulada a “Dignidade da Vida Humana”.

Assim, neste trabalho pretende-se refletir sobre a perseguição aos cristãos enquanto atentado à dignidade da vida humana porque como afirmou o Papa Francisco:

“os mártires de hoje são muitos mais em relação aos dos primeiros séculos. Quando lemos a história dos primeiros séculos, aqui, em Roma, lemos tanta crueldade com os cristãos; eu vos digo: hoje existe a mesma crueldade, em número superior, com os cristãos”¹.

Perante o objeto de estudo escolhido, colocam-se-nos várias questões que visam orientar o nosso itinerário de investigação científica e pedagógica: Em que medida a perseguição religiosa, particularmente a dirigida aos cristãos, constitui um atentado à dignidade da vida humana? Que importância representa no percurso dos alunos matriculados na disciplina de EMRC o conhecimento sobre esta realidade de ontem e de hoje? Que estratégias usar para consciencializar os alunos para esse tema?

Ao longo do trabalho, tentaremos encontrar respostas concretas a estas problemáticas, tendo sempre em atenção as especificidades da disciplina de EMRC enquanto contributo efetivo para um crescimento integral, coerente e harmonioso da pessoa humana. Pretendemos encontrar pistas pedagógicas que fomentem nos alunos competências que lhes permitam olhar atentamente para o mundo que os rodeia, analisá-lo à luz do Evangelho e do magistério de

¹ PAPA FRANCISCO, *Angelus*, 26 de dezembro de 2016. Disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco_angelus_20161226.html [Consultado a 25.06.2017].

forma a atuar em defesa dos direitos humanos, alicerçados no respeito, na igualdade e na dignidade de todos os membros da família humana.

De forma a atingir estes objetivos, tendo em conta o campo bibliográfico estabelecido e considerando as perguntas e os propósitos anteriormente destacados, o presente relatório estrutura-se em três capítulos, como a seguir se expõe.

Na primeira parte, iremos refletir sobre a prática letiva, no contexto da PES. Como tal, será apresentada uma caracterização da realidade da escola e do grupo-turma onde se concretizou a lecionação. Também será analisada a Unidade Letiva 1 que trabalhámos com eles e que servirá de referência para a resolução das questões levantadas no decorrer da PES.

Na segunda parte, abordaremos o conceito de liberdade religiosa e a sua evolução ao longo dos séculos, debruçando-nos sobre a história da Igreja desde o surgimento das primeiras comunidades cristãs até à atualidade. Examinaremos também alguns documentos do Direito nacional e internacional e do magistério da Igreja que incidem sobre a questão da liberdade religiosa. Por fim, faremos referência a instituições que denunciam as ameaças à prática livre da religião, entre elas a Fundação à Igreja que Sofre.

Na terceira e última parte, dedicar-nos-emos ao contributo da EMRC na escola e na sociedade, mais propriamente no campo da dignidade da vida humana. Tentaremos perceber as razões que justificam a inclusão da disciplina no currículo escolar, a sua natureza e o seu alcance na educação e formação dos jovens portugueses. Por fim, mostraremos de que forma a EMRC pode desempenhar um papel notável na educação pelo respeito da liberdade religiosa, uma problemática social a realçar nos nossos dias. Apresentaremos algumas propostas pedagógicas que poderão auxiliar o docente de EMRC a aprofundar a temática com os seus alunos.

Assim este trabalho quer demonstrar a importância de proporcionar, dentro da sala de aula e fora, momentos de reflexão que ajudem os alunos a olhar para o passado e o presente e

a estabelecer comparações, tendo sempre em vista os textos da Igreja e também a Sagrada Escritura.

1. CONTEXTOS E OPORTUNIDADES DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Este trabalho tem como ponto de partida a PES efetuada no segundo ano de Mestrado em Ciências Religiosas, no ano letivo 2016-2017. Assume-se numa perspetiva crítica e reflexiva sobre o nosso percurso académico, científico e profissional.

Após apresentar pormenorizadamente a escola e o grupo-turma, analisaremos a relevância pedagógica da UL 1 do programa de 9.º ano, ressaltando o seu contributo na formação integral do aluno. Demonstraremos de que forma a lecionação, no âmbito da PES, contribuiu para o nosso percurso de docente e levantou algumas questões pertinentes sobre os conteúdos programáticos e o processo de ensino-aprendizagem.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1.1.1. Enquadramento histórico e local

A Escola Básica 2, 3 D. Dinis, onde decorreu a PES, é a escola-sede do Agrupamento de Escolas D. Dinis, localizado na cidade de Leiria.

Constituído em 13 de junho de 2003, é formado pelos Jardins de Infância de Barosa, Capuchos e Guimarota, pelas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico Amarela, Arrabalde, Branca, Capuchos e Guimarota, situadas na zona urbana da freguesia de Leiria, pela Escola EB1 de Barosa, instalada na freguesia da Barosa e pela Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis (Escola-Sede).

A Escola-Sede situa-se mais exatamente na Rua Dr. João Soares e serve a população da União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e da União das freguesias de Marrazes e Barosa. Foi criada no dia 9 de setembro de 1968 com a designação de Escola Preparatória D. Dinis². Na época, funcionava no edifício do antigo Lyceu Rodrigues Lobo. Contava apenas com 8 salas de aula, 2 laboratórios, 2 salas de trabalhos manuais e um pequeno ginásio. Só mais tarde, no ano letivo 1984-1985, foi transferida para as atuais instalações.

Hoje, a escola denomina-se legalmente Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis. Foi mantido o mesmo patrono em homenagem ao rei que marcou incontestavelmente a história e cultura da região de Leiria³.

1.1.2. Espaço físico

A Escola-Sede tem uma área total 30 448 m², sendo constituída por seis blocos independentes: três Blocos (A, B e C) de salas de aula, um pequeno bloco (D) pré-fabricado com sala de aula, sala de estudo e reprografia, um bloco polivalente e um pavilhão gimnodesportivo. A totalidade de instalações perfaz 4 915,62 m² de área coberta.

A maioria das salas de aula tem porta para o exterior do bloco, por onde se faz a entrada dos alunos. Este modo de funcionamento evita a grande concentração de discentes em pequenos espaços fechados, como sucede nos corredores de muitas escolas com outro tipo de arquitetura. Este é um fator de promoção do ambiente calmo que se vive na escola.

² A Portaria nº 23600 de 9 de setembro de 1968 criou as escolas preparatórias do ensino secundário, denominando cada uma a partir de um patrono, conforme estava designado no Decreto nº 48572 do mesmo dia que aprovava o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.

³ Rei português nascido em Santarém, filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, D. Dinis subiu ao trono em 1279. Casou, três anos mais tarde, com Isabel de Aragão, também conhecida como a «Rainha Santa». Ficou conhecido como «O Lavrador», devido a uma série de medidas que tomou com vista à proteção da agricultura, da pesca e do comércio, direcionadas para o desenvolvimento das várias regiões, entre elas a de Leiria. Dando seguimento ao trabalho iniciado pelo seu pai no século XIII, D. Dinis intensificou a cultura de pinheiros na zona costeira. A madeira foi exportada ou usada para a construção naval, servindo assim os interesses comerciais e marítimos do reino.

Os blocos A, B e C são compostos por salas de aula, laboratórios e salas específicas para o ensino da Educação Visual e Educação Tecnológica, por exemplo. Todas as salas de aula estão equipadas com um computador e um projetor de vídeo. Permitem aos docentes tornar a transmissão de conhecimentos “mais interessantes e eficazes do que algumas palavras escritas no quadro” tal como refere Arends⁴.

No bloco polivalente funcionam as estruturas de gestão e administração, biblioteca/centro de recursos (1.º piso), sala de informática, salas de professores, gabinete de psicologia, gabinete de diretores de turma, sala de atendimento aos encarregados de educação, sala de educação musical, cozinha, refeitório, bufete e zona de convívio com uma dimensão considerável.

Por ser um lugar de encontro e convivência dos alunos e também dos docentes, este espaço (que poderíamos denominar de coração da escola) é o palco de numerosas exposições e campanhas de solidariedade dinamizadas pelos vários departamentos curriculares e pelos diversos clubes que os alunos têm à sua disposição para enriquecimento curricular. Está consequentemente em constante transformação, demonstrando assim o dinamismo que anima a escola, mas também os valores que pretende promover junto da comunidade educativa: respeito, cidadania, responsabilidade, empenho, tolerância e solidariedade⁵.

1.1.3. Princípios e valores do projeto educativo

O projeto educativo é “o elemento estrutural fundamental da prática de cada escola”⁶. Consagra a sua orientação educativa, por isso está impregnado do seu ideário fundador e da

⁴ R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, Mc Graw Hill, Lisboa, 2008, 19.

⁵ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Escola para a Vida. Projeto Educativo 2016-2019*, 5.

⁶ R. QUEIROZ E MELO, “O novo estatuto do ensino particular e cooperativo: um novo paradigma de autonomia e regulação”, *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público* 1 (2014), 67. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2014000200003&lng=pt&nrm=iso [Consultado a 15.05.2017].

comunidade que nela se constrói, tendo sempre como referência as políticas educativas em vigor. Esse documento, que se deve traduzir em ações concretas, estabelece metas e objetivos a atingir em prol de um desenvolvimento global dos alunos.

O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas D. Dinis foi aprovado para o triénio de 2016-2019. O seu tema aglutinador é promover uma “Escola para a vida”, onde cada criança/aluno encontre condições para o seu crescimento harmonioso e desenvolva plenamente as suas potencialidades⁷.

Nesse sentido, este Projeto aponta para uma missão principal:

“formar cidadãos responsáveis e resilientes, dotando-os das competências, conhecimentos e valores necessários ao sucesso pessoal e profissional, com vista à sua integração na vida ativa numa sociedade, justa, feliz, sustentável e em constante evolução, num mundo globalizado, onde seja valorizado o respeito pela dignidade humana”⁸.

Propõe-se ser um Agrupamento de referência que:

- a) Propicie uma cultura de inclusão;
- b) Prepare alunos para o futuro;
- c) Forme jovens conscientes dos seus deveres;
- d) Diversifique a oferta educativa, para chegar aos diferentes públicos;
- e) Fomente a criatividade, a autonomia, o gosto pelo conhecimento, a disciplina;
- f) Valorize a solidariedade e o espírito de cooperação;
- g) Preserve e melhorar o espaço, as instalações e a qualidade do serviço educativo⁹.

Importa referir que o Agrupamento oferece aos alunos e à comunidade variadíssimos percursos educativos: cursos de educação e formação, turmas de percurso curricular alternativo e de ensino articulado (em parceria com o Orfeão de Leiria), valências de

⁷ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Escola para a Vida. Projeto Educativo 2016-2019*, 6.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Projeto Curricular* - Revisto a 14 de fevereiro de 2017, 4.

formação de adultos no âmbito do ensino prisional e ensino do Português para residentes de nacionalidade estrangeira.

Através da diversidade da oferta educativa que disponibiliza, percebe-se que esta escola valoriza o meio em que está inserida e também as características individuais dos alunos, com vista à promoção do seu sucesso escolar e pessoal. Para ajudar os que evidenciam mais dificuldades, foi implementado um Plano de Ação Estratégico que aplica medidas de promoção do sucesso escolar conforme o público a que se destina:

TAE – Turma de acolhimento a alunos estrangeiros;

AMAR – Apoio a alunos com problemas sócioemocionais (Agir para Melhorar as Aprendizagens e Resultados);

DAMA – Apoio a alunos com dificuldades cognitivas (Desenvolver Aptidões e Métodos de Aprendizagem)

UNIR – Apoio a alunos lusófonos;

PAR – Apoio a alunos com problemas comportamentais e disciplinares (Prevenir Antes de Remediar)¹⁰.

Estas medidas revelam uma pedagogia inclusiva e eclética do Agrupamento “que constitui uma vertente estratégica de ação, traduzida na igualdade de oportunidades proporcionadas a todos os discentes”¹¹, independentemente da sua nacionalidade, do seu meio socioeconómico ou das suas características físicas.

É uma escola de referência para a Educação Bilingue de alunos surdos, abrangendo todos os níveis de ensino do Agrupamento. Esses estão integrados em turmas de ouvintes e beneficiam de um ensino bilingue, graças à presença de um intérprete de Língua Gestual Portuguesa. De maneira a fomentar a inclusão desses discentes e o respeito pela diferença, foi

¹⁰ Cf. *Ibidem*, 10.

¹¹ AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Escola para a Vida. Projeto Educativo 2016-2019*, 5.

criado um clube de Língua Gestual Portuguesa que funciona semanalmente e acolhe um grande número de alunos.

Além deste clube, no ano letivo 2016-2017, a Escola D. Dinis propunha muitas outras atividades para garantir o desenvolvimento curricular dos alunos: desporto escolar, teatro, Clube das Artes, Clube Europa, Clube da Eficiência Energética, sem esquecer as Ciências Experimentais, a Robótica ou a Programação.

Os Encarregados de Educação também têm o seu “clube”, uma Escola de Pais que visa fortalecer a “parceria escola - família com vista ao sucesso e ao desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade”¹². Assim, com o intuito de dotar os pais/encarregados de educação de ferramentas para acompanhar cada vez melhor a vida escolar dos seus filhos, a Escola de Pais organiza regularmente sessões que versam temáticas variadas: Escola-família, disparidades de uma relação¹³; Internet segura; alimentação saudável, entre outras. Como referiu Richard Arends: “os alunos beneficiam quando os pais e outros membros da comunidade se envolvem na vida da escola”¹⁴.

1.1.4. População¹⁵

No ano letivo 2016-2017, a Escola Básica 2, 3 D. Dinis era constituída por 33 turmas com uma população total de 827 alunos. Dividiam-se da seguinte forma: no 2.º ciclo, cada ano tinha seis turmas, no 3.º ciclo, havia sete turmas em cada ano de escolaridade. Também existia uma turma de Educação e Formação de Adultos. No presente ano letivo, a distribuição das turmas continua igual.

¹² AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Projeto Curricular* - Revisto a 14 de fevereiro de 2017, 24.

¹³ Este foi o tema da sessão dinamizada pelo Professor Juan Ambrosio, a convite do núcleo de PES, no dia 06 de fevereiro de 2017.

¹⁴ R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, 109.

¹⁵ Os dados apresentados são tirados do documento *Escola para a Vida. Projeto Educativo 2016-2019*, 5.

O Agrupamento distingue-se por receber numerosas crianças abrangidas pelo Decreto-lei 54/2018, antigamente apelidadas de alunos com Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente (NEEP). Também recebe um número elevado de alunos de várias nacionalidades. No ano da PES, contavam-se 138 alunos (9,8%) de nacionalidade estrangeira, bem como alunos de Educação Itinerante¹⁶. É, portanto, uma escola multicultural e também multirreligiosa.

1.1.5. Representação do religioso

À luz dos dados estáticos do ano letivo 2016-2017 fornecidos pelo professor cooperante, é possível apresentar uma caracterização religiosa da Escola D. Dinis.

A maioria dos alunos era proveniente de famílias cristãs, principalmente de confissão católica, mas também ortodoxa (da Igreja Grega e da Igreja Russa) e evangélica. A percentagem de alunos com raízes no Islão era ínfima. Independentemente da sua religião, 54,4% dos alunos frequentavam a EMRC.

No 2.º ciclo, num total de 283 discentes, eram ao todo 178: 86 no 5.º ano e 92 no 6.º ano. A taxa de matrícula situava-se nos 63%. No 3.º ciclo, descia para menos de metade já que num total de 423 alunos, apenas 206 estavam matriculados. Ao analisar mais pormenorizadamente os números de cada nível de ensino, observámos uma grande irregularidade: 56% no 7.º ano, 40% no 8.º ano e 49% no 9.º ano.

Questionado sobre esta problemática, o professor cooperante explicou que as percentagens de inscrições talvez tenham sido influenciadas pelas constantes mudanças de docentes no último triénio. A disciplina de EMRC precisa, ainda mais do que as outras, de estabilidade. O professor cooperante tem procurado inverter essa situação através da adoção de novas estratégias, tais como a organização de visitas de estudo, e a construção de uma

¹⁶ Cf. *Ibidem*.

relação de maior proximidade com os alunos. Ao deambular pelos vários espaços da escola, eram visíveis os laços estreitos que uniam o professor cooperante e os alunos, bem como deste e dos restantes colegas, levando-nos a concluir que, como sugere Arends, a disciplina contribui para valorizar “o respeito e a tolerância pelas várias crenças religiosas”, assim como para “ensinar e discutir as ideias, crenças e tradições de várias religiões, desde que tal seja feito de forma justa, respeitosa e intelectualmente honesta”¹⁷.

Os dados estatísticos do ano 2018-2019 ilustram uma evolução positiva. No 2.º ciclo, a percentagem de inscritos em EMRC está igual ao nosso ano de PES enquanto que, no 3.º ciclo, se registou um aumento de 10%. Estes números demonstram que a disciplina precisa realmente de estabilidade do seu corpo docente.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

1.2.1. Dados gerais

Richard Arends citando Luft (1970) afirma que “as turmas podem parecer semelhantes à distância ou no papel, mas, na realidade, cada uma é tão única como uma impressão digital”¹⁸.

A turma na qual fomos desafiados a realizar a prática pedagógica era constituída por doze alunos da turma D do 9.º ano e uma aluna da turma F. Num total de treze alunos, contavam-se seis rapazes e sete raparigas. Em termos etários, a sua composição era homogénea já que a maioria tinha entre catorze e dezasseis anos. Todos os alunos eram de nacionalidade portuguesa à exceção de um que nasceu na Ucrânia. Aparentava estar bem integrado culturalmente. Dominava perfeitamente a língua portuguesa, não usufruindo por isso de nenhum apoio de Português Língua Não Materna.

¹⁷ R. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, 71.

¹⁸ *Ibidem*, 109.

Richard Arends defende que “compreender os alunos e a forma como estes aprendem em salas de aula diversificadas é um dos mais importantes desafios do ensino”¹⁹. Este autor propõe que se tenha em atenção os alunos com dificuldades e alunos sobredotados ou talentosos, as diferenças de cultura e etnia, com atenção especial à diversidade religiosa, as diferenças entre géneros e as disparidades sociais.

1.2.2. Nível socioeconómico

Os alunos residiam na União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes ou na União das freguesias de Marrazes e Barosa, inseridas na zona urbana de Leiria.

A maioria tinha um estatuto socioeconómico médio-alto. Muitos frequentavam atividades fora da escola: futebol, andebol, natação, pentatlo, entre outras.

No que diz respeito às habilitações académicas dos pais e encarregados de educação²⁰, 27% dos pais e 44% das mães concluíram o ensino secundário e 33% possuía um curso superior. É de notar que não há qualquer pai ou mãe sem escolaridade.

Quanto à estrutura profissional, as profissões dos pais e das mães eram muito variadas. Entre os pais, havia quatro empresários e dois motoristas de pesados, sendo os outros: técnico superior, auxiliar de justiça, procurador, trabalhador fabril, pedreiro, carpinteiro, polidor de quadros, mecânico, gestor de sinistros, diretor desportivo e diretor de operações. Entre as mães, três estavam desempregadas, duas eram advogadas, três administrativas e duas técnicas superiores. As restantes exerciam a profissão de cabeleireira, cozinheira, chefe de atendimento, empregada de balcão e consultora financeira. Havia ainda uma doméstica.

Todos estes indicadores revelaram que a maioria dos agregadores familiares não tinha dificuldades económicas. Apenas três alunos usufruíam do subsídio da Ação Social Escolar

¹⁹ *Ibidem*, 41.

²⁰ Não foi possível separar os dados correspondentes aos alunos de EMRC dos restantes, pelo que apresentamos os dados globais da turma do 9ºD.

que se concretiza na comparticipação do Estado na alimentação e na aquisição de material escolar e pretende contribuir para o sucesso escolar uma vez que a “pobreza está na base da maior parte dos fracassos na escola”²¹. É conveniente referir que, neste grupo-turma, uma aluna estava institucionalizada por falta de condições familiares e outra vivia com a avó.

1.2.3. Nível pedagógico

O grupo-turma era bastante heterogéneo. Alguns alunos mostraram-se muito mais motivados, participativos e interessados pelos conteúdos do que outros, sendo por vezes difícil captar a sua atenção por se distraírem com facilidade e conversarem com frequência. Foi necessário chamá-los várias vezes à atenção com o propósito de conseguir manter um ambiente de reflexão e estudo. Revelaram algumas dificuldades na participação oral devido à sua impulsividade, falta de atenção ou timidez.

A ausência de ligação entre eles esteve patente ao longo das aulas, embora as dinâmicas de grupo tenham contribuído para uma alteração, mesmo pouco notória, da situação. É ainda evidente o distanciamento entre alunos de sexo oposto. Sempre que lhes foi possível, constituíram grupos de trabalho homogéneos em relação ao sexo.

O professor cooperante informou-nos que, no ano letivo anterior, os alunos se mostraram pouco interessados nos conteúdos religiosos da disciplina, pouco comunicativos e alguns apáticos. Ao longo do ano, conforme se pode verificar nos relatórios das aulas esta atitude apática e desinteressada foi desaparecendo e os alunos começaram a manifestar algum interesse pelas aulas e a corresponder positivamente às atividades propostas.

Três alunos da turma apresentavam necessidades educativas especiais de carácter permanente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, tendo duas delas um Programa Educativo Individual (PEI). Num dos casos, além do défice cognitivo, havia défice

²¹ R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, 9.

moderado nas funções de temperamento e personalidade. No entanto, o PEI destas alunas não contemplava nenhuma medida para a EMRC. A terceira aluna apresentava um défice no domínio cognitivo e usufruía de um Currículo Específico Individual (CEI). Essas medidas de apoio (PEI e CEI) propiciam “uma política de equidade”²² em prol do sucesso escolar.

1.3. A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

1.3.1. Relevância pedagógica da Unidade Letiva 1 do Programa de 9.º ano

A escola é o “lugar privilegiado de promoção integral, mediante o encontro vivo e vital com o património cultural”²³.

Pelo facto de se orientar para “formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade”, a disciplina de EMRC ajuda a “amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida”²⁴.

O programa do 9.º ano está inteiramente ligado à questão da existência humana e da ética. Integra três unidades letivas: UL 1 “A Dignidade da Vida humana”, UL 2 “Deus, o Grande Mistério” e UL 3 “O Projeto de Vida”²⁵.

Ao analisar os conteúdos de cada unidade, notamos que o programa é entendido como uma caminhada de encontro com os outros (UL 1), enquanto pessoas dotadas de dignidade. Depois o aluno é convidado para um encontro pessoal com Deus (UL 2), origem da própria dignidade humana. Estes temas apresentam-se como determinantes para a consciência de si

²² *Ibidem*, 44.

²³ SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “A Escola Católica”, in *Educar na Escola: Documentos do Magistério para a Educação*, Paulinas, Prior Velho, 2007, 16.

²⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Educação Moral e Religiosa Católica - Um valioso contributo para a formação da personalidade”, *Pastoral Catequética* 5 (2006), 11.

²⁵ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Moscavide, 2014, 11.

mesmo e o crescimento da interioridade e espiritualidade (UL 3). Assim, a vida, enquanto dádiva de Deus e primordial direito humano, transforma-se num projeto pessoal ao serviço da comunidade.

Mais do que ajudar o aluno a saber o que fazer na vida, o programa de 9.º ano estimula uma reflexão mais profunda sobre o que fazer *da* vida. Atinge, portanto, os desígnios da EMRC que se propõe ser um “lugar privilegiado de desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir”²⁶.

As UL do programa de 9.º ano integram conhecimentos essenciais para que os alunos se possam tornar pessoas competentes e responsáveis, capazes de responder melhor às situações da vida e aos desafios do pensamento.

A UL1 – A Dignidade da Vida Humana – propõe uma reflexão sobre o valor da vida e a dignidade da vida humana. Tem uma relevância pedagógica importante já que incrementa a dimensão da interpretação ético-moral que envolve a cooperação e o compromisso crescentes de ajudar os outros e de construir uma sociedade baseada nos valores da solidariedade, do amor e da justiça. No dizer de Erikson, citado por Ana Palma, é na adolescência que o jovem desenvolve a “capacidade de perceção de sentimentos e emoções tanto em si próprio como nos outros, bem como a capacidade de adotar o ponto de vista de outrem”²⁷.

A situação mundial atual está marcada pela proliferação de atentados à dignidade humana. Constitui para os jovens um ponto de partida para a reflexão, desafiando-os a envolver-se mais na sociedade e a passar das intenções à práxis. Assim, a temática abordada na UL 1 adequa-se perfeitamente à faixa etária dos educandos do 9.º ano que têm entre os treze e catorze anos. Tem em conta o seu processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e

²⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Educação Moral e Religiosa Católica - Um valioso contributo para a formação da personalidade”, 15.

²⁷ A. PALMA, *Identidade vocacional na adolescência - Família, Escola, Género e Estatutos de Identidade* (Tese de Mestrado), Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2008, 19.

moral assim como os seus interesses. Com efeito, situam-se no estágio das operações formais em que começam “a pensar de forma abstrata e a ver possibilidades para além do aqui-e-agora”²⁸. São capazes de ter um pensamento alargado ao mundo das ideias. Conseguem pensar para além da realidade, desde que as atividades propostas em contexto de sala de aula sejam pensadas em adequação com as metas programáticas.

A UL 1 orienta-se conforme quatro metas curriculares: “E- Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo; L- Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé; M- Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano e Q- Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana.”²⁹.

Começa-se então por estudar a “vida como dádiva de Deus e primordial direito humano”, fazendo uma viagem por declarações de direitos e textos fundamentais de várias religiões. A posição da Igreja Católica é apresentada através do estudo de alguns trechos da encíclica *Evangelium Vitae* cuja mensagem central é: “A vida é sempre um bem” (34, 35).

De seguida, apresentam-se os testemunhos de Martin Luther King e Gianna Beretta que deram a sua vida pelos outros. Não podia obviamente deixar de haver uma referência a Jesus que entregou a sua vida em prol de uma verdade libertadora (Jo 10, 11.14-15). Esses exemplos de vida demonstram que apesar de a vida humana ser um valor primordial, não é um valor absoluto.

Após uma observação da conjuntura passada e presente, o aluno é estimulado a interpretá-la criticamente e a questionar-se sobre a situação de grupos minoritários ou “não produtivos”, focando as temáticas da discriminação, da xenofobia e dos preconceitos sociais e religiosos. Para esse efeito, faz-se uma breve incursão pela história do século XX ao abordar o

²⁸ C. SÁ DE CARVALHO, *Psicologia*, Curso Geral de Formação de Catequistas, SNEC, Lisboa 2004, 30.

²⁹ SNEC, *Programa de EMRC*, Edição de 2014, 94-97.

Nazismo, o Estalinismo e o Apartheid³⁰ que estabeleceram ideologias discriminatórias e foram responsáveis por alguns dos mais graves genocídios da História da Humanidade.

É importante explicar as implicações da dignidade da vida humana ao longo da vida do ser humano, quer na fase gestativa, adolescente, adulta ou velhice. Por isso, são trabalhadas as problemáticas do aborto e da eutanásia e é apresentada a perspetiva da Igreja Católica na defesa da vida.

O aluno é chamado a aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana. Não chegam os belos discursos para transformar a realidade, é indispensável defender a dignidade humana em situações concretas do quotidiano: na escola, no bairro, em associações de defesa da vida, entre outros locais.

Apesar da complexidade dos conteúdos, julgamos que a UL 1 “A Dignidade da Vida Humana” proporciona uma reflexão crítica que faz surgir várias perguntas: Qual é o meu valor enquanto pessoa? Como me relaciono com os outros? A dignidade de cada um é respeitada na minha turma, na minha escola, na minha comunidade, no país ou no mundo em geral?

Os temas abordados são exigentes e, por isso, foram um desafio para todos os elementos do núcleo de PES. O nosso objetivo era e continua a ser proporcionar aos alunos experiências significativas que os façam crescer intelectual, emocional e religiosamente.

1.3.2. A Lecionação

O grupo de estágio de 9.º ano era constituído por três professoras. Optou-se por repartir a lecionação da UL 1 da seguinte forma: Aulas 1 a 3 – Sandra Duarte; Aula 4 – Professor cooperante; Aulas 5 a 7 – Lucília Santos e Aulas 8 a 10 – Marta Brito.

³⁰ Essas temáticas também são estudadas no programa de História do 9.º ano. A disciplina de EMRC procura estabelecer um diálogo com outras disciplinas para familiarizar os alunos com grandes momentos históricos e ilustrar a sua importância na promulgação de documentos que protejam os direitos e deveres da pessoa humana.

Num primeiro passo, fizemos uma leitura hermenêutica dos conteúdos a versar à luz dos objetivos e das metas a atingir em cada unidade. O segundo passo pautou-se pela elaboração das planificações de nível 1, 2 e 3 em núcleo, baseando-se sempre no programa da disciplina de EMRC e no manual de 9.º ano. Esta etapa foi fulcral para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem já que um bom conhecimento do programa ajuda a “encaminhar e distribuir propostas de aprendizagem de acordo com as necessidades e os contextos pessoais e escolares dos alunos”³¹.

Relativamente à UL 1, aquando da elaboração da planificação de nível 3, decidimos dedicar-lhe 10 aulas do 1.º período como se verifica nas planificações apresentadas no Portefólio da PES, cuja versão digital é anexada a este Relatório³².

Optámos por iniciar o percurso de aprendizagem com a análise dos conceitos de dignidade e valor da pessoa humana. De seguida, estudámos declarações de direitos e também lemos trechos de documentos de várias religiões que ilustram o valor da vida. Procedemos depois à identificação de alguns atentados à dignidade humana e destacámos grupos que se encontram em situação de desvantagem social. Abordámos também o tema da fraternidade, através da Parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37). Por fim, refletimos sobre o aborto e a eutanásia para dar a conhecer o posicionamento da Igreja Católica em defesa da vida humana. Concluímos a UL com uma síntese global para consolidar os conteúdos e um momento de avaliação individual.

A planificação de nível 4 foi realizada individualmente, contando com a ajuda dos pares se necessária. Por estar grávida, fiquei responsável por lecionar as três primeiras aulas.

Na primeira aula³³, apliquei um teste diagnóstico para avaliar os conhecimentos gerais e transversais dos alunos. Os resultados revelaram a heterogeneidade do grupo-turma na

³¹ A. F. DOS SANTOS, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Apresentação*, Edição de 2014, VII.

³² Cf. Portefólio da PES (anexo digital), Gestão do Programa, 1:1-1:11.

³³ Cf. Anexo 1 deste documento - Planificação nível 4 da lição nº 2, 131-133.

participação oral e nos conhecimentos. Posteriormente, introduzi o tema da UL 1: “A dignidade da vida humana”, através de uma chuva de ideias, para clarificar o conceito de dignidade, tantas vezes referido nos jornais, nos noticiários e nas redes sociais. Apercebi-me rapidamente que os alunos tinham dificuldade em defini-lo. Em jeito de síntese, projetei um curto filme sobre a praxe no Brasil e mais particularmente o caso de um estudante chamado Filipe cuja dignidade tinha sido ultrajada. Por fim, concluí a aula com a dinâmica da nota que se encontra na página 9 do manual de 9.º ano. Expliquei que nós somos como esta nota de 50€, passamos por momentos difíceis, somos por vezes humilhados, maltratados, contudo continuamos a guardar o mesmo valor enquanto pessoa. Somos, portanto, únicos e a nossa vida é especial.

Na segunda aula³⁴, comecei por recapitular os conteúdos da aula anterior para depois introduzir um novo conteúdo programático: “A vida: dádiva de Deus e primordial direito humano”. Através da dinâmica dos dois embrulhos: um com um globo terrestre e o outro com a palavra “vida” transcrita numa folha de papel, expliquei que Deus deu aos seres humanos duas prendas. Cabia aos alunos identificá-las. Após esta atividade introdutória, coloquei numa mesa três objetos: uma mala de médico, uma agenda com a data de 10 de dezembro sublinhada e um cachecol da seleção portuguesa de futebol. Estes remetem para três documentos fundamentais em prol da dignidade da vida humana, respetivamente o Juramento de Hipócrates, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição da República Portuguesa. Para recapitular essa informação, projetei um *Powtoon* com os trechos de cada uma dessas declarações de direitos. Após isso, trabalhei com eles o valor da vida nas religiões. Usei para o efeito cinco objetos que remetiam para cinco religiões: judaísmo (kipá), cristianismo (terço), islamismo (Alcorão), budismo (estátua de Budá) e hinduísmo (estátua de elefante com uma pinta vermelha na testa). Numa primeira fase, pedi aos alunos que associassem cada um à religião correspondente. Numa segunda fase, projetei uma

³⁴ Cf. Anexo 2 deste documento - Planificação nível 4 da lição nº 3, 134-136.

apresentação em *Powtoon* com frases tiradas das páginas 14 e 15 do manual que aludem a cada religião. Queria mostrar aos alunos que apesar de algumas distinções, todas as religiões exaltam o valor da vida e da dignidade humana apelando ao respeito pela pessoa. Concluí a aula com um jogo em que os alunos tinham de associar a frase ao texto religioso ou o documento de direitos de que era oriunda.

Na terceira aula³⁵, recapitulei a matéria já dada através de uma apresentação em *Prezi*: o dom supremo da vida humana; a vida como dádiva de Deus e primordial direito humano. A finalidade era expor o caminho percorrido e o encadeamento dos conteúdos abordados. O último slide referia os atentados à dignidade humana, o tema que iríamos abordar na aula. Após indagar os alunos sobre os atentados que conheciam, propus-lhes um exercício de pares: encontrar em jornais de âmbito nacional notícias de atentados à dignidade da vida humana e em apresentá-las aos colegas. Foi uma tarefa interessante porque os alunos não estão habituados a ler jornais em formato papel. Examinámos as notícias seleccionadas e concluímos que os atentados continuam a ser atuais e que alguns grupos são mais propensos a serem vítimas, entre eles os idosos, as mulheres e as crianças. Em jeito de síntese, mostrei novamente o último slide da apresentação em *Prezi* e completámo-lo em conjunto. Acabava assim a primeira parte da minha PES. O resto da UL foi lecionado pelas minhas colegas³⁶.

Ao longo de todo o processo de planificação, procurámos abordar temas da atualidade que fossem próximos das suas vivências para haver um maior envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Seguimos, por conseguinte, um modelo de ensino-aprendizagem em que o discente é o corresponsável pelo seu percurso formativo, através da implementação de dinâmicas interativas e colaborativas. Apesar de alguma resistência no cumprimento de tarefas e regras, os alunos expressaram curiosidade em relação aos conteúdos abordados desde que as estratégias usadas se pautassem pelo dinamismo, criatividade e inovação. Optámos por

³⁵ Cf. Anexo 3 deste documento - Planificação nível 4 da lição nº 4, 137-138.

³⁶ Cf. Portefólio da PES (anexo digital), Gestão do Programa, 3:29-3:90.

utilizar diversas ferramentas digitais (vídeos, *Powtoon* e *Prezi*) para transmitir mais eficazmente os conhecimentos. Apesar disso, os alunos voltavam a assumir uma atitude de apatia com muita facilidade. Alguns revelaram pouco interesse e sobretudo uma atitude de gozo e desprezo face às temáticas versadas. Por vezes não foi fácil motivá-los para a aprendizagem dado que muitos estavam inscritos na disciplina de EMRC por obrigação dos pais. Por isso, em muitas situações, alguns questionaram os conteúdos lecionados, desafiando o professor estagiário relativamente à sua prática pedagógica.

Através de estratégias variadas, tentámos então fornecer aos discentes ferramentas que lhes permitissem habitar o mundo de modo construtivo, realçando sempre os valores do respeito, da solidariedade e da justiça. Sentimos que era indispensável trabalhar afincadamente essas competências já que muitos expressaram um certo alheamento relativamente ao bem-estar do outro, quer seja ele o seu colega de carteira, o seu vizinho ou pior ainda um desconhecido.

A PES veio confortar uma ideia que já tínhamos: os alunos têm muita dificuldade em aceder a uma compreensão do outro. É, por conseguinte, primordial construir aprendizagens que os ajudem a interpretar o mundo e a situação social circundante de uma perspetiva mais crítica. O docente de EMRC poderá incentivar os alunos a explorar as suas próprias ideias, para expressarem as suas interrogações, a fim de chegarem a uma tomada de posição pessoal³⁷.

1.3.3. Contributo da PES para o meu percurso de docente

As minhas expetativas relativamente à PES eram elevadas, sobretudo a nível da aquisição de competências pedagógicas.

³⁷ Cf. J. VAN DER VLOET, “Religião, Espiritualidade e Educação”, *Communio* 4 (2006), 419.

Nesse sentido, cada uma das minhas aulas foi planificada à luz do manual de 9.º ano e isso, apesar de os alunos não o possuírem. A colaboração com os pares na preparação das aulas foi sem dúvida enriquecedora. As suas sugestões relativamente aos materiais pedagógicos e à gestão do tempo foram fulcrais para melhorar o bom desenrolar de cada aula. Com efeito, uma “prática de ensino entregue ao acaso, é sempre improdutiva”³⁸.

Nas diversas aulas, tentei proporcionar aos alunos momentos que associassem aprendizagem, prazer e emoção através de atividades lúdico-pedagógicas já que “os professores eficazes têm repertórios diversificados e não estão limitados a um conjunto restrito de práticas”³⁹. Procurei fomentar nos alunos o gosto pela partilha, pela solidariedade, pelo respeito e pela liberdade.

Nesse sentido, tentei implementar uma aprendizagem cooperativa, através de debates e trabalhos de grupo, para fornecer aos alunos ferramentas que lhes ensinassem a “ouvir os outros, a falar de modo respeitoso, expressando o seu ponto de vista sem negar o dos outros” porque só assim serão construtores “de diálogo e reconciliação na sociedade”⁴⁰.

Penso que o meu desempenho em contexto de sala de aula evoluiu positivamente. Em determinadas situações, tive de repensar a planificação que estava “no papel” para conseguir chegar à síntese da aula. Sempre que necessário, chamei à atenção alguns alunos muito conversadores para proporcionar um ambiente propício à comunicação construtiva ou à reflexão. Por vezes, não foi fácil manter a calma e usar um tom adequado. A PES ensinou-me a controlar melhor as minhas emoções. O facto de ser observada pelo professor cooperante e também pelos pares pedagógicos concorreu sem dúvida para alcançar os objetivos que me tinha proposto inicialmente, nomeadamente no que diz respeito à minha forma de ser e estar em sala de aula.

³⁸ SNEC, *Programa de EMRC*, Edição de 2014, 159.

³⁹ R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, 23.

⁴⁰ PAPA FRANCISCO, *Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor*, Mensagem para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais, 17 de maio de 2015. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications.index.html#messages> [Consultado a 25.07.2017].

A partilha semanal de saberes, experiências e estratégias com os meus colegas e com o professor cooperante impulsionou um aprofundamento do trabalho reflexivo sobre o modo de ensinar e comprovou a importância da interação com o meio escolar e cultural. As reuniões semanais constituíram proveitosos momentos de análise e avaliação pessoal. Por vezes, não foi fácil ouvir os comentários dos pares, é preciso encará-los como críticas construtivas para aperfeiçoar a prática docente.

Há sem dúvida um antes e depois da PES. Posso afirmar que me sinto mais bem preparada, científica, pedagógica e pessoalmente para encarar a tarefa de ensinar. O perfil do professor aponta para alguém competente, que reflete sobre a sua prática e que atua sobre ela, reajustando o ensino às necessidades dos alunos. A PES constituiu, nesse sentido, uma ótima oportunidade de aprendizagem em via a um desempenho proficiente da função de docente de EMRC cuja ação educativa não se pode circunscrever apenas à sala de aula. Deve ser um rosto de Cristo em todas as suas ações, um protagonista ativo e empenhado no seio da escola em que leciona.

1.3.4. A Unidade Letiva 1: questões levantadas na Prática de Ensino Supervisionada

A PES não foi a minha primeira experiência pedagógica. Porém, permitiu-me confirmar uma observação que tenho vindo a fazer ao longo dos anos: muitos alunos são insensíveis face ao sofrimento dos outros ou a algumas problemáticas, entre elas a discriminação étnica ou religiosa.

Quando abordámos alguns atentados à dignidade da vida humana, os alunos da turma de PES revelaram, na sua generalidade, pouca maturidade. Não se conseguiam desligar de si próprios para ir ao encontro do outro. Esta insensibilidade explica-se em parte pelo facto de os adolescentes terem dificuldade em colocar-se numa situação diferente daquela que eles vivem

e experienciam no seu quotidiano. Manifestaram uma falta de empatia relativamente às pessoas que vivem situações penosas.

Este comportamento não é próprio apenas deste grupo-turma já que a sociedade atual se pauta pelo individualismo, egocentrismo e consumismo materialista, como sublinhou o Papa Francisco:

“debilitam os laços sociais, alimentando aquela mentalidade do «descartável» que induz ao desprezo e abandono dos mais fracos, daqueles que são considerados «inúteis». Assim, a convivência humana assemelha-se sempre mais a um mero *do ut des* pragmático e egoísta”⁴¹.

Além de alguma indiferença relativamente aos outros, notamos um certo desprezo face à religião e à Igreja Católica. Para muitos, o religioso não ocupa qualquer lugar na sua vida e é entendido como uma perda de tempo. Como notámos no âmbito da PES, e também na nossa prática letiva precedente, muitos alunos consideram o ensino religioso escolar (ERE) como uma obrigação e não como um direito estabelecido na DUDH. A maioria dos alunos estava inscrita na disciplina não por opção própria, mas, por escolha dos encarregados de educação. Era, por isso, vivida como uma obrigação tal como a catequese ou a celebração dominical. O alheamento do fenómeno religioso caracteriza uma grande parte do panorama escolar atual em Portugal e na Europa secularizada.

Face a essa atitude, surgiram-me várias questões: Como provocá-los e fazê-los sair do seu egoísmo? Como despertá-los para a importância do outro e simultaneamente do fenómeno religioso?

Ao folhear o manual de 9.º ano, deparei-me, na página 22, com uma referência muito sucinta à perseguição religiosa, uma temática raramente abordada em sala de aula apesar da sua importância.

⁴¹ PAPA FRANCISCO, *Fraternidade, fundamento e caminho para a paz*, Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 2014. Disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xlvi-giornata-mondiale-pace-2014.html [Consultado a 02.06.2017].

Ainda hoje, em muitos países, os direitos dos cristãos não são acautelados. Pessoas são marginalizadas, presas, torturadas ou mesmo assassinadas por professarem a fé cristã. Apesar disso, isto não tem lugar nos noticiários, nos jornais. Muito esporadicamente vêm à ribalta notícias sobre estas ocorrências. Os atentados brutais contra três igrejas cristãs que aconteceram na Páscoa de 2019 despertaram a opinião pública para a realidade dos cristãos perseguidos. Ninguém ficou indiferente ao seu sofrimento mas rapidamente o assunto foi esquecido o que é o apanágio da cultura da indiferença do mundo atual.

Levantar o véu sobre o sofrimento dos cristãos perseguidos e analisá-lo mais profundamente proporcionará aos alunos uma nova compreensão do outro. É necessário construir uma cultura do encontro que se contraponha à insensibilidade humana e ao individualismo e “restitua a cada pessoa a própria dignidade de filho de Deus, a dignidade de ser vivo”⁴² para que se possa “considerar o próximo, sem exceção, como um «outro eu»”⁴³.

Há pessoas que sofrem e dão a sua vida para testemunhar a presença de Deus no mundo. Daqui decorrem várias questões: Como consciencializar os alunos para a problemática da perseguição aos cristãos? De que forma as aulas de EMRC podem contribuir para o seu amadurecimento socio-religioso através dessa temática?

São estas as questões que pautarão a segunda parte deste trabalho onde se procura aprofundar a temática da liberdade religiosa e da perseguição aos cristãos ao longo dos séculos.

⁴² PAPA FRANCISCO, *Por uma cultura do encontro*, Meditações matutinas na santa missa celebrada na capela da casa santa marta, 13 de setembro de 2016. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160913_cultura-do-encontro.html [Consultado a 30.05. 2017].

⁴³ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo (Gaudium et Spes)*, 27, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1983.

2. A LIBERDADE RELIGIOSA: PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

A expressão “liberdade religiosa” é sobejamente usada pelos media. Porém, é um conceito complexo. O que significa? Terá tido sempre o mesmo significado ao longo dos séculos.

A noção de liberdade religiosa não é estática e imutável. Evoluiu ao longo da História da Humanidade conforme o surgimento de doutrinas políticas e de novas formas de religiosidade. Para definir a liberdade religiosa em relação ao cristianismo, é essencial fazer uma breve resenha histórica sobre a vida da comunidade cristã e da Igreja desde os seus primórdios até à atualidade já que o cristianismo cedo se deparou com esta problemática.

Segundo David Sampaio Barbosa, ao longo da História, os cristãos sentiram-se livres para expressar a sua fé publicamente. No entanto, começou a surgir um entendimento plural dessa mesma fé que levou a novas formulações doutrinárias e à reivindicação de modelos de liberdade diversificados⁴⁴.

2.1. DOS PRIMEIROS CRISTÃOS À CRISTANDADE

2.1.1. Os Primeiros Cristãos

Após a crucificação e morte de Jesus (33), os seus seguidores começaram a anunciar o Evangelho à sociedade judaica. A primeira comunidade cristã nasceu em Jerusalém.

Entre os anos 45 e 70, o cristianismo expandiu-se rapidamente pela bacia mediterrânica que estava sob domínio do Império Romano, caracterizado pelo seu politeísmo. O Novo

⁴⁴ Cf. D. SAMPAIO BARBOSA, “Evolução do conceito de liberdade religiosa”, in *Atas das V Jornadas de Direito Canónico*, Centro de Estudos de Direito Canónico [da] Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1997, 26-27.

Testamento atesta a existência de cristãos em Roma, Corinto, Éfeso, Filipos, Antioquia da Síria e muitas outras cidades romanas (At. 8, 26-39). Os judeus ou pagãos convertidos integravam comunidades através do batismo. Seguindo os ensinamentos de Jesus, celebravam a “partilha do pão” durante uma refeição. Todavia, existiam uma certa animosidade entre pagãos e judeus convertidos por estes se recusarem a partilhar a mesa com aqueles. Essa intolerância punha em questão a mensagem de universalidade de Jesus para quem as refeições eram um momento de encontro com o próximo.

Paulatinamente, o número de cristãos aumentou em todas as classes sociais. Lutavam em prol da autonomia da consciência e das convicções religiosas, indo de encontro à vivência monista da vida social, cultural, política e religiosa promovida pelos Romanos⁴⁵. Por isso, o cristianismo era visto como uma seita e uma “detestável superstição”⁴⁶, sendo os seus seguidores olhados pelo mundo romano com desconfiança e aversão.

Na *Carta a Diogneto*, o autor apresentava os cristãos como pessoas que “não se distinguem dos demais homens, nem pela pátria, nem pela língua, nem pelos costumes”⁴⁷ (V.1). “Obedecem às leis estabelecidas e superam as leis com as próprias vidas. Amam todos e por todos são perseguidos” (V. 10-11)⁴⁸. Os textos da época atestam uma certa hostilização já que eram muitas vezes acusados de ateísmo, incesto e antropomorfismo⁴⁹. Por isso, durante os dois primeiros séculos, sofreram perseguições esporádicas por parte do Império Romano sem, no entanto, existir qualquer tipo de legislação para sustentar tais ações. As perseguições circunscreviam-se a um local e a uma época. As mais conhecidas foram perpetradas por Nero (37-68), Trajano (98-117), Marco Aurélio (161-180) e Diocleciano (303-304).

⁴⁵ Cf. I. LAMELAS, “O cristão e a Res publica: lições da história mais antiga”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 16/17 (2012), 315.

⁴⁶ A. DONINI, *História do cristianismo: das origens a Justiniano*, Ed. 70, Lisboa, 1988, 170.

⁴⁷ *A Diogneto*, Alcalá, Lisboa, 2001, 51.

⁴⁸ *Ibidem*, 53.

⁴⁹ Cf. J. COMBY, *Para ler a História da Igreja – Das origens até ao século XV*, Perpétuo Socorro, Porto, 1988, 34-35.

Nos escritos de S. Paulo, lê-se: “De todos os lados somos pressionados, mas não desanimados; ficamos perplexos, mas não desesperados; somos perseguidos, mas não abandonados; abatidos, mas não destruídos” (2 Cor 4, 8-9).

Aquando do incêndio de Roma em 64, o imperador Nero incriminou os cristãos pela conturbada situação político-social em que estava o Império. “Denunciou-os como réus, infligindo-lhes suplícios pavorosos”⁵⁰. Os escritos de Tácito testemunham as torturas a que foram sujeitos:

“À condenação à morte juntou-se o escárnio. Muitos, cobertos com peles de animais, pereceram dilacerados pelas dentadas dos cães; outros, depois de terem sido crucificados, foram lançados às chamas, para que ardessem como tochas noturnas ao pôr do sol”⁵¹.

Foi nesse período que o apóstolo Paulo foi decapitado em Roma e Pedro crucificado.

No tempo de Trajano, uma carta de Plínio, O Moço (61-114) dá a conhecer as perseguições às pessoas que professam o cristianismo qualificado como uma “superstição despropositada e sem medida”⁵². O bispo de Antioquia, Inácio foi um dos mártires mais conhecido desta época. Preso no ano 110, foi transferido para Roma. Durante a viagem, escreveu sete cartas, endereçadas a várias Igrejas e a Policarpo, bispo da Igreja de Esmirna. Na Carta aos Romanos, as suas palavras mostram que “vê no martírio a máxima proximidade a Cristo”⁵³:

“Eu sou o trigo de Deus e sou moído pelos dentes das feras para ser apresentado como puro pão de Cristo... Para mim, é melhor morrer para ir ao encontro de Cristo do que reinar sobre as extremidades da terra. É a ele que procuro, ele que morreu por nós; é a ele que quero, ele que ressuscitou por nós”⁵⁴.

⁵⁰ A. DONINI, *História do cristianismo: das origens a Justiniano*, 170.

⁵¹ *Ibidem*, 170-171.

⁵² PLÍNIO O MOÇO, “Cartas” – Carta 96, in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milénio*, Secretariado Nacional de Liturgia, Fátima, 2015, 116.

⁵³ SAMPAIO BARBOSA, D., “O testemunho dos mártires ontem e hoje”, *Communio* 5 (1998), 423.

⁵⁴ J. LIÉBAERT, *Os Padres da Igreja: século I a IV*, Vol. 1, Ed. Loyola, São Paulo, 2004, 26.

No tempo do imperador Marco Aurelio (161-180), foram condenados em Roma vários cristãos, entre eles o apologista Justino e o bispo Policarpo. Em 177, na cidade francesa de Lião, rebentou um motim popular que levou à prisão, à tortura e execução de cerca de cinquenta cristãos⁵⁵. Após cada catástrofe natural ou crise política, como por exemplo ataques fronteiriços, os romanos atribuíam as culpas aos cristãos por acreditarem que eram eles os responsáveis pela quebra da *pax deorum* (“paz dos deuses”), um pacto mantido entre Roma e as suas divindades para proteger a *res publica*. O facto de os cristãos se recusarem a reconhecer e cultuar os deuses do panteão romano exacerbava ainda mais a ira popular.

No século III, surgiram os primeiros decretos anticristãos. A partir do ano 202, a conversão ao cristianismo foi proibida por lei. Em 235, o imperador Maximino (235-238) ordenou o assassinato dos membros do clero. Em 250, Décio (249-251) publicou um édito que obrigava todos os cidadãos a prestar culto aos deuses romanos e oferecer oferendas sob pena de tortura ou morte. O Imperador Valeriano (253-260) publicou dois éditos, em 257 e 258, para eliminar os bispos, sacerdotes e diáconos. Foi o caso de Cipriano, “primeiro bispo que na África conseguiu a coroa do martírio”⁵⁶, que foi julgado por Galério Máximo e o seu conselho. Após deliberação, este pronunciou a sentença, usando estas palavras:

“Viveste muito tempo segundo esta doutrina sacrílega e associaste muitos outros à tua seita nefasta, constituindo-te inimigo dos desuses romanos e dos seus cultos sagrados (...) Por isso, tendo sido reconhecido como autor e instigador dos piores crimes, servirás de exemplo àqueles que associaste ao teu delito: com o teu sangue será restabelecido o respeito pela lei”⁵⁷.

Em 257, foram proibidos o culto e as reuniões nos cemitérios. No ano subsequente, executaram os que se negaram a sacrificar aos deuses do panteão romano.

⁵⁵ Cf. EUSÉBIO DE CESAREIA, “História Eclesiástica” (Livro V, ITENS 1-63), in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, 331- 338.

⁵⁶ BENTO XVI, *Audiência geral*, 06 de junho de 2007. Disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070606.html [Consultado a 22.06.2017].

⁵⁷ “Actas dos Mártires - Martírio a Cipriano”, in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, 318.

Após este período conturbado, o imperador Galiano (253-268) publicou em 261 um édito de tolerância. Durante 40 anos, a Igreja viveu uma paz geral que contribuiu para a expansão da religião cristã por todo o Império.

Todavia, em 303 e 304, o imperador Diocleciano (284-305) desencadeou uma perseguição bastante violenta contra os cristãos, numa tentativa de restaurar a unidade estatal ameaçada, segundo ele, pela difusão do cristianismo. Ordenou, entre outras medidas, a demolição de igrejas, a destruição das cópias de livros sagrados e a morte das autoridades eclesiásticas; privou os cristãos dos cargos públicos e dos seus direitos civis; obrigou os sacrifícios aos deuses, sob pena de morte. A aplicação dos éditos variava de região para região consoante o governador.

O século IV assinalou uma viragem na história do cristianismo. Em 311, Galério Maximiano (305-311) promulgou um édito de tolerância que outorgou aos cristãos o direito de reunião desde que salvaguardada a ordem pública. Dois anos depois, o imperador Constantino (306-337) concedeu-lhes a liberdade de religião e de culto através do Édito de Milão⁵⁸, anulando explicitamente as leis contra os cristãos. Já não podiam ser inquietados ou molestados por praticarem o seu culto. Este documento restituiu à Igreja os edifícios de culto e os bens confiscados. Esta diretriz imperial retirava ao Estado o direito de impor uma confissão; fazia-se, pela primeira vez, a diferenciação entre as duas esferas. Era uma declaração solene de liberdade religiosa. Através dessas disposições legais, pretendia-se obter a benevolência da divindade em todas as formas em que se apresentasse, de acordo com o sincretismo que então praticava o imperador Constantino, o qual, apesar de favorecer a Igreja, continuou por algum tempo a prestar culto ao Sol Invicto.

Com a promulgação do Édito de Milão, todas as religiões passaram a estar em pé de igualdade. Porém, progressivamente, o cristianismo foi ganhando mais poder, sobretudo a

⁵⁸ O texto chegou até nós através de uma carta escrita em 313 aos governadores provinciais, que Eusébio de Cesareia e Lactâncio transcreveram nas suas obras: *História eclesiástica* e *De mortibus persecutorum*, respetivamente.

partir de 313. Esta nova forma de relacionamento entre a Igreja, a sociedade e o Estado fez surgir as expressões: “Igreja constantiniana” e “Império Cristão”. O imperador Constantino ajudou a construir igrejas. Concedeu privilégios ao clero. Ofereceu o palácio da sua segunda esposa Fausta aos bispos de Roma como residência episcopal. Tornou-se o protetor da Igreja. A legislação foi mesmo alterada e impregnada de valores cristãos como o ilustra um édito de 315 que ordenava que não fossem marcados a ferro o rosto dos criminosos “porque o homem é feito à imagem de Deus”⁵⁹. No mesmo ano, as moedas foram cunhadas com um sinal correspondentes às iniciais do nome de Cristo.

A partir do século IV, operou-se uma mudança de paradigma. Apenas a Igreja cristã usufruía de liberdade religiosa. Os cultos pagãos foram proibidos, os templos encerrados e os transgressores condenados à morte, em 356.

Pelo Édito de Tessalónica, de fevereiro de 380, o imperador do Oriente, Teodósio I (379-395), decretava o cristianismo como religião oficial, sendo imposta a toda a população. Foram abolidas todas as práticas politeístas dentro daquela zona do Império.

Assim, os quatro primeiros séculos da nossa era definiram-se por uma animosidade relativamente feroz contra as comunidades cristãs. Muitos seguidores de Cristo deram testemunho da sua fé, através do sofrimento e do martírio. Nessa mesma época, os Padres apologistas articularam um discurso sobre a natureza do cristianismo e a legitimidade de o poder professar. Tertuliano declarou:

“...pertence ao direito humano e à liberdade natural que cada pessoa possa adorar o que quiser; deve-se respeitar o sentimento religioso de cada um; não é sentimento religioso obrigar a seguir a religião, que deve ser aceite espontaneamente, e não com a força”⁶⁰.

⁵⁹ H. CHADWICK, *A Igreja primitiva*, Ulisseia, Lisboa, 1969, 138.

⁶⁰ Cf. D. SAMPAIO BARBOSA, “Evolução do conceito de liberdade religiosa”, in *Atas das V Jornadas de Direito Canónico*, Centro de Estudos de Direito Canónico [da] Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1997, 17.

Da mesma forma, Lactâncio disse: “... não pode haver força nem sevícias, porque a religião não pode ser forçada; para que haja vontade, requerem-se antes palavras que vergastadas”⁶¹.

2.1.2. Cristandade: um novo conceito de liberdade religiosa para os cristãos

A queda do Império Romano do Ocidente em 476 definiu o início da Idade Média⁶². Essa época caracterizou-se pela cristianização do espaço social europeu e pelo estabelecimento de ligações subtis entre a Igreja e o poder temporal. O Império Carolíngio⁶³ foi um dos grandes impulsionadores desse fenómeno. A sua queda em 888 e o seu consequente desmembramento fizeram com que a Igreja enfrentasse tempos conturbados marcados por ingerências do poder civil nos seus assuntos⁶⁴.

Nos séculos XI, XII e XIII, o cristianismo era a religião professada pela maioria da população europeia. Entrava-se numa nova fase a nível religioso conhecida por Cristandade. Segundo o historiador Marcel Pacaut, a Cristandade caracterizou-se pela consolidação de uma teocracia já que a Igreja cristã se comportava como o árbitro do mundo, intervindo frequentemente nos assuntos políticos⁶⁵. Legitimava e coroava os reis, procurando influenciar toda a vida política europeia. Tutelava o ensino que incluía a aprendizagem da Sagrada Escritura⁶⁶. Prestava também auxílio aos mais carenciados e aos enfermos.

O reforço do poder da Igreja foi acompanhado por uma intolerância e eliminação dos outros grupos religiosos, entre eles o judaísmo e o islamismo. Os seus seguidores eram

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Essa época subdivide-se em três momentos distintos: Alta Idade Média (aproximadamente século V a X); Idade Média Feudal ou Clássica (século X e o século XIII) e Baixa Idade Média (séculos XIV e XV).

⁶³ Designa o Reino Franco que ocupou a região da Europa central.

⁶⁴ Cf. J. MARQUES, “A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio”, *Revista da FLUP: História* 7 (1990), 12-13.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 10.

⁶⁶ Cf. D. NICHOLAS, *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999, 13-14.

considerados como hereges porque não abraçavam a religião única e verdadeira: o cristianismo. Não havia espaço para qualquer liberdade religiosa. Por conseguinte, os inimigos da fé em Cristo sofreram uma forte repressão por parte da Igreja. Na Península Ibérica, as comunidades judaicas foram obrigadas a converter-se ou, em caso de recusa, a exilar-se⁶⁷.

No Oriente, a Cristandade uniu-se para expulsar os Muçulmanos dos lugares santos e para prestar assistência às comunidades cristãs ameaçadas. O Papa Urbano II (1088-1099) organizou as primeiras expedições, que duraram até ao tardio século XVIII⁶⁸. A Igreja prometia a salvação da alma e o perdão dos pecados aos cruzados. As várias cruzadas contribuíram para a união da Cristandade e a confirmação do poder papal.

Contudo, no século XII, a Igreja enfrentou uma dissidência interna que se configurava em grupos heréticos⁶⁹, entre eles os Valdeses⁷⁰ e os Cátaros⁷¹. Foram os precursores do movimento da Reforma. Para restaurar o dogma cristão e a fé ortodoxa, a Igreja criou os tribunais da Inquisição a partir do século XIII.

Assim, durante esse período, a Igreja procurou expandir a sua influência através de uma política de intolerância e repressão face às outras crenças. Após ter sofrido perseguições, passou a manifestar um comportamento hostil, não respeitando a liberdade religiosa que advogava para Ela nos primórdios do cristianismo.

Os séculos seguintes foram agitados para a Igreja. O poder papal conheceu um acentuado declínio, resultado da guerra, da fome e da peste que se fizeram sentir nos séculos XIV e XV. Multiplicaram-se as contendas diplomáticas entre o poder temporal e o papado. A instituição cristã via o seu espaço de atuação limitado.

⁶⁷ Cf. A. J. SARAIVA, *Inquisição e Cristãos Novos*, Estampa, Lisboa, 1985, 33.

⁶⁸ Cf. J. RILEY-SMITH, *The atlas of the crusades*, Times Books, Londres, 1991, 21.

⁶⁹ Cf. L. CRISTIANI, *Brève Histoire des Hérésies*, Arthème Fayard, Paris, 1956, 54-58.

⁷⁰ Os valdenses, também conhecidos como Pobres de Lião, surgiram nesta cidade francesa. Este grupo de pregadores leigos foi fundado por Pedro Valdo (1140-1220) que renunciou à riqueza para viver na pobreza. Criticavam a atitude do clero que vivia na opulência e opinava sobre matérias religiosas. Por isso, o arcebispo de Lião proibiu-os de pregar, tornando-se também eles hereges.

⁷¹ Os Cátaros eram oriundos do sul da França. Professavam princípios maniqueus.

2.2. DA REFORMA AO INÍCIO DO SÉCULO XX: TEMPOS CONTURBADOS PARA A IGREJA

2.2.1. A Reforma Protestante: um novo tipo de liberdade religiosa

Até ao século XV, a Igreja era vista como o meio fundamental pelo qual Deus dispensava a Graça, ou seja, era o canal especial para a salvação. Essa certeza começou a ser contestada, pondo em questão a unidade e autoridade da Igreja. Este cenário agravou-se sobretudo após a deslocação, no século XIV, da sede papal de Roma para a cidade francesa de Avinhão onde permaneceu durante algumas décadas⁷².

O Cisma do Ocidente (1378-1417), que se caracterizou pela coexistência de dois Papas: um em Avinhão e outro em Roma, veio enfraquecer ainda mais o poder da Igreja.

Nesta altura, John Wycliff (1328-1384)⁷³ e Jan Huss (1369-1415)⁷⁴ questionaram as práticas e os abusos da Igreja e apelaram à necessidade de voltar à simplicidade da vida dos primeiros apóstolos. Estas contestações doutrinárias foram debatidas no Concílio de Constança (1414-1418) que procurava unir a Igreja em torno do seu chefe. Em 4 de maio de 1415, o Concílio condenou postumamente John Wycliff, como herege, e ordenou que o seu corpo fosse exumado e queimado. No mesmo ano, Jan Huss, foi levado à fogueira⁷⁵.

No século seguinte, emergiu um novo movimento de renovação da Igreja cristã que encetou com a publicação das 95 teses do frade agostiniano alemão Martinho Lutero (1483-1546), em 1517. Os núcleos doutrinários em debate eram: a justificação pela fé, o sacerdócio universal e a autoridade da Bíblia. Propôs uma maneira nova de viver o Evangelho e de

⁷² Cf. H. MILLET, “Qu’est-ce que la papauté avignonnaise?”, *Lusitânia Sacra* 22 (2010), 17-24.

⁷³ Em 4 de maio de 1415, o Concílio condenou-o postumamente, como herege, e ordenou que o seu corpo fosse exumado e queimado.

⁷⁴ Este teólogo revoltou-se contra os abusos do clero e do papado. Foi condenado e levado à fogueira durante o Concílio.

⁷⁵ Cf. J. COMBY, *Para ler a História da Igreja – Das origens até ao século XV*, 51.

conceber a Igreja que, segundo ele, deveria obediência ao príncipe⁷⁶. As teses de Lutero e as suas obras difundiram-se rapidamente. Por várias vezes, Lutero solicitou um Concílio universal; as suas tentativas de conversação com a Igreja foram infrutíferas e acabou por ser excomungado.

Se a Lutero importava a nova teologia, João Calvino (1509-1564), um outro reformador, propunha-se organizar uma nova Igreja. Para ele, a verdadeira Igreja, invisível, tornava-se visível na vida externa de acordo com as Escrituras, na pregação do Evangelho e na administração dos sacramentos, sem acrescentos humanos⁷⁷.

Ambos os reformadores se exprimiram contra a liberdade de opção religiosa. Colocaram as novas comunidades cristãs sob a autoridade de um príncipe ou de outra autoridade equiparada. Em consequência, os católicos a viver em países de maioria protestante sofreram hostilizações.

No Sacro Império Romano-Germânico, as lutas entre católicos e luteranos eram numerosas. Foram resolvidas graças à assinatura em 1555 do tratado de Paz de Augsburg que outorgava ao chefe de cada estado o poder de escolher a religião da sua nação, ficando a população obrigada a anuir essa preferência, ou, então a emigrar para outro país. A liberdade religiosa foi então concedida apenas aos príncipes e não aos seus súbditos⁷⁸.

Em França, também se multiplicaram os confrontos entre católicos e calvinistas franceses, apelidados de huguenotes. Culminaram no seu massacre na noite de São Bartolomeu, a 24 de agosto de 1572, em Paris. Essa hostilização cruenta contra os protestantes prolongou-se por vários meses e por todo o país.

Foi uma época de forte intolerância religiosa, havendo martírios e atos terríveis de parte a parte. A Igreja Católica apoiou as políticas de hostilização às minorias protestantes em

⁷⁶ Cf. M. F. CUNHA, *Reforma e Contra-Reforma*, Quimera, Lisboa, 2002, 32.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, 43-49.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 33-35.

vários estados que se tornaram o palco de graves tensões políticas e sociais originadas pelas dissensões religiosas.

Face ao movimento reformista, a Igreja Católica afirmou-se em torno de um processo que se concretizou no Concílio de Trento (1545-1564). Foi um momento crucial de redefinição e consolidação da sua identidade. A principal finalidade era restabelecer a unidade da fé. Procurou-se suprimir os múltiplos abusos e dar vigor aos antigos ideais, oferecendo um programa completo de renovação do clero e do povo. De certa forma, o Concílio assumiu as iniciativas privadas de reforma que já se encontravam em curso. A reforma tridentina condenou tudo o que julgava erro (ideias protestantes) em face do que achava ser verdade (dogma católico). Manteve-se como referencial até à realização do Concílio Vaticano II.

O Concílio de Trento não apaziguou as tensões religiosas na Europa. Em França, o rei Henrique IV promulgou em 1598 o Édito de Nantes que instituiu uma certa liberdade religiosa. Esta medida não foi bem aceite pelo Papa Clemente VIII que considerava a tolerância como um delito contra a verdade porque “quem cai pela segunda vez na heresia, deve ser imediatamente condenado à morte, para dar um exemplo eficaz. O bem da comunidade prevalece sobre o da pessoa”⁷⁹.

O édito sofreu alguns reveses no século XVII. No sul da França, François-Michel le Tellier, marquês de Louvois (1681-1685), organizou várias perseguições contra os protestantes, as chamadas Dragonadas⁸⁰. Em 1685, Luís XIV revogou o documento, obrigando muitos protestantes ao exílio. O Papa Inocêncio XI aprovou a medida, elogiando o “zelo verdadeiramente digno do rei cristianíssimo, assegurando-lhes recompensas celestes e gratidão por parte da Igreja”⁸¹, no entanto, condenou a cruel perseguição inaugurada pelo monarca francês contra os protestantes.

⁷⁹ G. MARTINA, *La chiesa nell'età dell'assolutismo del liberalismo del totalitarismo*, Morcelliana, Brescia, 1970, 293.

⁸⁰ Eram assim apelidadas por serem executadas pelos Dragões Reais.

⁸¹ G. MARTINA, *La chiesa nell'età dell'assolutismo del liberalismo del totalitarismo*, 314.

Pelo contrário, nos Estados alemães, reconheceu-se, pelo Tratado de Osnabrück (1648), que “os súbditos, dissidentes da fé do seu príncipe que não quisessem emigrar, deviam agora ser objeto de tolerância”⁸².

Assim, de um modo geral, na Europa, as minorias confessionais continuavam a ter sérias dificuldades em professar livremente a sua fé. Esta ausência de liberdade foi questionada por diversos pensadores da época.

2.2.2. O século das Luzes e o Liberalismo: a contestação à religião

O século XVII viu nascer o Iluminismo na Holanda e na Inglaterra com Locke e Newton. Era um movimento cultural e intelectual que apresentava uma nova forma de conceber o ser humano. Questionava a ideia comum que tudo se centralizava em Deus. Apregoava a liberdade religiosa, privilegiando particularmente as confissões protestantes e as minorias judaicas e condenando o autoritarismo da Igreja Católica. As ideias iluministas espalharam-se, pela Europa, no século seguinte, inspirando filósofos famosos como Voltaire (1694-1778) e Rousseau (1712-1778).

Os pensadores do Século das Luzes defendiam as liberdades individuais. Advogavam a liberdade de pensar e escolher a sua religião, por isso, as suas doutrinas eram vistas pela autoridade eclesiástica como uma ameaça ao seu poder.

Alguns ideais do Século das Luzes foram incorporados na Declaração de Direitos da Virgínia, de 12 de junho de 1776, que previa o “livre exercício de religião, de acordo com os ditames da sua consciência”⁸³. Foi então nos Estados Unidos de América, país fundado em parte por membros de minorias religiosas perseguidas, que surgiu um dos primeiros textos legislativos que garantiu a liberdade religiosa. Na 1.º Emenda à Constituição de 1791, os Pais

⁸² P. P. ADragão, *A Liberdade Religiosa e o Estado*, Almedina, Coimbra, 2002, 59.

⁸³ J. MIRANDA, *Textos históricos de Direito Constitucional*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1980, 31.

Fundadores asseguraram o livre exercício da religião e proibiram o governo de estabelecer uma religião de Estado ou dar preferência a qualquer grupo religioso.

No Velho Continente, a Revolução francesa trouxe ventos de mudança no plano político, social e religioso. Em agosto de 1789, foi promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que proclamava as liberdades e os direitos da pessoa a partir de um princípio básico e ele próprio revolucionário: todos os homens nascem livres e com direitos iguais. Assentava num ideal de âmbito universal que se sobrepunha aos interesses individuais. O artigo 10.º previa que “Ninguém deve ser incomodado por causa das suas opiniões, mesmo religiosas, se ao exprimi-las não perturba a ordem pública constituída pela lei.”⁸⁴ Esse novo regime político não prescindia da religião como fator de unidade nacional, todavia impunha à Igreja uma constituição civil que deveria ser acatada e jurada pelo clero. Extinguia, por conseguinte, o confessionalismo do Antigo Regime e proclamava que a soberania emana da nação e não de Deus.

Diante desses acontecimentos, o Papa Pio VI condenou no Breve *Quod Aliquantum* de 1791 o direito à liberdade, o que originou uma divisão no seio dos fiéis e do próprio clero:

“E esta liberdade absoluta que não só assegura o direito de não ser de modo nenhum inquietado pelas suas opiniões religiosas, mas concede ainda a licença de pensar, escrever e mesmo fazer imprimir impunemente em matéria de religião tudo o que pode sugerir a imaginação mais desregrada: direito monstruoso, que no entanto parece à assembleia resultar da igualdade e da liberdade naturais a todos os homens (...). Que há de mais contrário aos direitos de Deus criador do mundo que limitou a liberdade do homem pela criação do mal, que esta liberdade de pensamento e de acção que a Assembleia Nacional concede ao homem social como direito imprescritível da natureza?”⁸⁵

Esse conflito ideológico agudizou-se ao longo do século XIX com a expansão do Liberalismo que provocou mudanças significativas a nível social, cultural e religioso. O ideário liberalista assentava sobre a proclamação dos direitos inerentes à condição humana,

⁸⁴ M. SATURINO GOMES, “Liberdade religiosa: algumas questões”, *Didaskalia* 33 (2003), 258.

⁸⁵ A. LATREILLE, *L'Église Catholique et la Révolution Française*, vol. 1, Hachette, Paris, 1946-1950, 98.

mesmo no âmbito religioso. Cabia ao Estado proteger a liberdade de crença dos seus cidadãos e manter uma posição neutra no campo religioso, sem favorecer nenhuma instituição eclesiástica. Muitos desejavam uma separação maior entre a esfera temporal e religiosa e uma laicização das diferentes instituições de estado. Um aguerrido debate religioso opunha a tradição da Igreja Católica e a concretização dos ideais da Revolução francesa.

Em Portugal, a época do liberalismo, principiada com a revolução constitucional de 1820, introduziu mudanças profundas. A Constituição de 1822 estatuiu no seu artigo 19.º que um dos principais deveres do português é venerar a Religião⁸⁶, e acrescentava no artigo 25.º que a Religião da Nação Portuguesa é a católica, permitindo-se, contudo, aos estrangeiros o exercício particular do seu culto⁸⁷. Da mesma forma, no artigo 6.º da Carta Constitucional de 1826 pode ler-se:

“A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”⁸⁸.

Todavia, em 1834, com a revolução liberal, as ordens religiosas masculinas foram extintas e os seus bens vendidos pelo Estado. Segundo Manuel Clemente, “em toda a história portuguesa, a Igreja Católica não enfrentou maior dificuldade do que a trazida pelo liberalismo”⁸⁹.

Na Constituição de 1838, o artigo 11.º declarava que: “Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, contanto que respeite a do Estado”⁹⁰. No caso português, seria mais correto usar a expressão “tolerância religiosa” em detrimento de “liberdade religiosa”.

Sucedeu um processo moderno de secularização que procurava anular o “caráter mediador de tudo em relação ao sagrado fundamental, declarando que essa relação não existe;

⁸⁶ Cf. J. MIRANDA, *As constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*, Livraria Petrony, Lisboa, 1997, 33.

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 35.

⁸⁸ *Ibidem*, 105.

⁸⁹ M. CLEMENTE, *Igreja e sociedade portuguesa - Do Liberalismo à República*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2012, 34.

⁹⁰ J. MIRANDA, *As constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*, 168.

nos casos mais radicais, não existe precisamente porque não existe mesmo esse «sagrado» fundamental, que denominamos Deus”⁹¹.

Face a essas mudanças, o papado decidiu definir posições oficiais relativamente à doutrina liberal e à liberdade religiosa. Procurou defender um espaço para a fé num ambiente político-social, erigido sem ela ou contra ela (Estado Moderno).

Em 15 de agosto de 1832, Gregório XVI atacou na encíclica *Mirari Vos* o indiferentismo para com a religião católica, condenando os “homens malvados” que propagavam a “perversa opinião (...) de que a eterna salvação da alma pode conseguir-se com qualquer confissão religiosa”⁹². A liberdade de consciência era tida como um “delírio” e um “pestilentíssimo erro” que “prepara o caminho àquela plena e ilimitada liberdade de opinião”⁹³. Reprovou claramente a liberdade de expressão entendida como um caminho para a mentira. Com o agudizar das tensões entre as hierarquias católicas nacionais e os governos, as intervenções pontifícias multiplicaram-se.

Na *Multiplices inter*, de 10 de junho de 1851, Pio IX condenava também o indiferentismo. Na alocução *Singulari Quadam*, de 9 de dezembro de 1854, declarou:

“Na fé precisamos sustentar que fora da Igreja Apostólica Romana ninguém pode ser salvo; ela é a única arca da salvação e todo aquele que nela não ingressar, precisa sucumbir no dilúvio. Porém, precisamos sustentar igualmente aos olhos do Senhor ninguém que vive em insuperável desconhecimento da verdadeira religião é atingido por esta culpa”⁹⁴.

Na encíclica *Quanta cura* e o seu anexo *Syllabus*, de 8 de dezembro de 1864, o Bispo de Roma afirmava claramente a incompatibilidade do cristianismo com o progresso e da fé com o mundo moderno e os seus erros: o racionalismo, o galicanismo, o socialismo e o

⁹¹ J. M. DUQUE, “Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade”, *Comunicação & Cultura* 11 (2011), 29.

⁹² Citado por A. M. MARTINS, “Recepção em Portugal das encíclicas: *Mirari vos*, *Quanta cura* e *Immortale dei*”, *Lusitânia Sacra* 1 (1989), 44.

⁹³ *Ibidem*, 44-45.

⁹⁴ C. LIENEMANN-PERRIN, *Missão e diálogo inter-religioso*, Sinodal, CEBI, São Leopoldo, 2005, 57.

naturalismo⁹⁵. Como o seu antecessor, entendia a demanda por “liberdade de consciência” como uma perversão.

Neste ambiente conturbado, o bispo de Orléans, Dupanloup (1802-1878), publicou um panfleto a 26 de janeiro de 1865 em que expunha uma tese e uma hipótese numa tentativa de amenizar a situação político-social. A “tese” supunha que o ideal era o estado cristão, contudo a “hipótese” autorizava a ter em conta as circunstâncias políticas e a impossibilidade dos católicos ter este tipo de exigência na prática. Fornecia uma base teórica para unir as duas atitudes: fidelidade ao magistério e respeito pelos princípios liberais⁹⁶.

Leão XIII vai de certa forma ao encontro do pensamento de Dupanloup. Durante o seu pontificado, a Igreja abriu-se às exigências da liberdade religiosa. Ao invés dos seus antecessores, procurou uma reconciliação com o mundo liberal numa atitude dialogante. Na encíclica *Immortale Dei*, de 1 de novembro de 1885, voltou a afirmar que a única e verdadeira religião é a de Jesus Cristo, porém, reconheceu que a Igreja “não condena por isso os chefes de Estado que por quaisquer motivos justos ou de conseguir o bem ou de evitar o mal, toleram na prática que existam diversos cultos no Estado”⁹⁷.

Apesar destas palavras, Leão XIII denunciou, na encíclica *Libertas* de 20 de junho de 1888, a liberdade de culto por ser contrária à virtude da religião e por dar ao ser humano “o poder de desvirtuar ou abandonar impunemente o mais santo dos deveres, afastando-se do bem imutável, a fim de se voltar para o mal. Isto, já o dissemos, não é liberdade, mas uma depravação da liberdade, e uma escravidão da alma na abjecção do pecado.”⁹⁸

No século XX, a Igreja continuou a deparar-se com situações de intolerância religiosa. Após a Primeira Guerra Mundial e o surgimento de estados totalitários na Europa, Pio XI

⁹⁵ Cf. A. M. MARTINS, “Recepção em Portugal das encíclicas: *Mirari vos*, *Quanta cura* e *Immortale dei*”, 55-57.

⁹⁶ Cf. U. MAYMARD, *Mgr Dupanloup et son historien*, Société générale de Librairie Catholique, Paris, 1884, 139-143.

⁹⁷ LEÃO XIII, *Sobre a constituição cristã dos Estados (Immortale Dei)*, 23, in *Magistério Social da Igreja*, Ed. Paulistas, Lisboa, 1960.

⁹⁸ LEÃO XIII, *Sobre a liberdade humana (Libertas)*, in *Magistério Social da Igreja*, Ed. Paulistas, Lisboa, 1960.

publicou a encíclica *Mit brennender Sorge*, datada de 14 de março de 1937, na qual se manifestou contra a repressão da liberdade religiosa exercida pelo regime nazi que promovia uma campanha contra o clero católico⁹⁹.

Com o despertar da Segunda Guerra e os massacres perpetrados, Pio XII multiplicou os discursos sobre a liberdade, referindo-se muitas vezes à dignidade da pessoa humana. No que concerne a liberdade religiosa, aplicava a expressão liberdade religiosa aos que praticavam ao catolicismo, considerada como a única religião revelada, e usava a palavra tolerância quando se referia às outras religiões¹⁰⁰.

Assim, até ao Concílio Vaticano II, a Igreja Católica não reconhecia a igualdade entre as religiões já que não se podia igualar a “depositária infalível da verdade”¹⁰¹ com o falso. O ser humano podia escolher entre a religião verdadeira, o catolicismo, ou enveredar pelo caminho errado das outras crenças.

2.2.3. Qual poderá ser a liberdade religiosa possível?

Esta breve resenha histórica demonstra que a questão da liberdade religiosa é bastante complexa. Para resumir esta ideia, remetemo-nos a um texto conclusivo de David Sampaio Barbosa:

“O laicado que assumiu responsabilidades de governação, mostrou-se, regra geral, mais condescendente; por razões políticas, intuía a imprescindível dissociação da religião da política. Os teólogos e a hierarquia local foram reservados na concessão da liberdade. Intransigente, quase hostil, foi a forma como Roma assumiu e encorajou os que

⁹⁹ Cf. J. MEDINA, “O papa entre Antígona e Creonte-Pio XI e a condenação do nazismo. A encíclica “*Mit brennender Sorge*” (14-03-1937)”, *Humanística e Teologia* 23 (2002), 11-16.

¹⁰⁰ Cf. PIO XII, *Discours aux participants au X^e congrès international des sciences historiques*, 7 de setembro de 1955. Disponível em https://w2.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1955/documents/hf_p-xii_spe_19550907_vous-avez-voulu.html. [Consultado a 12.05.2018].

¹⁰¹ PIO XI, *Carta encíclica Sobre a promoção da verdadeira unidade de religião (Mortalium Animos)*, 12. Disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html [Consultado a 13.06.2018].

questionavam e proibiam a liberdade religiosa; via na tolerância a violação dos direitos da verdade, o menosprezo pelos direitos da Igreja, a vitória do indiferentismo”¹⁰².

A partir do século XVIII, assistimos a uma paulatina secularização dos diversos campos da vida social, principalmente nos países ocidentais. Esse processo histórico e sociocultural traduziu-se numa emancipação face à tutela religiosa.

No século seguinte, a religião perdeu gradualmente o seu papel tradicional de legitimador social e o económico. A entrada na Idade Contemporânea significou, portanto, uma nova configuração das relações Estado-Igreja. Operou-se uma laicização e descristianização da sociedade. Assim os papéis desempenhados inicialmente pelas Igrejas foram sendo assumidos pelas autoridades estatais nos domínios seguintes: escola, saúde, assistência social, entre outros. No plano político, a maioria dos estados europeus assumiu-se de modo independente, afastando-se formalmente de qualquer confissão religiosa. Optou-se pela laicidade com uma separação absoluta entre o Estado e as igrejas. Exemplos disso foram os casos da França e de Portugal que enveredaram por esse caminho logo no início do século XX.

Em 1911, a Primeira República Portuguesa consagrou na sua Constituição a liberdade religiosa, e por conseguinte, a igualdade política e civil de todos os cultos:

“4.º A liberdade de consciência e de crença é inviolável.

5.º O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português.

6.º Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da que professa.

(...)

8.º É livre o culto público de qualquer religião nas casas para isso escolhidas ou destinadas pelos respectivos crentes, e que poderão sempre tomar forma exterior do

¹⁰² Cf. D. SAMPAIO BARBOSA, “Evolução do conceito de liberdade religiosa”, in *Atas das V Jornadas de Direito Canónico*, Centro de Estudos de Direito Canónico [da] Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1997, 26-27.

templo; mas, no interesse da ordem pública e da liberdade segurança dos cidadãos, uma lei especial fixará as condições do seu exercício”¹⁰³.

Na prática, não se aplicou à Igreja Católica cuja atuação foi circunscrita. A legislação do novo regime assumiu uma intenção laicista e anticatólica porque acreditava que “o problema religioso constituía a chave de todos os males da sociedade portuguesa”¹⁰⁴. Esse processo de deslocação da religião da esfera pública para a esfera privada culminou na promulgação da Lei da Separação do Estado e das Igrejas, de 20 de abril de 1911. O documento garantia a liberdade religiosa mas, simultaneamente, especificava muitas normas restritivas ou negadoras dessa liberdade¹⁰⁵.

Em outros países europeus, como já referimos, também houve uma tentativa de relegar a religião para o âmbito privado, confidencial, referente às opções espirituais e interiores de cada um.

Numa Europa secularizada, coloca-se uma questão incontornável: como articular laicidade e fenómeno religioso?

A laicidade aceita a dimensão espiritual do ser humano e reconhece o pluralismo que caracteriza as sociedades contemporâneas. Procura colocar em pé de igualdade todas as confissões religiosas. Implica portanto para o Estado e os serviços públicos uma neutralidade confessional a fim de garantir uma convivência pacífica entre todos os cidadãos. Apesar da sua imparcialidade, o Estado deve cooperar com as igrejas e comunidades religiosas, “tendo em consideração a sua representatividade, com vista designadamente à promoção dos direitos

¹⁰³ J. MIRANDA, *As constituições portuguesas de 1822 ao texto atual da constituição*, 210-211.

¹⁰⁴ F. CATROGA, *Entre Deuses e Césares - Secularização, laicidade e religião civil*, Almedina, Coimbra, 2006, 365.

¹⁰⁵ Cf. J. MIRANDA, “Sobre a lei de separação do Estado da Igreja de 1911”, *Direito e Justiça*, vol. especial I (2013), 405-408.

humanos e dos valores da paz, da liberdade, da solidariedade e da tolerância”¹⁰⁶. Também deve dar condições aos cidadãos para poderem praticar o seu culto e ter acesso ao ERE.

Porém, notamos que ainda hoje, em alguns países, continua a tentar-se relegar o fenómeno religioso exclusivamente para a esfera privada numa tentativa de expulsão de Deus da vida pública.

Como refere Tomás Prieto Álvarez, observa-se:

“o peculiar da situação é que se observa uma mutação no comportamento dos poderes públicos, que parecem propensos a sacrificar a liberdade dos cidadãos por estarem obrigados, diz-se, a preservar a laicidade estatal, num entendimento desfocado da aconfessionalidade e neutralidade do que é público”¹⁰⁷.

O Estado não pode ignorar a presença de símbolos ou manifestações religiosas no espaço comum, mormente quando uma grande parte da população neles se revê. A laicidade não pode deixar de reconhecer a dimensão espiritual do ser humano e transformar-se em laicismo/ateísmo militante, ou seja, um aparelho de doutrinação que satiriza as crenças. Muitos se esquecem do papel histórico da religião, principalmente do cristianismo, como catalisador daqueles que partilhavam a crença na liberdade, na igualdade e na democracia. O fenómeno religioso desempenha um papel relevante nas diferentes dinâmicas sociais. Constitui um substrato cultural que não pode ser ignorado.

Em conclusão, a laicidade convive com as religiões, enquanto o laicismo procura remetê-las para o silêncio dos locais de culto. Assim, os textos legislativos têm de procurar acolher a liberdade religiosa como um dos principais direitos do ser humano já que a religião é inerente à sua essência.

¹⁰⁶ J. B. GOUVEIA; M. S. C. GOMES, F. S. LOJA, *Direito da Religião: textos fundamentais*, Imprensa Nacional da Moeda, Lisboa, 2015, 98.

¹⁰⁷ T. P. ÁLVAREZ, *Libertad Religiosa y Espacios Públicos – Laicidad, pluralismo, símbolos*, Madrid, Civitas Ediciones, 2010, 68.

2.3. A LIBERDADE RELIGIOSA APÓS 1945

2.3.1. O Direito aprofunda novas compreensões na área do religioso

Desde os primórdios da Humanidade, há sinais de religiosidade. Por isso, cada pessoa tem o direito de ver salvaguardada a sua liberdade religiosa pelas instâncias políticas. É uma imunidade que deve ser assegurada a todos no âmbito do direito civil não só em termos teóricos, mas principalmente práticos¹⁰⁸. Por conseguinte, códigos legislativos de índole nacional ou internacional começaram a interferir, desde o século XVIII nos Estados Unidos de América e em França, na área do religioso reconhecendo a sua importância e acautelando a sua proteção para a edificação de um mundo mais pacífico.

No século XX reconheceram-se múltiplas liberdades. Com o despoletar das duas guerras mundiais e as consequentes atrocidades cometidas, as entidades internacionais sentiram a necessidade de afirmar a suma importância da dignidade da vida humana como fundamento de todos os direitos.

Assim, a 10 de dezembro de 1948, foi promulgada pela ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Procurava-se proporcionar um quadro ético para construir um novo sistema de direitos e obrigações, destacando a proteção da dignidade humana, a paz e a segurança para todas as pessoas. O artigo 18.º outorga o direito de cada pessoa à liberdade de religião que define como a liberdade de “mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”¹⁰⁹.

Uma vez aprovada a DUDH, a ONU começou a traduzir os princípios daquela em tratados internacionais para proteger direitos específicos.

¹⁰⁸ Cf. J. C. MURRAY et al, *La Liberté religieuse, exigence spirituelle et problème politique*, Ed. Du Centurion, Paris, 1965, 31.

¹⁰⁹ M. COMBESQUE, *Introdução aos direitos do Homem*, Ed. Terramar Lda., Lisboa, 1998, 36.

Na Convenção da Salvaguarda dos Direitos Humanos, das Liberdades Fundamentais, de 1955, o artigo 9.º explana que:

“A liberdade de manifestar a sua religião (...) pode sofrer restrições, previstas pela lei, que constituem medidas necessárias, numa sociedade democrática, para assegurar a segurança pública, ou a proteção de direitos e liberdades dos outros”¹¹⁰.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, cuja entrada em vigor na ordem internacional ocorreu a 23 de março de 1976, proclama no artigo 18.º a liberdade de escolher a sua religião; de manifestá-la em público ou privado; de professá-la sem qualquer tipo de coação e de poder usufruir de um ERE¹¹¹. Os pais têm portanto o direito de educar os seus filhos de acordo com as suas crenças religiosas. Este direito também está consagrado no artigo 14.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989¹¹².

Da mesma forma, a União Europeia reconheceu a liberdade de pensamento, de consciência e de religião no artigo 9.º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 4 de novembro de 1950¹¹³.

Esses documentos de direito internacional e europeu serviram de inspiração e modelo à legislação portuguesa. A liberdade religiosa e de culto é um dos direitos garantidos pela Constituição de 1976. O artigo 41.º estatui que: “A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável” e preceitua que: “Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa”. Em 2005, o texto foi reformulado, sendo acrescentado que “Ninguém pode ser perguntado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou prática religiosa”. O item seguinte assegura que: “As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são

¹¹⁰ ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS, *Repensar a cidadania nos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Ed. Notícias, Lisboa, 1998, 120.

¹¹¹ Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, *A carta internacional dos direitos humanos*, Ed. Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, Lisboa, 2001, 59.

¹¹² Cf. UNICEF – COMITÉ PORTUGUÊS, *Convenção sobre os Direitos da Criança*, Comité Português para a UNICEF, Lisboa, 2000, 11.

¹¹³ Cf. COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE NA EDUCAÇÃO, *Marcos históricos dos direitos do homem*, C.P.D.H.I.E, Lisboa, Vol. 1, 52-53.

livres na sua organização (...)” e o último ponto refere que: “É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião”¹¹⁴.

Face à profusão de novos movimentos religiosos, o Estado português decidiu refletir sobre a problemática do fenómeno religioso e o seu lugar no espaço público. Assim, a 22 de junho de 2011, foi promulgada a lei nº16/2001 sobre a liberdade religiosa. Atribui às confissões religiosas, estabelecidas há pelo menos 30 anos em Portugal ou as reconhecidas internacionalmente há pelo menos 60 anos, benefícios anteriormente reservados apenas à Igreja Católica: estatuto de isenção total de impostos (art. 32.º), reconhecimento do casamento e outros ritos (art. 19.º), entre outros. Da mesma forma, o ensino da religião nas escolas públicas torna-se extensível às restantes confissões religiosas (art. 24.º)¹¹⁵. A lei também criou, sob a tutela da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, um órgão independente de consulta da Assembleia da República e do Governo, a Comissão da Liberdade Religiosa¹¹⁶. O decreto-Lei nº 308/2003, de 10 de dezembro, define o regime jurídico da Comissão da Liberdade Religiosa, no que diz respeito às suas atribuições, ao estatuto dos seus membros e às regras do seu funcionamento, incluindo os aspetos relativos ao apoio administrativo e logístico. Desde a sua constituição em 2004, supervisiona a correta implementação da lei nº16/2001.

Como Portugal, outros países reconheceram, ao longo do século XX, a liberdade religiosa nas suas constituições, ao longo do século XX já que assenta no “princípio de respeito pela dignidade humana, encarando a religião, quer na sua manifestação individual, quer colectiva, como uma expressão do livre desenvolvimento da personalidade”¹¹⁷.

Não obstante esses códigos legislativos, continuaram a registar-se situações de violação do direito à liberdade religiosa. Por isso, a ONU publicou em 1981 uma Declaração sobre a

¹¹⁴ M. REBELO DE SOUSA; J. M. ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, Lex, Lisboa, 2000, 139.

¹¹⁵ Cf. J. B. GOUVEIA; M. S. C. GOMES; F. S. LOJA, *Direito da Religião: textos fundamentais*, 97-120.

¹¹⁶ *Ibidem*, 115-117.

¹¹⁷ J. G. CANOTILHO (Coord.), *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Celta, Oeiras, 2000, 72.

eliminação de todas as formas de intolerância ou de discriminação por causa da religião ou da convicção. Visa fomentar a tolerância e o respeito, dois fatores primordiais para o estabelecimento da paz, e da democracia. Incumbe então ao Estado defender o direito à liberdade religiosa, impedir qualquer tipo de discriminação e criar as condições que possibilitam o usufruto deste direito¹¹⁸.

Enquanto principal interessado na questão e face aos novos desafios e problemas suscitados pela Modernidade, a Igreja Católica decidiu também pronunciar-se sobre a questão.

2.3.2 O Concílio Vaticano II e a liberdade religiosa

Face às novas realidades do pós-segunda guerra, João XXIII decidiu convocar, em 1959, um concílio ecuménico. Respondia a uma necessidade sentida no interior do mundo católico de realizar uma reflexão profunda sobre o papel da igreja. O objetivo era, portanto, *aggiornar* (atualizar) os ensinamentos da Igreja face à sociedade contemporânea, ou seja, “investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho” de forma a expressá-los “em linguagem mais compreensível à nossa época”¹¹⁹.

Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), encetou-se uma mudança na relação entre a Igreja e o Mundo e estabeleceu-se um diálogo com outras as igrejas cristãs e as outras religiões. A “dimensão criativa e libertadora da proposta do Vaticano II consiste em proporcionar um forte impulso para se sair da inércia de séculos e para tomar nota de que os muros que oprimiam a fortaleza cristã (com grave risco de asfixia) haviam caído”¹²⁰. Esta abertura ao mundo revelou-se na proclamação da liberdade religiosa e na adoção de um novo

¹¹⁸ Cf. J. B. GOUVEIA; M. S. C. GOMES, F. S. LOJA, *Direito da Religião: textos fundamentais*, 53-57.

¹¹⁹ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 4.

¹²⁰ E. VILANOVA, “A actualidad del Vaticano II a los 40 años de su clausura, en el cambio de siglo”, *Vida Nueva* 2.497 (03.12.2005), 26.

modo de acolher as outras igrejas cristãs e as outras religiões, reconhecendo que possuem elementos de bem e de verdade.

Na Radiomensagem de 11 de setembro de 1962, João XXIII já declarara que a liberdade religiosa era um dos direitos fundamentais ao qual a Igreja não podia subestimar e que não se limitava apenas à liberdade de culto. Acrescentara que a verdade e a liberdade eram as pedras basilares sobre as quais se devia edificar a civilização humana¹²¹.

Da mesma forma, na sua encíclica *Pacem in Terris*, de 1963, João XXIII enumerou os direitos humanos inalienáveis da pessoa, decorrentes da ordem natural criada por Deus, destacando no item 14, a liberdade de “honrar a Deus segundo aquilo que a sua recta consciência lhe dita, e o de professar a religião, privada e publicamente”¹²². Ao seguir esse preceito, poder-se-á alcançar o bem comum, uma tarefa e responsabilidade de todos os membros da sociedade, inclusive os poderes públicos¹²³.

Esta reflexão sobre liberdade religiosa culminou na publicação da declaração conciliar *Dignitatis humanae*, a 7 de dezembro de 1965. É um documento de grande significância eclesiológica já que a Igreja Católica reconhecia oficialmente o direito à liberdade religiosa e mesmo à inexistência de religião. Sinaliza uma certa rutura com a conceção pejorativa de liberdade religiosa difundida pela Igreja até à data. Essa mudança doutrinal transparece inclusivamente no género literário escolhido: uma declaração, ou seja, um texto cujos destinatários não são apenas os cristãos, mas também todos os homens de boa vontade.

O direito à liberdade religiosa radica-se na própria dignidade da pessoa humana, um valor antropológico universal. A raiz etimológica da palavra dignidade vem do latim *dignus*, e significa: aquele que merece estima e honra, aquele que é importante. Todos os seres humanos são sujeitos de direitos e igualmente dignos porque todos foram concebidos à imagem e

¹²¹ Cf. JOÃO XXIII, *Radiomensagem a todos os fiéis cristãos a um mês da abertura do Concílio Ecuménico Vaticano II*, 11 de setembro de 1962. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/es/messages/pont_messages/1962/documents/hf_j-xxiii_mes_19620911_ecumenical-council.html. [Consultado a 20.05.2017].

¹²² JOÃO XXIII, *Carta Encíclica Paz na Terra (Pacem in Terris)*, 14, União Gráfica, Lisboa 1963.

¹²³ Cf. *Ibidem*, 23.

semelhança de Deus. Por isso, a comunidade humana deve ser à imagem do amor infinito que liga as três Pessoas divinas na Trindade, para assim se tornar uma “koinonia” (comunhão) de amor¹²⁴. “É, portanto, uma injustiça contra a pessoa humana e contra a própria ordem estabelecida por Deus, negar ao homem o livre exercício da religião na sociedade”¹²⁵.

O documento conciliar afirma:

“todos os homens devem estar livres de coacção, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites”¹²⁶.

Segundo a Igreja, compete aos poderes públicos reconhecer e respeitar o direito à liberdade religiosa e promulgar leis para a proteger, sem, no entanto, se imiscuir na vida dos cidadãos.

O conteúdo do texto conciliar vai ao encontro da *Declaração sobre a liberdade religiosa*, aprovada em 1948, pelo Conselho Ecuménico das Igrejas na sua primeira Assembleia Geral realizada em Amsterdão que definia a liberdade religiosa como um direito que se deve reconhecer a “cada indivíduo na sociedade bem como aos grupos religiosos, um direito por cuja observância e garantia os poderes públicos têm especial responsabilidade”¹²⁷.

Mais do que tolerar, a Igreja passa a reconhecer a liberdade religiosa de cada um, ou seja, o direito de viver a sua fé, seguindo a sua própria consciência. O Concílio Vaticano II marcou, portanto, uma mudança de atitude para com as outras crenças, sejam elas cristãs ou

¹²⁴ CONFERÊNCIA DAS IGREJAS EUROPEIAS; CONSELHO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA EUROPA, *Paz com justiça para toda a criação - Assembleia ecuménica europeia* - 15-21 de maio de 1989, Rei dos Livros, Lisboa, 1990, 43.

¹²⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Declaração sobre a liberdade religiosa (Dignitatis humanae)*, 2, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1983.

¹²⁶ *Ibidem*, 3.

¹²⁷ J. E. BORGES DE PINHO, “Liberdade religiosa e ecumenismo-caminho realizado e perspectivas para o terceiro milénio”, *Didaskalia* 27 (1997), 81.

não, numa tentativa de fomentar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, em prol do bem comum.

Após esse *aggiornamento* doutrinal e face ao recrudescer de perseguições aos cristãos, multiplicaram-se as intervenções pontificais sobre a liberdade religiosa.

Em 1969 Paulo VI condenou a intolerância e discriminação religiosa e insistiu na importância de “assegurar a independência da religião da ingerência incompetente de todo o poder profano e exterior à religião, e também de todo e qualquer abusivo exclusivismo social, político, em campo religioso”¹²⁸.

Essa atitude sancionatória de Paulo VI adquiriu uma dimensão de primeiro relevo durante o pontificado seguinte. João Paulo II ficou conhecido por ser um grande defensor da liberdade religiosa que qualificava de “coração dos direitos humanos”¹²⁹. Publicou vários documentos sobre o assunto.

Em 1978, endereçou uma carta a Kurt Waldheim, Secretário-Geral da ONU por ocasião do XX aniversário da DUDH, em que declarava acerca da liberdade religiosa:

“A justiça, a sabedoria e o realismo exigem que as opiniões destruidoras do secularismo sejam ultrapassadas, em particular a errónea restrição do facto religioso a uma esfera puramente privada. Cada pessoa deve ter a possibilidade de, no contexto da nossa vida comum, professar a sua fé e a sua crença, só ou acompanhada, em privado ou em público”¹³⁰.

Na encíclica *Redemptor hominis*, de 1979, debruçou-se sobre a questão da dignidade humana e, conseqüentemente, dos direitos humanos. Após enaltecer o esforço da ONU em definir e estabelecer esses direitos, o Papa lamentou que continuassem a ser limitados já que “por vezes o «espírito» da vida social e pública acha-se em dolorosa oposição com a

¹²⁸ M. SATURINO GOMES, “Liberdade religiosa: algumas questões”, 264.

¹²⁹ JOÃO PAULO II, *No respeito dos direitos humanos, o segredo da verdadeira paz*, Mensagem para o XXXII Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 1999, in *Caminhos de Paz. Dia Mundial da Paz, 40 anos de mensagens 1968-2007*, Centro Cultural Mosaiko, Luanda, 2007, 358.

¹³⁰ JOÃO PAULO II, “Um apelo solene”, *Consciência e Liberdade* 2 (1980), 6.

declarada «letra» dos direitos do homem”¹³¹. Entre estes, insere-se a liberdade religiosa cuja restrição ou privação constitui uma contradição à dignidade humana porque significa “uma injustiça radical em relação àquilo que é particularmente profundo no homem e em relação àquilo que é autenticamente humano”¹³².

No mesmo ano, discursou na sede da ONU e sugeriu às instâncias nacionais e internacionais a criação de mecanismos de consulta que proporcionassem a participação das Igrejas e comunidades religiosas na definição das políticas em matéria religiosa já que eram elas as especialistas no assunto. Como anteriormente, realçou que não basta uma proclamação solene da liberdade religiosa, compete aos poderes políticos fornecer condições para a sua efetividade prática¹³³.

No ano seguinte, João Paulo II endereçou uma mensagem aos países signatários do Ato Final de Helsínquia de 1975, em que expunha concretamente os conteúdos da liberdade religiosa a nível pessoal e comunitário, concluindo:

“A liberdade de consciência e de religião (...) direito primário e inalienável da pessoa; bem mais, na medida em que atinge a esfera mais íntima do espírito, pode mesmo dizer-se que dá a razão de ser, intimamente fundada em cada pessoa, das outras liberdades”¹³⁴.

Para João Paulo II, uma restrição do pleno exercício da liberdade equivale a uma “forma especial de pobreza”¹³⁵ porque retira ao ser humano a sua dignidade.

Em várias ocasiões, denunciou as perseguições perpetradas contra os cristãos e exaltou o testemunho de fé das pessoas cujo “martírio é a prova mais eloquente da verdade da fé, que

¹³¹ JOÃO PAULO II, *Redentor do homem (Redemptor hominis)*, 17, Editorial A.O., Braga, 1979.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas*, 02 de outubro de 1979. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1979/october/documents/hf_jp-ii_spe_19791002_general-assembly-onu.html [Consultado a 25.05.2018].

¹³⁴ JOÃO PAULO II, *Mensagem aos países signatários do Ato Final de Helsínquia*, 01 de setembro de 1980. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont_messages/1980/documents/hf_jp-ii_mes_19800901_helsinki-act.html [Consultado a 25.05.2018].

¹³⁵ JOÃO PAULO II, *A solicitude social da Igreja (Sollicitudo Rei Socialis)*, 42, Ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1988, 42.

consegue dar um rosto humano inclusive à morte mais violenta e manifestar a sua beleza mesmo nas perseguições mais atrozes”¹³⁶.

Poder-se-ia sintetizar o pensamento de João Paulo II com um trecho da Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1988:

“a liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edificio dos direitos humanos; e, portanto, é um factor insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um”¹³⁷.

Retomando a linha das intervenções do seu predecessor, Bento XVI também expressou, em várias viagens apostólicas e encontros com diplomatas e chefes de Estado, a sua preocupação relativamente à liberdade religiosa dos cristãos.

No Sínodo do Médio Oriente de 2010, o Papa realçou as graves dificuldades vividas pelas comunidades cristãs dessa região por falta de reconhecimento da liberdade religiosa. Com efeito, desde junho de 2004, 66 igrejas foram atacadas com bombas e milhares de fiéis morreram. A denúncia de Bento XVI tomou ainda mais sentido e importância por causa do atentado perpetrado contra uma igreja cristã em Bagdade, a 31 de outubro, no qual pereceram 58 pessoas. Algumas semanas depois, para homenagear as vítimas, o Papa dedicou inteiramente a sua mensagem para o Dia Mundial da Paz à liberdade religiosa.

Em 2011, voltou a frisar que “a liberdade religiosa não é plenamente aplicada quando se garante apenas a liberdade de culto, mais a mais com limitações”¹³⁸. Sublinhou que a situação dos cristãos no mundo tem vindo a piorar fruto de conflitos ou políticas discriminatórias “tendentes a marginalizar o papel da religião na vida social, como se ela fosse causa de

¹³⁶ JOÃO PAULO II, *O Mistério da Encarnação: bula de proclamação do grande jubileu do ano (Incarnationis Mysterium)*, o 13, Ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

¹³⁷ JOÃO PAULO II, *Liberdade religiosa condição para a convivência*, Mensagem para o XXI Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 1988, in *Caminhos de Paz. Caminhos de Paz. Dia Mundial da Paz, 40 anos de mensagens 1968-2007*, 253.

¹³⁸ BENTO XVI, *Ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé por ocasião da troca dos bons votos de início de Ano*, 10 de janeiro de 2011. Disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20110110_diplomatic-corps.pdf [Consultado a 26.05.2017].

intolerância em vez de uma apreciável contribuição na educação para o respeito da dignidade humana, para a justiça e a paz”¹³⁹.

Na encíclica *Deus Caritas est* de 2005, sublinhava a função determinante do Estado na garantia da liberdade religiosa e da paz entre as religiões. Afirmava também que aquele não podia impor nenhuma religião aos seus cidadãos. Quanto à Igreja, “como expressão social da fé cristã tem a sua independência e vive, assente na fé, a sua forma comunitária, que o Estado tem de respeitar. As duas esferas são distintas, mas sempre em recíproca relação”¹⁴⁰.

Da mesma forma, o Papa Francisco lançou um apelo a um maior diálogo “com os Estados, com a sociedade e com outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica”¹⁴¹, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* de 2013. Solicitou também aos poderes públicos uma maior intervenção relativamente às perseguições aos cristãos para que seja efetivamente ácautelado o seu direito de professar livremente a sua fé. Desde o início do seu pontificado, tem acompanhado com atenção “as dramáticas vicissitudes dos cristãos que, em várias regiões do mundo, são perseguidos e assassinados por causa do seu credo religioso”¹⁴² e tem denunciado fervorosamente os ataques à liberdade religiosa. Sempre que ocorreu um atentado, o Papa Francisco expressou a sua dor e apelou à oração pelas vítimas e as suas famílias porque “Quer sejam católicos, ortodoxos, coptas ou luteranos, não importa: são cristãos! E o sangue é o mesmo. O sangue confessa Cristo (...) Os mártires pertencem a todos os cristãos!”¹⁴³. Inspirado pelos princípios do Concílio Vaticano II, a sua mensagem está imbuída de ecumenismo.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ BENTO XVI, *Carta encíclica Deus é Amor (Deus Caritas Est)*, 28, Paulinas, Lisboa, 2006.

¹⁴¹ PAPA FRANCISCO, *Exortação apostólica A alegria do Evangelho (Evangelii Gaudium)*, 238, Paulus, Lisboa, 2013.

¹⁴² PAPA FRANCISCO, *Audência geral*, 12 de novembro de 2014. Disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2014/documents/papa-francesco_20141112_udienza-generale.html [Consultado a 08.11.2018].

¹⁴³ PAPA FRANCISCO, *Discurso ao Reverendo John P. Chalmers Moderador da Igreja da Escócia*, 16 de fevereiro de 2015. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/february/documents/papa-francesco_20150216_moderatore-chiesa-scozia.html [Consultado a 14.11.2018].

Mais recentemente, o Papa Francisco declarou no seu discurso do dia 20 de junho de 2014 sobre a liberdade religiosa internacional e o choque global de valores: “A razão reconhece que a liberdade religiosa é um direito fundamental do homem, refletindo sua mais alta dignidade”¹⁴⁴. Em 2018, sublinhou também que “a liberdade religiosa é um grande bem a tutelar, um direito humano fundamental, baluarte contra as pretensões totalitárias”¹⁴⁵.

Assim, os últimos pontífices têm-se notabilizado na defesa e promoção da liberdade religiosa, como direito fundamental do ser humano.

Não obstante os textos da Igreja Católica e o rol de diplomas que protegem a liberdade religiosa, exercida individual ou coletivamente, constata-se que são cada vez mais numerosos os focos de intolerância, discriminação ou perseguição de índole religiosa. Face a esse cenário, surgiram após a segunda guerra mundial instituições denunciadoras da privação de liberdade religiosa.

2.3.3. Movimentos e Instituições denunciadoras das ameaças à liberdade religiosa

As nossas investigações deram-nos a conhecer instituições que promovem o direito à liberdade religiosa e denunciam os mecanismos de perseguição usados contra os cristãos: a Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa, a Missão Portas Abertas e o Observatório da Intolerância e Discriminação contra os cristãos na Europa. A primeira é de âmbito internacional sem distinção de credo, a segunda dedica-se mais especificamente às ofensas contra os cristãos pelo mundo fora, e a última desenvolve o seu campo de ação apenas junto dos cristãos que residem em países europeus.

¹⁴⁴ PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes do Congresso Internacional “Liberdade Religiosa segundo o Direito Internacional e o conflito global dos valores”*, 20 de junho de 2014. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140620_liberta-religiosa.html [Consultado a 15.11.2018].

¹⁴⁵ PAPA FRANCISCO, *Discurso à delegação de rabinos “mountain Jews” do Caucaso*, 05 de novembro de 2018. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/november/documents/papa-francesco_20181105_mountain-jews-caucaso.html [Consultado a 03.01.2019].

A Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa foi fundada em 1946, por Jean Nussbaum (1888-1967), médico francês que desejava dar uma base legal à sua ação em prol da liberdade religiosa. A Associação não está ligada a qualquer crença nem partido político. Propõe-se difundir e defender no mundo os princípios da liberdade religiosa para que qualquer pessoa possa exercer o seu o direito de professar ou de não professar uma religião. Procura lutar contra todos os tipos de intolerância e fanatismo. Desde a sua criação, a Associação desenvolveu o seu trabalho em quatro áreas: as relações com as personalidades políticas, civis, religiosas e académicas; o relacionamento com as organizações internacionais; a reparação ou participação em conferências de índole nacional e internacional consagradas à liberdade de religião; e a publicação do seu órgão oficial *Consciência e Liberdade*. Esta revista foi criada em 1948 para refletir sobre a questão da liberdade religiosa. De caráter académico, não-confessional e pluralista, é editada em francês, alemão, espanhol, italiano, português e romeno. A primeira presidente da Comissão de Honra desta Associação foi a esposa do Presidente dos Estados Unidos de América, Eleanor Roosevelt. Desde a sua criação, a Associação beneficiou do apoio de personalidade de renome. Destacam-se, entre eles, Albert Schweitzer, prémio Nobel da Paz; René Cassin, também ele prémio Nobel da Paz; Edgar Faure, antigo Ministro da Educação Nacional francês; e, Léopold Sédar Senghor, antigo presidente da República do Senegal. Atualmente, a presidência está a cargo de Mary Robinson, antiga Alta-Comissária para os Direitos do Homem e antiga presidente da República irlandesa. Inicialmente instalada em Paris, a sede internacional da Associação foi transferida para Berna, na Suíça, em 1966. O intuito era aproximar-se da Comissão dos Direitos do Homem e da Sub-Comissão da ONU para a Luta contra as medidas discriminatórias e de protecção de minorias, que estão localizadas em Genebra. A partir de 1973, a Associação criou várias secções nacionais tanto na Europa como em África. Em 1978, recebeu o estatuto de organização não-governamental (ONG) das Nações Unidas e, em 1985, obteve o mesmo estatuto junto do Conselho da Europa.

A organização *Open Doors* (Portas Abertas) foi criada em 1955 por Anne Van Der Bijl, um missionário holandês mais conhecido por Irmão André. É constituída atualmente por uma rede internacional de 25 associações. Optaram pela designação *Open Doors* por acreditarem que Deus lhes abrirá todas as portas para concretizar a sua missão junto dos cristãos privados de liberdade religiosa. É uma instituição interdenominacional de linha protestante, ou seja, não está filiada a nenhuma igreja. O seu propósito é acompanhar e chamar a atenção para casos de perseguição ao cristianismo. Presta apoio a pessoas em mais de 60 países onde se regista algum tipo de opressão. Procura fornecer-lhes os meios necessários para professarem a sua fé livremente e para que a Igreja continue a existir nesses territórios. Essa ajuda concretiza-se de várias formas: distribuição de bíblias ou outra literatura cristã, formação dos agentes pastorais que vivem nas áreas mais ameaçadas ou instáveis para os preparar a enfrentar a perseguição e o sofrimento, alfabetização das populações e ajuda socioeconómica. Publica anualmente um relatório dos 50 países onde os cristãos sofrem maior perseguição em razão da sua fé. Identifica oito tipos de perseguição: “opressão islâmica, nacionalismo religioso, protecionismo denominacional, antagonismo étnico, opressão comunista e pós-comunista, intolerância secular, paranoia ditatorial e corrupção”¹⁴⁶. O seu intuito é consciencializar a sociedade, as entidades políticas e religiosas e os media para a situação da Igreja Perseguida e a urgência da aplicação de medidas concretas para resolver o problema.

No que concerne mais precisamente a Europa, em 2010, foi criado em Viena, na Áustria, o Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos na Europa sob impulso do Conselho das Conferências Episcopais da Europa. Esta instituição veio dar resposta ao número crescente de casos de intolerância e marginalização registados contra os cristãos nos países europeus. É dirigido atualmente por Elle Fantin. É membro da Plataforma dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A ambição do Observatório é promover uma sociedade mais respeitosa da liberdade religiosa por ser um elemento estruturante da

¹⁴⁶ Veja-se <https://www.portasabertas.org.br/artigo/entenda-a-lista>

democracia na medida em que assenta no princípio de igualdade de todos os cidadãos. A sua ação consiste na monitorização e catalogação de casos de discriminação contra cristãos. Também inventaria atos de profanação de cemitérios católicos, igrejas ou outros monumentos religiosos. As fontes principais de informação são a imprensa e as pessoas que podem reportar ocorrências através do *website* da Organização. Os dados apurados são publicados anualmente num relatório. Procura assim conscientizar a sociedade, os legisladores e os organismos internacionais sobre o aumento dos atos de hostilidade contra os cristãos e as instituições cristãs e levá-los a encontrar soluções para o problema¹⁴⁷. O último relatório anual, com data de 01 de maio de 2018, referencia mais de 500 casos de intolerância no período de 2016 a 2017. Além de reportar esses episódios, também procura entender as suas causas¹⁴⁸.

Cada uma das três organizações supracitadas procura, à sua maneira, fomentar a liberdade religiosa no mundo. Nenhuma delas tem uma ligação direta com a Igreja Católica, ao contrário da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS).

2.3.4. A Fundação Ajuda à Igreja que Sofre singulariza-se em apoios e denúncias

A Fundação Ajuda da Igreja que Sofre foi criada no natal de 1947, apenas dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, por iniciativa do padre holandês Werenfried van Straaten (1913-2003)¹⁴⁹.

A sua sede internacional continua a ser em Königstein, na Alemanha, todavia a sua sede legal é no Vaticano. Possui também secretariados em 23 países espalhados pela Europa,

¹⁴⁷ Cf. R. VIEIRA, *Intolerância contra os Cristãos na Europa e Liberdade de Proselitismo, Hoje*, (Tese de Mestrado), Porto, 2012, 12-13.

¹⁴⁸ Cf. OBSERVATORY IN INTOLERANCE AND DISCRIMINATION AGAINST CHRISTIAN IN EUROPE, *Report 2018*, 10-12.

¹⁴⁹ Nasceu em Mijdrecht, perto de Amesterdão, na Holanda. Chegou a receber formação para ser professor, tendo começado a estudar filologia clássica em 1932, na Universidade de Utrecht. Em 1934 entrou na abadia norbertina de Tongerlo, na Bélgica, onde adotou o nome Werenfried, que significa “combatente pela paz”.

América e Austrália. Em Portugal, a Fundação iniciou a sua ação pastoral em 1995, com a abertura de um pequeno secretariado em Lisboa e, mais tarde, uma casa em Fátima.

A designação da organização sofreu várias alterações ao longo dos anos, consequência da evolução do seu campo de ação.

Nos primórdios, o seu trabalho consistia em prestar auxílio aos milhões de alemães desalojados e expulsos após a guerra, 6 milhões eram católicos. Nos anos seguintes, estendeu a sua ajuda às vítimas de perseguições religiosas da Europa de Leste porque, como afirmou o padre Werenfried:

“Os ensinamentos de Cristo, a alegre e fascinante mensagem do amor não foram escritos por Ele. Nos primeiros séculos da Igreja, quando os mártires derramavam o seu sangue e os sobreviventes procuravam refúgio nas catacumbas, não se lia essa mensagem em livros. Era proclamada pela vida radiante e a morte ditosa de alguns cristãos verdadeiros”¹⁵⁰.

Assim, em 1948, encetou um trabalho de colaboração com Monsenhor Kindermann, responsável de uma instituição para refugiados e um seminário para os sacerdotes expulsos dos países de Leste na cidade de Königstein. Por isso, a obra do padre Werenfried ganhou o nome de *Ostpriesterhilfe* (Ajuda aos Padres do Leste). Em 1951, começou a financiar as primeiras capelas-rolantes, uns autocarros modificados para servirem de capelas móveis, que levavam a eucaristia e os sacramentos aos refugiados católicos da Alemanha.

Muito rapidamente, a ação da Fundação ultrapassou as fronteiras alemãs e mesmo europeias. Em 1955, começou a ajudar os refugiados palestinianos em Israel. Dois anos depois, na Polónia, financiou a formação de seminaristas e proveu às necessidades de religiosas contemplativas.

Em 1962, aproveitando a participação no Concílio Vaticano II do Padre Werenfried, o Papa João XXIII pediu-lhe que alargasse o seu campo de ação à América Latina, devido às

¹⁵⁰ BENTO XVI; W. VAN STRAATEN, *O Papa e o Mendigo: pensamentos e meditações do papa Bento XVI e do padre Werenfried*, Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, Lisboa, 2007, 203.

deploráveis condições sociais aí existentes e ao perigo de as convulsões populares propiciarem a ascensão de regimes totalitários e ateus ao poder. Dois anos mais tarde, Paulo VI colocou a Fundação sob jurisdição da Santa Sé.

Inspirado pela mensagem de paz e solidariedade fraterna de Fátima a quem se consagrou em 1967¹⁵¹, procura socorrer os mais necessitados. Em 1970, a Organização recebeu um nome mais abrangente: *Kirche in Not* (Ajuda à Igreja que Sofre em alemão).

Em 1984, João Paulo II reconheceu-a como Organização Pública de Direito Pontifício.

Os desafios que enfrentam são numerosos: totalitarismo, fanatismo religioso, multiplicação de seitas, falta de sacerdotes, entre outros. Face à amplitude de trabalho, a missão da Fundação Ajuda à Igreja concretiza-se de várias maneiras.

Mobiliza a opinião pública para casos de intolerância ou perseguição através da publicação bimestral do Boletim, lançado em 1954 e do seu Relatório sobre Liberdade Religiosa no Mundo. Produzido de dois em dois anos, é publicado em português, inglês, holandês, francês, alemão, italiano e espanhol. Nessa obra bienal, a Fundação faz uma avaliação da situação da liberdade religiosa, sem distinção de crença, em 196 países. Para cada um, é apresentado o enquadramento jurídico e institucional do direito à liberdade religiosa. São relatados episódios e testemunhos pessoais alusivos ao exercício da liberdade religiosa durante o período sob análise e dados a conhecer casos concretos de detenções, deslocações, assassinatos ou desaparecimentos de pessoas. Os elementos referidos são ordenados por ordem alfabética dos países. Além disso, o Relatório estabelece uma classificação do nível de perseguição. No documento de 2016, referente ao período entre junho de 2014 e junho de 2016, vinte países são designados como de perseguição “alta”: catorze dos quais relacionada com o fundamentalismo islâmico. São eles: Afeganistão, República Centro-Africana, Egipto, Irão, Iraque, Líbia, Maldivas, Nigéria, Paquistão, Arábia

¹⁵¹ Na sua homilia de 13 de maio de 2010 no Santuário de Fátima, o papa Bento XVI lembrou a ligação entre a mensagem de Fátima e os ideais da Fundação AIS. Veja-se http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2010/documents/hf_ben-xvi_hom_20100513_fatima.html [Consultado a 24.11.2017].

Saudita, Somália, Sudão, Síria e Iémen. Nos restantes seis países, a perseguição religiosa está ligada a regimes autoritários. São eles: Mianmar, China, Eritreia, Coreia do Norte, Azerbaijão e Usbequistão¹⁵². Relativamente ao período em análise, a presidente da Fundação ACN-Portugal, Catarina Martins Bettencourt, declarou:

“tem havido um declínio acentuado da liberdade religiosa no mundo. Hoje, mais do que nunca, vemos notícias nos meios de comunicação social sobre o aumento das perseguições às minorias religiosas no mundo. Hoje a violência e a intimidação são cada vez mais graves e sérias”¹⁵³.

O Relatório de 2018 concluiu que houve um declínio da liberdade religiosa, especialmente na China e na Índia. Registou-se também um agravamento da intolerância para com as minorias religiosas, nomeadamente na Rússia e no Quirguistão¹⁵⁴.

Assim, os relatórios da Fundação AIS têm procurado chamar a atenção dos governos e dos grupos religiosos para a urgência de combater e denunciar a violência e a perseguição de inspiração religiosa.

Com esse mesmo intuito, a organização promove frequentemente ações de sensibilização tanto a nível nacional como internacional. Em 2016, por ocasião das Jornadas Mundiais da Juventude, em Cracóvia, lançou a campanha “Let’s be One” para lembrar que muitos jovens não podem participar nas jornadas porque vivem em situações de conflito, de pobreza; sofrem perseguições religiosas ou dedicam-se ao trabalho voluntário. Através de pequenos filmes com depoimentos pessoais, a Fundação AIS deu voz a “rostos concretos” de jovens que são testemunhos do sofrimento dos cristãos. Da mesma forma, no dia 24 de fevereiro de 2018, os monumentos ao Cristo Rei, em Almada, e a Basílica dos Congregados, em Braga, estiveram “pintados” de vermelho para lembrar ao mundo o sangue dos mártires

¹⁵² FUNDAÇÃO AIS, *Relatório 2016 sobre a liberdade religiosa no mundo*, Fundação AIS, Lisboa, 2016,

¹⁵³ C. BETTENCOURT, “A liberdade religiosa no mundo em 2014”, in P. ADRAGÃO, A. LEÃO, T. RAMALHO (coord.), *Atas do II Colóquio Luso-Italiano sobre Liberdade Religiosa - A intolerância religiosa no mundo: estado da questão*, FDUP, Porto, 2017, 125.

¹⁵⁴ Cf. FUNDAÇÃO AIS, *Relatório da liberdade religiosa*, Disponível em <https://religious-freedom-report.org/pt/home-pt/> [Consultado a 03.01.2019].

cristãos do passado e do presente. Esta iniciativa também envolveu o Coliseu de Roma e as igrejas de Alepo, na Síria e Mossul, no Iraque. Como afirmou Alessandro Monteduro, diretor do secretariado italiano da AIS:

“O objetivo desta iniciativa é romper com a indiferença, sobretudo entre a comunidade internacional, e garantir que, após o dia 24 de fevereiro, ninguém possa continuar a ignorar a questão da perseguição aos cristãos”¹⁵⁵.

Este dia também foi dedicado à oração, um dos pilares da Fundação que apela constantemente a rezar em favor dos cristãos perseguidos e por isso, organiza e dinamiza momentos e espaços de oração, para que “sintam o apoio de todas as Igrejas e comunidades” como referiu o Papa Francisco num vídeo produzido pela Rede Mundial de Oração do Papa em colaboração com a Fundação AIS¹⁵⁶.

A organização católica também atua no terreno. Propicia auxílio a projetos de cunho pastoral em países onde a Igreja Católica está em dificuldade para que consiga realizar a sua missão de evangelização, ou seja “contribuir para levar a Cristo os outros que continuam também a ser irmãos mas que não crêem n'Ele ou em consequência de uma volta infeliz no plano espiritual, vieram a combater contra Ele”¹⁵⁷.

O apoio oferecido assume várias configurações: formação de seminaristas, religiosas, catequistas e leigos; ajuda à subsistência de comunidades religiosas; financiamento da construção de locais de culto, conventos, seminários e centros de catequese, disponibilização de meios de transporte para o trabalho pastoral, apoio a refugiados políticos que, por motivos de fé, foram forçados a abandonar o seu país, entre outros. Imprime e distribui bíblias. Foi aliás a Fundação AIS que impulsionou a publicação da primeira “Bíblia da Criança”, em

¹⁵⁵ ECCLESIA, *Direitos Humanos: Cristo-Rei ilumina-se de vermelho para lembrar perseguição aos cristãos*. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/portal/direitos-humanos-cristo-rei-ilumina-se-de-vermelho-para-lembrar-perseguiacao-aos-cristaos/>. [Consultado a 08.01.2019].

¹⁵⁶ Cf. FUNDAÇÃO AIS, *Vídeo do Papa - Pelos Cristãos perseguidos*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=crerbJq9zto&feature=youtu.be>.

¹⁵⁷ JOÃO PAULO II, *Discurso aos membros da Associação “Auxílio à Igreja que Sofre”*, 16 de novembro de 1981. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/november/documents/hf_jp-ii_spe_19811116_aiuto-chiesa.html. [Consultado a 30.04.2018].

1979, no Ano Internacional da Criança. Desde então foram impressos cerca de 38 milhões de exemplares, em 127 línguas, distribuídos em 112 países.

Desde a sua criação, os Papas têm louvado publicamente a ação da Fundação AIS e colaborado nas suas diversas iniciativas. Em 05 de fevereiro de 1967 durante a audiência concedida ao Moderador-Geral e ao seu Conselho, Paulo VI sublinhou essa dedicação total a favor dos cristãos mais necessitados:

“Nós conhecemo-vos, sabemos da generosidade que vos anima. Estamos ao corrente do que conseguis realizar, em circunstâncias difíceis, para aliviar este 'sofrimento', cuja imploração dolorosa e muitas vezes muda, vós ouvistes. Nem todo o mundo ouve estes cristãos que sofrem em silêncio. É preciso ter a sensibilidade, o espírito e sobretudo o coração abertos ao sofrimento dos nossos irmãos cuja voz não consegue, na maior parte das vezes, atravessar os espaços e superar as barreiras para chegar até nós. Não vos contentais em lamentar nem em confiar aos outros o cuidado destes irmãos infelizes. Vós agis, recolheis ofertas, enviais donativos que levam, àqueles que esperam, a certeza de que os seus irmãos na fé conhecem as suas necessidades e não os abandonam...”¹⁵⁸

Da mesma forma, João Paulo II declarou que “Esta caridade concreta e multiforme (...) é um testemunho eclesial indispensável, em todas as épocas e sobretudo na nossa”¹⁵⁹. É uma fonte de inspiração para todos, em especialmente para os docentes de EMRC enquanto educadores das jovens gerações.

¹⁵⁸ *Ibidem.*

¹⁵⁹ *Ibidem.*

3. A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: CONTRIBUTO DA DISCIPLINA DE EMRC NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

Este breve estudo histórico ilustrou que a religião, seja ela qual for, sempre esteve fortemente presente ao longo de toda a história da humanidade. Faz parte da identidade político-social de uma nação. Portugal não é exceção.

A Constituição garante o direito à liberdade religiosa das famílias. Reconhece também o valor educativo da cultura religiosa e a sua importância no processo educativo global da pessoa. Por isso, propõe aos alunos um ERE que, mediante um “diálogo interdisciplinar, funda, potencia, desenvolve e completa a ação educadora da escola”¹⁶⁰.

Assim, a disciplina de EMRC aparece como uma forma de concretização do ERE. Deve promover “o conhecimento e o encontro com o conteúdo da fé cristã”¹⁶¹. Educa para os valores humanos e cristãos, entre eles, o respeito pela liberdade religiosa. Pela sua relevância histórica e didática, merece ser objeto de um estudo mais aprofundado por parte dos alunos de EMRC.

3.1. EDUCAR PARA UMA CONSCIÊNCIA DE RESPEITO PELA LIBERDADE RELIGIOSA

3.1.1. Lugar da disciplina de EMRC na Escola

Desde sempre o ser humano se relacionou com o sagrado. Além disso, a religião sempre desempenhou um papel significativo nas várias áreas do saber, entre elas a educação. As

¹⁶⁰ J. AMBROSIO, *Distinção entre EMRC e Catequese* (texto não publicado para uso dos alunos da disciplina de Didática Específica de EMRC, Faculdade de Teologia, Lisboa, 2017), 10.

¹⁶¹ *Ibidem*, 8.

primeiras universidades europeias foram criadas, durante a Idade Média, para cursar questões relativas a Deus. Os estudantes dedicavam-se à Teologia, uma área que analisa a relação dialógica entre o ser humano e Deus. No entanto, gradualmente, a Escola foi-se alheando da dimensão religiosa do ser humano.

O caso português reflete essa evolução. A proclamação da República Portuguesa em 1910 foi acompanhada de uma separação entre a Igreja e o Estado em 1911. Procedeu-se ao encerramento da faculdade de Teologia e o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares passou a ser neutro em matéria religiosa¹⁶². Assim, a instrução da doutrina católica nas escolas primárias foi banida com o intuito de abolir referências ao catolicismo no espaço público¹⁶³ e extinguir a presença de Deus da esfera escolar.

Com a implantação do Estado Novo em 1933 e a assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé em maio de 1940, a situação da Igreja Católica alterou-se. O ensino proporcionado pelo Estado passou a ter como finalidade “a formação das virtudes morais, orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País”¹⁶⁴. Foi então criada a disciplina de Religião e Moral nas escolas públicas elementares, complementares e médias.

Com a queda do regime marcelo-salazarista e o advento da democracia, foram introduzidas pequenas mudanças no ERE em Portugal. A Constituição de 1976, além de assegurar a liberdade religiosa no seu artigo 41.º, garantiu “a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respetiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas atividades”¹⁶⁵. Foi então mantido a

¹⁶² Cf. J. MIRANDA, “Liberdade religiosa, Igrejas e Estado em Portugal”, *Nação e Defesa* 39 (Jul-Set 1986), 120-121.

¹⁶³ Cf. R. RAMOS, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in J. MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, vol. 6, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, 407.

¹⁶⁴ L. R. TORRAL, *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*, vol. 1, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, 442.

¹⁶⁵ M. REBELO DE SOUSA; J. M. ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, 139.

Concordata de 1940, ainda que vá sofrendo alguns ajustes ao longo dos anos, com clarificações legislativas.

A Portaria nº 1077/80 de 18 de dezembro veio modificar a designação da disciplina para Religião e Moral Católicas, ficando sob a responsabilidade exclusiva da Igreja Católica. Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo de 14 de outubro de 1986 e posterior reforma dos currículos, a sua designação passou a ser Educação Moral e Religiosa (Católica ou de outra confissão religiosa) e mantém-se ainda hoje.

Esta modificação de nomenclatura patenteia que a disciplina para além de incutir valores morais, visa formar a pessoa na sua plenitude. Com efeito, a educação, enquanto processo de construção pessoal, organiza-se em torno de quatro pilares de conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser¹⁶⁶. Segundo a Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, “educar é uma tarefa fundamental da sociedade. Dela depende, decisivamente, o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e a qualidade do progresso da sociedade”¹⁶⁷.

Assim, a disciplina de EMRC segue os preceitos da Declaração *Gravissimum Educationis*, do Concílio Vaticano II que afirma que a “verdadeira educação visa a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte”¹⁶⁸. Por isso, os conteúdos programáticos têm como base a pessoa humana “que está no centro de toda a atividade de desenvolvimento”¹⁶⁹. O ser humano não vive isolado. Está mergulhado na cultura que a escola tem obrigação de respeitar.

¹⁶⁶ Cf. JACQUES DELORS, *Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI*, ASA, Porto, 1996, 90.

¹⁶⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “A Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade”, 3.

¹⁶⁸ CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração sobre a educação cristã (Gravissimum Educationis)*, 1, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1983.

¹⁶⁹ J. AZEVEDO, “Contributos para uma perspectiva antropológica e sociocomunitária da educação”, *Pastoral Catequética* 23 (2012), 13-14.

O ERE não pode desvalorizar a diversidade religiosa e cultural, por isso, a oferta abrange várias confissões religiosas e é de cariz facultativo. Tem como base o respeito do direito à liberdade religiosa que pode ser interpretado e integrado de harmonia com o artigo 26.º, n.º 3 da DUDH que estatui que “aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”. Abarca, portanto, também o ERE conforme reconhece o artigo 2.º do Protocolo Adicional à Convenção de Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 20 de março de 1952:

“A ninguém pode ser negado o direito à instrução. O Estado, no exercício das funções que tem de assumir no campo da educação e do ensino, respeitará o direito dos pais a assegurar aquela educação e ensino consoante as suas convicções religiosas e filosóficas”¹⁷⁰.

Muitos pais portugueses foram criados segundo os valores cristãos e desejam que esse fundo moral continue a ser ensinado aos filhos. D. José Policarpo declarou que “a escola não pode deixar de dar lugar, no projeto educativo, à dimensão religiosa, profundamente presente na tradição cultural portuguesa”¹⁷¹. Por conseguinte, não pode ser remetida para a esfera privada ou para a vivência interna das instituições religiosas como está a acontecer em alguns países europeus, como em França por exemplo. O fenómeno religioso é um elemento cultural e uma chave hermenêutica. Como se pode compreender uma pintura de Leonardo Da Vinci (como “A Última Ceia” ou “A Anunciação”) ou entender alguns conflitos atuais (da Síria, por exemplo) sem se ter nenhuma noções religiosas?

É difícil ou mesmo impossível ler e interpretar a História desligando-a da religião já que como declarou Halbwachs, é património da Humanidade porque “sob formas mais ou menos simbólicas, reproduz a história das migrações e da fusão de raças e de tribos, de grandes

¹⁷⁰ CONSELHO DA EUROPA, *Protocolo adicional à convenção de protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais*. Disponível em http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo_adicional_a_convencao_d_e_proteccao_dos_direitos_do_homem_e_das_liberdades_fundamentais.pdf [Consultado a 30.05.2017].

¹⁷¹ J. POLICARPO, “A Escola tem futuro? A dinâmica da Esperança”, *Pastoral Catequética* 23 (2012), 81.

acontecimentos, guerras, instaurações, invenções e reformas”¹⁷². Assim, apagar o fenómeno religioso do espaço social significaria perder uma parte da herança coletiva, ou seja, ter uma identidade entroncada culturalmente. Perpetuar a memória de que somos herdeiros é fulcral para preservar a identidade de um povo ou de uma comunidade local ou religiosa.

Por isso, estudar e refletir sobre o fenómeno religioso é essencial para ter uma compreensão autêntica do mundo e para poder olhar para a sociedade de forma crítica e esclarecida, fazendo a sua própria análise. Como declarou o padre André Fossion, “aprender a partir das religiões e não só a propósito das religiões significa ajudar os alunos a questionarem-se sobre o sentido, abrir-lhes o tesouro das religiões como recurso disponível para pensar e para viver”¹⁷³. Esse posicionamento face ao ERE não é apenas o apanágio dos crentes já que Régis Debray, conhecido ateu, defendeu o estudo do fenómeno religioso por ser fundamental no âmbito social e escolar¹⁷⁴.

Assim, é pertinente a presença da EMRC no currículo escolar por ser uma disciplina dinâmica de transformação do “conhecimento em sabedoria de vida”, de reflexão sobre o passado, de desafio para a prática no quotidiano e de abertura ao futuro¹⁷⁵. Propicia a aquisição de competências que favoreçam uma intervenção na vida da comunidade seja ela local e/ou universal porque é a partir de conteúdos religiosos “que se tornam possíveis as diversas leituras críticas e o entendimento mais profundo da cultura e de muitas tradições presentes nas sociedades”¹⁷⁶. Por isso mesmo, a Conferência Episcopal Portuguesa declarou que a EMRC tem como grande finalidade:

“a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do

¹⁷² M. HALBWACHS, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, Paris, 1994, 178.

¹⁷³ A. FOSSION, *Dieu Désirable: Proposition de la foi et initiation*, Lumen Vitae, Bruxelas, 2010, 204.

¹⁷⁴ Cf. P. MENDES PINTO, “O ensino da Religião na Escola Laica uma leitura do “Relatório Debray”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 16/17 (2012), 14-16.

¹⁷⁵ Cf. BENTO XVI, *Aos professores de religião católica nas escolas italianas*, 25 de abril de 2009. Disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html [Consultado a 05.07.2017].

¹⁷⁶ J. AMBROSIO, “Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”, *Communio* 5 (2001), 447.

diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁷⁷.

Nas aulas de EMRC, o docente não apresenta a História das Religiões, mas estuda o fenómeno religioso como produto de cultura e processo de leitura da cultura. É um espaço de construção identitária porque “a componente religiosa é um fator insubstituível para o crescimento humano em liberdade e responsabilidade”¹⁷⁸. Segundo Canotilho, a liberdade religiosa é umas das liberdades “constitutivas da identidade pessoal e do direito de desenvolvimento da personalidade”¹⁷⁹. O ensino deve reconhecer a sua importância para a sociedade em geral e para o indivíduo em particular, numa afirmação da sua própria identidade.

Ao estabelecer uma ligação ao transcendente, o ERE oferece respostas a alguns questionamentos éticos e existenciais em prol de uma cidadania ativa e esclarecida. Por conseguinte, a EMRC, enquanto “lugar cultural”,¹⁸⁰ deveria explorar mais o conteúdo programático da liberdade religiosa e mais particularmente a questão das perseguições aos cristãos. Com efeito, a disciplina pode contribuir para uma cultura de respeito, encontro e convivência pacífica.

3.1.2. O desafio da EMRC em prol da liberdade religiosa

A maioria dos alunos portugueses não tem consciência que vivencia diariamente liberdades negadas a outros adolescentes espalhados pelo mundo: de expressão ou religião,

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ T. S. NUNES, “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica”, *Pastoral Catequética* 5, (2006), 77.

¹⁷⁹ J. G. CANOTILHO, “A liberdade religiosa entre o juspositivismo constitucional e a judicialização dos conflitos religiosos”, in *Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, Vol. 2, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, 781.

¹⁸⁰ D. SERRALHEIRO, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Editora Rei dos Livros, Lisboa 1990, 14.

por exemplo. Para eles, são um dado adquirido e nem têm noção que são uns privilegiados relativamente aos seus pares.

O primeiro lugar onde essa liberdade religiosa é vivida é a escola, enquanto espaço de formação “daquele humanismo integral, aberto à dimensão ética e religiosa”¹⁸¹. A inclusão da EMRC no Plano Curricular Nacional demonstra que o Estado Português respeita a dimensão da religiosidade humana de cada um. São garantidos os direitos de professar a sua religião livremente e de escolher uma educação para os filhos.

Frequentar aulas de EMRC ou de outra confissão é um direito consagrado na Constituição Portuguesa e na DUDH. Infelizmente, a maioria dos alunos não percebem que exercem esse direito cada vez que estão em aula de EMRC. É portanto tarefa do docente da disciplina estimular essa tomada de consciência e educar para a relevância do direito à liberdade religiosa. Por isso, o docente tem como papel:

“propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenómeno religioso; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais e facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas”¹⁸².

A EMRC contempla nos seus conteúdos programáticos a diversidade cultural e religiosa da sociedade portuguesa, facilitando a compreensão das várias formas de expressão do transcendente na História da Humanidade.

Como afirma a Declaração de Toledo (2007), o conhecimento sobre religiões e crenças poderá fomentar o exercício de uma cidadania democrática, o respeito recíproco e a liberdade religiosa. Assim, através do conhecimento mútuo e da “gramática do diálogo que forma para o

¹⁸¹ JOAO PAULO II, *Ao Comité Europeu para a educação católica*, 28 de abril de 2001. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2001/april/documents/hf_jp-ii_spe_20010428_educazione-cattolica.html [Consultado a 29.05.2017].

¹⁸² S. A. JUNQUEIRA, “Por que ensinar «Ensino Religioso» na escola? uma identidade pedagógica...”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 12 (2007), 147.

encontro e a valorização das diversidades culturais e religiosas”¹⁸³, consegue-se superar preconceitos e estereótipos negativos e concluir que partilhamos valores universais comuns: a justiça, a solidariedade e a paz.

Atualmente, a EMRC cumpre esta função já que tem como finalidade ajudar o aluno a:

“– aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo em particular;

(...) – entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;

(...) – aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência”¹⁸⁴.

A EMRC pretende fazer emergir no aluno essa abertura aos outros e, sobretudo, a abertura à diferença como fonte de enriquecimento. É com o conhecimento do jeito próprio de experimentar a relação com o transcendente, dentro de determinada cultura, que se vão delimitando as diferenças e os pontos em comum das religiões. Como afirmou o Papa Bento XVI a 11 de maio de 2009:

“Alguns chegam mesmo a afirmar que as nossas vozes devem simplesmente ser silenciadas. Mas nós sabemos que as nossas diferenças jamais devem ser erroneamente representadas como uma inevitável fonte de atrito ou de tensão, quer entre nós mesmos, quer mais vastamente na sociedade. Pelo contrário, elas oferecem uma maravilhosa oportunidade para pessoas de diferentes religiões de viver juntas em profundo respeito, estima e apreço, encorajando-se reciprocamente nos caminhos de Deus”¹⁸⁵.

É essencial providenciar um ambiente democrático de encontro privilegiado com um *alter-ego* já que “a escola, entre outras instituições formadoras da dignidade humana deveria ser tanto transmissora de conhecimento quanto lugar de escuta”¹⁸⁶. É importante ouvir o que a

¹⁸³ PAPA FRANCISCO, *Aos participantes na plenária da congregação para a educação católica (para as instituições de estudo)*, 09 de fevereiro de 2017. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170209_plenaria-educazione-cattolica.html [Consultado a 17.06.2017].

¹⁸⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “A Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade”, 10.

¹⁸⁵ BENTO XVI, *Discurso aquando a Peregrinação à Terra Santa: Encontro com as organizações para o diálogo Inter-religioso no Auditório de Notre Dame no Jerusalem Center*, 11 de maio de 2009. Disponível em https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090511_dialogo-interreligioso.html [Consultado a 15.04.2018].

¹⁸⁶ CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, *Documento de Trabalho 26/CNECV/ Reflexão ética sobre a dignidade humana*, 5 janeiro 1999, 25. Disponível em <http://docplayer.com.br/8859404-Sobre-a-dignidade-humana.html> [Consultado a 06.06.2017].

outra pessoa crê, vivenciando uma experiência de aceitação. Nesse âmbito, a EMRC é um espaço privilegiado porque muitas vezes os alunos inscritos professam outra religião ou não são crentes. A sua presença na sala de aula é uma oportunidade única para exercitar a confraternização e o debate sobre a identidade e vivência religiosa.

Perante uma sociedade individualista em que domina o uso desenfreado das novas tecnologias, torna-se necessário incutir nos alunos um gosto pelo debate aberto e franco já que estão mormente habituados aos intercâmbios virtuais através dos *sms* ou das redes sociais. As aulas de EMRC tornam-se, assim, espaços de comunicação frente-a-frente e a capacidade de saber ouvir opiniões divergentes e respeitar tradições religiosas diferentes.

O meu *alter-ego* não é apenas o nosso colega de escola, mas também aquela pessoa, “o nosso irmão”, também ele criado à imagem e semelhança de Deus, que vive a milhares de quilómetros da nossa casa e que sofre. O ERE pode ajudar a sair da indiferença e lutar contra as injustiças suportadas pelo outro.

Nesse sentido, a EMRC é uma proposta educativa que oferece uma oportunidade de refletir e dialogar sobre os problemas que afetam a humanidade. Constitui um lugar de educação para a fraternidade, a promoção do bem comum e o cuidado do outro.

O docente de EMRC deve trabalhar competências que permitem aos discentes “assumir o compromisso de melhorar as estruturas da sociedade, conformando-se aos princípios evangélicos”¹⁸⁷

Pela sua importância, estes princípios de cidadania ativa foram retomados no documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* que aponta para uma educação escolar em que os alunos:

“mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões

¹⁸⁷ SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “O leigo católico testemunha da fé na escola”, in *Educar na Escola: Documentos do Magistério para a Educação*, 52.

naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável”¹⁸⁸.

Cabe-lhe lançar desafios aos alunos para os conduzir a interpretar criticamente o cenário sociopolítico atual e tomar consciência da importância da liberdade religiosa. A sua prática pedagógica também deve sublinhar que ainda é frequente a discriminação e perseguição por motivos religiosos como lembrou Bento XVI, em 2011:

“é doloroso constatar que, em algumas regiões do mundo, não é possível professar e exprimir livremente a própria religião sem pôr em risco a vida e a liberdade pessoal. Noutras regiões, há formas mais silenciosas e sofisticadas de preconceito e oposição contra os crentes e os símbolos religiosos. Os cristãos são, actualmente, o grupo religioso que padece o maior número de perseguições devido à própria fé”¹⁸⁹.

Todo o programa de EMRC foi organizado com o fim de considerar, acolher e viver o respeito e a compreensão da diversidade e liberdade religiosa. Desde o 5.º ano de escolaridade, os manuais da disciplina fazem menção à História do cristianismo e à vida dos primeiros cristãos. No 7.º ano, na UL referente às Religiões, o programa impele os docentes a suscitar o diálogo inter-religioso para garantir a paz e da colaboração entre os povos. O intuito é lutar contra a discriminação e a perseguição das pessoas por motivos religiosos. No 8.º ano, com o mesmo desígnio, aborda-se a questão do Ecumenismo. Por fim, estuda-se, no 9.º ano, o conceito da Dignidade da Vida humana à luz de várias religiões.

Desta breve análise do programa do 2.º e 3.º ciclo, concluímos que é essencial construir aprendizagens significativas sobre a temática da perseguição aos cristãos no passado e no presente porque é fulcral transmitir conhecimentos que privilegiem a vertente cultural. Com efeito, é apenas no Ensino Secundário, mais propriamente na UL 8 – *A Comunidade dos Crentes em Cristo* - que a problemática é abordada.

¹⁸⁸ G. O. MARTINS (coord.), *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, Lisboa, 2017, 10.

¹⁸⁹ Bento XVI, *Liberdade religiosa, caminho para a Paz*, Mensagem para a Celebração do XLIV Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 2011. Disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20101208_xliv-world-day-peace.html [Consultado a 12.05.2017].

Os alunos que frequentam as aulas não são todos católicos, nem mesmo cristãos. Alguns professam outra fé ou simplesmente não aderem a nenhuma. Assim, perante esse público plural, reflexo da sociedade portuguesa atual, faz ainda mais sentido aprofundar o tema da liberdade religiosa. Encaixa-se perfeitamente nos conteúdos programáticos do 9.º ano de escolaridade. Achamos que faria mais sentido integrá-lo na UL 1 apesar de ser um tema transversal às outras duas unidades letivas já que os cristãos perseguidos são pessoas que abraçaram como projeto de vida serem testemunhos do amor de Deus. O mártir é o mais alto exemplo do crente como rosto e mãos de Deus a atuar no mundo.

Esse conteúdo inserir-se-ia no programa de EMRC, Edição de 2014, conforme consta na tabela seguinte:

Domínios	Metas
RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA	D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.
CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo; I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.
ÉTICA E MORAL	M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano; Q. “Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana; S. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Relativamente às Aprendizagens Essenciais, ou sejam, os documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, que visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, são as seguintes:

- “Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada;

- Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus e,

- Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade”¹⁹⁰.

Em síntese, o docente de EMRC tem uma missão desafiadora: despertar para a importância da liberdade religiosa como fundamento da dignidade da vida humana. Isto só é possível se o docente exercer o seu “ministério” de forma sempre renovada e renovadora, propondo abordagens pedagógicas originais.

3.2. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A EMRC visa incrementar uma melhor compreensão da diversidade cultural e religiosa, sensibilizando para o respeito da diferença. Oferece “grelhas de leitura que assentam no facto da problemática religiosa levantar as questões essenciais da existência humana, da vida e da história”¹⁹¹. Assim sendo, a dimensão religiosa aparece como portadora de respostas sobre o sentido último da realidade.

Imbuídos das palavras do Papa Francisco que apelou “a todas as pessoas de boa vontade, a fim de que haja uma vasta mobilização das consciências a favor dos cristãos perseguidos”¹⁹², optamos por uma proposta pedagógica que aprofunde o conhecimento dos alunos sobre a liberdade religiosa enquanto direito fundamental inerente da dignidade da pessoa humana. Temos a responsabilidade de formar personalidades coerentes e autênticas, capazes de opções livres e acertadas.

¹⁹⁰ DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, *Aprendizagens Essenciais de EMRC – 9º ano*, 2018, 8. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/emrc_3c_9a.pdf [Consultado a 13.11.2018].

¹⁹¹ F. MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, *Pastoral Catequética* 26, (2013), 64.

¹⁹² PAPA FRANCISCO, *Audiência geral*, 12 de novembro de 2014. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2014/documents/papa-francesco_20141112_udienza-generale.html [Consultado a 16.11.2018].

A nossa proposta pedagógica integra uma alteração do manual de EMRC de 9.º ano com a incorporação de novos conteúdos e uma proposta de planificação de duas aulas com base nas modificações sugeridas para o manual.

3.2.1. Sugestões para o manual

O manual escolar tem como função desenvolver as competências do aluno e não ser apenas um instrumento de transmissão de conhecimentos. Constitui um auxiliar fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Visa estimular o pensamento crítico dos alunos, abrangendo temáticas atuais como é o caso da liberdade religiosa.

Face à relevância desta problemática e ao recrudescer de perseguições aos cristãos, sugerimos portanto uma reformulação do manual de EMRC de 9.º ano para que espelha a mensagem cristã e a ação da Igreja em prol da liberdade religiosa.

Assim, elaboramos duas páginas que poderiam ser colocadas nas páginas 23 e 24 do manual com o subtítulo: “Cristãos discriminados e perseguidos”. A escolha do local de colocação deste conteúdo não é aleatória. Prende-se com o facto de se adequar ao tema dos grupos em desvantagem social abordado nas páginas anteriores. Além disso, a intolerância religiosa traduz-se em atos discriminatórios ou perseguições severas que, em alguns casos, foram ou são perpetrados por regimes de tipo totalitário ou grupos fundamentalistas que são precisamente identificados logo a seguir no livro.

Esta reformulação implicaria a supressão do texto intitulado “Cristãos enfrentam perseguição em mais de 60 países” da página 22 já que iríamos desenvolver a problemática de forma mais extensa.

Expomos então as nossas sugestões¹⁹³.

¹⁹³ Cf. Anexo 4 deste documento - Sugestões para o manual de 9º ano, 139-140.

Na primeira página, o título está destacado a cor de laranja seguindo os parâmetros do manual. Alinhado com o texto, colocamos uma fotografia tirada do *website* da Educris. Na fotografia, vê-se apenas uma mão segurando com firmeza uma cruz de madeira através de uma rede em arrame farpado. Remete os alunos para imagens que já lhes são familiares: as dos campos de concentração nazis. Surgem as primeiras questões: Esta fotografia é recente? Ainda há campos de concentração? Será que podemos ser presos por professar a fé cristã?



Após o título, colocamos uma breve introdução ao tema:

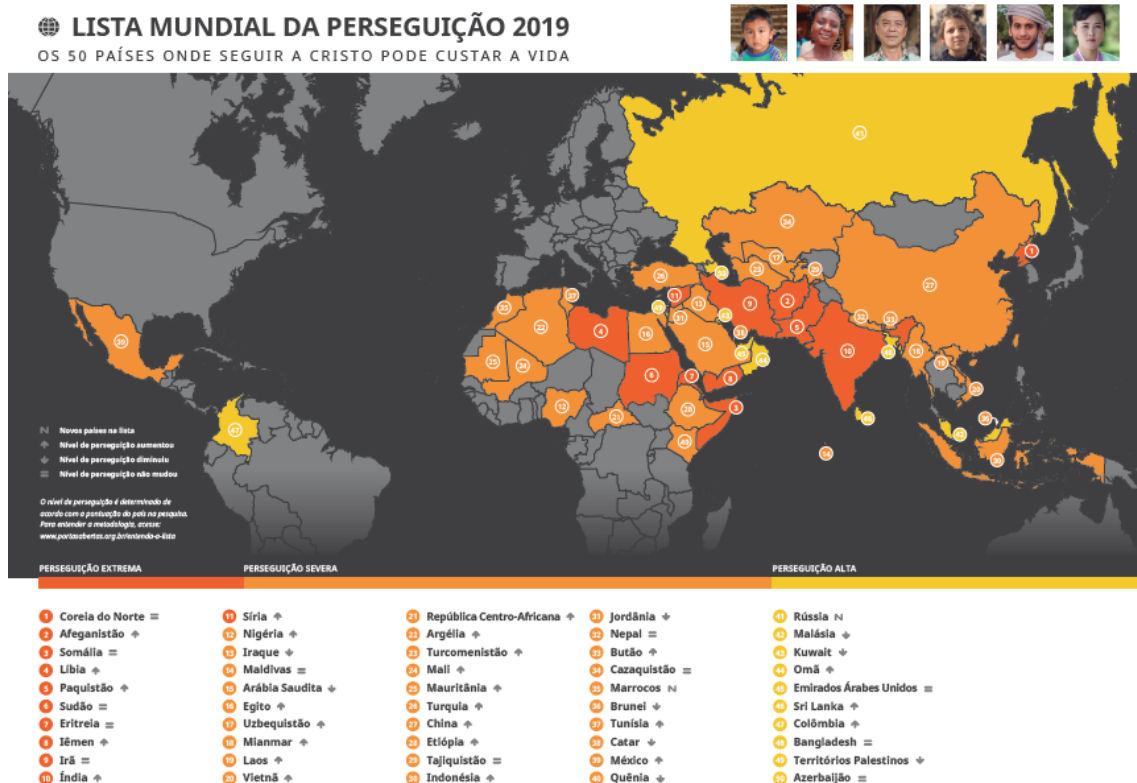
“Desde os primórdios do cristianismo, os seguidores de Cristo foram vítimas de perseguições. Atualmente ainda se verificam situações de discriminação, intolerância, tortura e assassinatos em vários países do mundo. Alguns crentes são impedidos de professar a sua fé livremente.”

Esta nota introdutória estabelece uma correlação com os temas já abordados nos anos anteriores: História do cristianismo e vida dos primeiros cristãos (5.º ano), As Religiões (7.º ano) e Ecumenismo (8.º ano).

De seguida, inserimos um mapa referente ao ano 2019 que identifica 50 países onde professar a fé cristã pode resultar na morte¹⁹⁴. São usadas três cores diferentes para identificar os estados conforme o nível de perseguição: extrema, severa ou alta. Para cada um também é

¹⁹⁴ O mapa apresenta dados muito recentes e está disponível no *website* da organização cristã internacional Portas Abertas.

referido se a situação melhorou, estagnou ou se deteriorou, com uma seta ascendente, um símbolo de igualdade ou uma seta descendente respetivamente.



De seguida, aparece uma frase a negrito: “A limitação ou privação de liberdade religiosa é um atentado à DIGNIDADE HUMANA porque a dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana”. Ao destacar esta frase, sublinha-se que a liberdade religiosa se funda na própria dignidade humana. A religião é parte integrante da existência humana; diferencia-nos dos animais, por isso, constitui a nossa humanidade. Ao impedir ou limitar uma pessoa de viver livremente a sua fé, despojamo-la da sua humanidade.

De seguida, introduzimos um conjunto de três fotografias que têm como fonte o *website* da Fundação AIS. Escolhemos intencionalmente imagens com pessoas para patentear que há vítimas de carne e osso: crianças, mulheres e homens como nós. A fotografia é um recurso didático de alta eficiência porque torna verdadeiros os factos aos olhos dos discentes e desperta a sua empatia.

Na primeira fotografia, identificam-se duas pessoas: em primeiro plano uma criança e em segundo uma mulher, talvez a mãe, que está numa tenda. Nela está desenhada uma cruz. São refugiados cristãos do Médio Oriente.



A segunda fotografia ostenta uma igreja totalmente destruída. Só restam as portas e o altar perante o qual está um menino virado de costas em pé. A imagem é forte e capta de imediato a atenção e curiosidade. Pelo seu poder visual, foi usada no Cartaz da Campanha “Oração pelos cristãos perseguidos no Oriente Médio” de 2016.

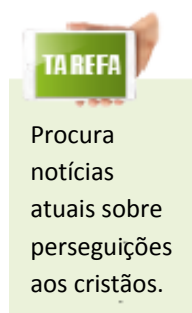


Na terceira imagem, vê-se um cristão iraquiano que segura a cabeça de uma estátua do Sagrado Coração de Jesus, decapitada pelo autoproclamado Estado Islâmico (Daesh) na Igreja de Mar Addai, Karamlesh, situada no norte do Iraque. Este homem é o rosto mesmo de Cristo.



Todas as fotografias seleccionadas estão repletas de símbolos religiosos (imagens, estátuas, entre outros) e impelem ao questionamento: Quem são essas pessoas? Onde ocorreram essas atrocidades? O que terá acontecido?

Indo ao encontro dessas interrogações, propomos uma tarefa aos alunos: pesquisar notícias sobre a perseguição aos cristãos.



Na segunda página, iniciamos um breve percurso por algumas declarações de direitos referentes à liberdade religiosa. É importante demonstrar que as entidades políticas nacionais e internacionais desempenham um papel central no respeito da liberdade religiosa. “Assim as instituições políticas elaboraram documentos que têm como finalidade defender expressamente a liberdade religiosa”. Inspirando-se nas páginas 10 a 13 do manual, o aluno descobre uma exposição de alguns trechos do artigo 41.º da Constituição Portuguesa de 1976, do artigo 18.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) e, por fim, do artigo 18.º da DUDH (1948).

A posição da Igreja também é realçada. “Em várias ocasiões, os Papas exaltaram a importância da liberdade religiosa, como coração dos direitos humanos, e denunciaram as

perseguições contra os cristãos”. Escolhemos uma imagem que retrata três pessoas de etnia diferente. Cada uma delas segura nas suas mãos uma ficha criminal como se estivessem a ser presos. O seu crime é simples: ser protestante, católico ou ortodoxo.



Esta fotografia remete para o imaginário cinematográfico dos alunos que vêem muitos filmes e séries policiais. É oriunda de um vídeo do Papa Francisco que está disponível na íntegra no link seguinte: <https://www.youtube.com/watch?v=crerbJq9zto&feature=youtu.be>. Numa breve frase, o Papa Francisco, figura conhecida e acarinhada por muitos alunos quer sejam eles cristãos, de outra religião ou não crentes, denuncia acontecimentos que a maioria desconhece ou ignora: “Quantas pessoas são perseguidas por causa da sua fé, obrigadas a abandonar suas casas, seus locais de culto, suas terras, seus afetos”. A imagem recorda aos alunos que o cristianismo engloba católicos, protestantes e ortodoxos. Todos eles sofrem discriminação ou perseguição. A mensagem pontifícia integra esse caráter ecuménico que é importante salientar.

Por fim, achamos que seria pertinente mostrar que “Existem vários movimentos e associações que oprimem para garantir a liberdade religiosa para todos” de forma a sensibilizar os alunos para a importância da sua ação em favor da liberdade religiosa e do respeito da dignidade da vida humana. Damos a conhecer mais pormenorizadamente a Fundação AIS, uma instituição também mencionada no livro do ensino secundário que versa a UL 8 – *A Comunidade dos Crentes em Cristo*, através de um breve texto:

“Esta organização dependente da Santa Sé foi fundada em 1947 pelo padre Werenfried van Straaten, tem por objetivo apoiar projetos de cunho pastoral em países onde a Igreja Católica está em dificuldades.

A Fundação mantém atualizado um Observatório da Liberdade Religiosa no mundo. Podes conhecer melhor em www.fundacao-ais.pt”

Tomando como exemplo as páginas 88 a 90 do manual referentes às instituições cristãs empenhas no bem comum, o texto é acompanhado do símbolo da Fundação assim que de uma fotografia em que se vislumbra uma cruz pregada numa parede repleta de impactos de balas e de uma mensagem: “Ao serviço da Igreja que sofre em silêncio”.



Pensamos que as sugestões propostas servem os interesses dos alunos porque concorrem para a aquisição de conteúdos novos e o aprofundamento do tema da dignidade da vida humana. Incluímos suportes dinâmicos para motivá-los para a aprendizagem e envolvê-los na problemática das perseguições aos cristãos.

Assim, cada docente poderá apropriar-se o seu conteúdo parcial ou totalmente aquando a elaboração da sua planificação e adaptá-lo às especificidades da turma e da cultura em que está inserido. Apresentamos então, de seguida, uma proposta de planificação de duas aulas.

3.2.2. Primeira proposta de planificação de aula

Na primeira aula, centrar-nos-emos no tema das perseguições aos cristãos. Iremos trabalhar as metas seguintes: M. “Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano”; Q. “Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana”; e E. “Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo”.

Explanamos de seguida a planificação¹⁹⁵.

Após ter acolhido os alunos, o professor informa que hoje a turma irá visitar uma exposição na sala polivalente. Pede então aos alunos para trazer consigo uma caneta e o manual de EMRC.

À chegada à sala, os alunos deparam-se com o cartaz da exposição¹⁹⁶. De cor preto e vermelho, integra escassos elementos: a letra árabe “nun” que remete para o sofrimento dos cristãos iraquianos de Mosul, o título da exposição “Sementes de Esperança” em referência à revista da Fundação AIS, a hora e o símbolo da entidade organizadora, neste caso, a Fundação AIS. Intencionalmente, o professor não desvendou previamente o tema da exposição para estimular a curiosidade e o interesse dos alunos.

À entrada, o professor retira o seu casaco debaixo do qual tem vestido uma tee-shirt da Fundação AIS¹⁹⁷. Doravante será ele o guia da exposição que irá contemplar quatro etapas devidamente sinalizadas por um cone fluorescente. Distribui então a cada aluno um bilhete de entrada¹⁹⁸ que deverá guardar cautelosamente.

Na primeira paragem, o grupo-turma depara-se com um conjunto de dez fotografias sobre as perseguições religiosas no passado e no presente¹⁹⁹. A maioria delas é tirada do manual de EMRC de 9.º ano. O professor-guia impele os alunos a observar com atenção cada

¹⁹⁵ Cf. Anexo 5 deste documento, Planificação 1 - “Lecionação do Contéudo - «Cristãos perseguidos»”, 141-142.

¹⁹⁶ Cf. Anexo 5.1 deste documento, Cartaz da exposição, 143.

¹⁹⁷ Cf. Anexo 5.2 deste documento, Tee-shirt da Fundação AIS, 144.

¹⁹⁸ Cf. Anexo 5.3 deste documento, Bilhete de entrada, 145.

¹⁹⁹ Cf. Anexo 5.4 deste documento, Imagens e fotografias da exposição, 146.

uma delas. Aproveita o momento para recapitular o conteúdo da aula anterior: “os atentados à dignidade humana. Alguns grupos em desvantagem social” porque certas fotografias retratam crianças.

De seguida, o professor-guia mostra aos alunos uma caixa onde está impresso “Participação livre e consciente” e explica a tarefa a realizar. Nas costas do bilhete de entrada, escrevem numa palavra o que lhes evocam as imagens e colocam o seu contributo na caixa. É um momento de reflexão individual e silenciosa. Pretende-se desenvolver nos alunos a capacidade de observação e análise crítica, dois princípios centrais do exercício da cidadania ativa.

Quando concluída a tarefa, o professor abre a caixa e distribui aleatoriamente um cartão a cada um. Ordenadamente, lêem em voz alta a ideia transcrita pelo colega. Inicia-se então um momento de discussão que o docente orienta, lançando pistas de reflexão: Há ideias repetidas? Há referências a alguma religião? Qual? Algo te incomoda nas imagens? O que são as perseguições? Há liberdade nestas situações? Sem liberdade, a nossa dignidade será respeitada? Apesar de o docente ser o moderador da conversa, tem de valorizar a participação oral de cada aluno, sem menosprezar nenhuma intervenção. Pretende-se proporcionar um espaço de debate e liberdade que promova “a competência social e emocional, as habilidades de comunicação, a resiliência e a sabedoria das crianças”²⁰⁰. Esta estratégia permite também ao professor diagnosticar os conhecimentos do grupo-turma sobre os conteúdos trabalhados na aula anterior. Em jeito de conclusão da atividade, os alunos são convidados a abrir o manual na página 23 (elaborada por nós). Um dos alunos lê em voz alta a frase a negrito.

A visita prossegue para o segundo ponto de aprendizagem em que apenas está um computador e um projetor. O professor convida então os discentes a examinar atentamente o mapa e a listagem anexa que consta da página 23 do manual. Simultaneamente, projeta-o na

²⁰⁰ P. MARTIN, Pessoas Felizes. *A natureza da felicidade e as suas origens na infância*, Bizâncio, Lisboa, 2006, 213.

parede e pede a um aluno para dizer qual é o primeiro país da listagem²⁰¹. Ao clicar na sua localização geográfica, aparece uma classificação das perseguições lá cometidas. Seguindo este método, identifica-se a situação de sete estados: Coreia do Norte, Somália, Afeganistão, Paquistão, Sudão, Síria, Iraque. Com esta atividade, procura-se destacar as zonas geográficas em que as perseguições são mais severas, explicar como se concretizam e apontar as razões. Neste segundo momento didático, pretende-se fornecer aos educandos uma chave de leitura da realidade que lhes permite habitar o mundo de modo construtivo, valorizando sempre os valores da liberdade e do respeito. Seria também profícua referir que, na Europa, também há casos de violação do direito à liberdade religiosa.

A visita continua até um local onde estão três bandeiras impressas em cartolinas: uma de Portugal, outra da União Europeia e outra da ONU²⁰². Após as terem identificado, três alunos lêem em voz alta a declaração de direitos escrita no verso de cada uma, respetivamente a Constituição da República Portuguesa, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todos os textos são oriundos do livro de EMRC. Ao patentear estes documentos, quer-se demonstrar que, ao longo do século XX, as instituições políticas têm agido em prol da liberdade religiosa. Assim, esta questão não diz respeito apenas às instituições cristãs.

Podemos então alcançar a última paragem da exposição em que projetamos o vídeo de uma mensagem do Papa Francisco em que denuncia as perseguições aos cristãos e apela à oração e ajuda material²⁰³. O objetivo deste visionamento é mostrar aos alunos que a Igreja Católica tem denunciado a restrição de liberdade religiosa e impulsionado momentos de oração em prol das vítimas, mas também ações pastorais através, por exemplo, da Fundação AIS cujo símbolo surge no fim do vídeo e está patente no cartaz e no bilhete de entrada da exposição. O professor apresenta brevemente esta instituição pontificia.

²⁰¹ Cf. Anexo 5.5 deste documento, Mapa interativo sobre as perseguições aos cristãos, 147-148.

²⁰² Cf. Anexo 5.6 deste documento, Bandeiras e declarações de direitos, 149.

²⁰³ Cf. Anexo 5.7 deste documento, Vídeo do Papa, 150.

A visita acaba com a distribuição individual de um cartão com a frase síntese da aula: “A perseguição aos cristãos é um atentado à dignidade humana porque restringe a liberdade religiosa”. No verso do cartão, está escrito: “Gostas de desafios? Descarrega a aplicação *Actionbound* no teu telemóvel para a próxima semana!”²⁰⁴ O docente introduz já a atividade da aula seguinte.

Este itinerário pedagógico-reflexivo sobre o tema: “A perseguição aos cristãos: um atentado à liberdade religiosa” supõe uma grande preparação por parte do docente: solicitação junto do conselho diretivo da escola de um espaço que possa ser apropriado para o efeito; produção dos diversos materiais (convite, cartaz, bilhetes de entrada, mapa interativo, bandeiras e cartões) e montagem da exposição. Numa fase posterior, seria interessante abrir a exposição aos outros anos de escolaridade e à toda a comunidade escolar de forma a despertá-los para a problemática das perseguições aos cristãos.

Em conclusão, esta primeira aula foi menos expositiva para que o aluno se tornasse protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem. Recorremos a estratégias diversificadas para despertar o interesse do grupo-turma e provocar o questionamento sobre a sua própria existência e as vivências de outras pessoas.

Neste itinerário pedagógico, haverá espaço para uma interdisciplinaridade com as disciplinas de Português, História, Geografia e Tecnologias de Informação e Comunicação porque a EMRC não se alheia dos outros saberes:

“Pelo contrário, procurará alcançá-los e compreendê-los, para que o diálogo com eles seja fecundo, em ordem à formação integral dos alunos, tendo em vista a promoção da dignidade de cada ser humano, à luz do projeto criador de Deus”²⁰⁵.

²⁰⁴ Cf. Anexo 5.8 deste documento, Cartão síntese, 151.

²⁰⁵ D. PEDRINHO, “Competência Científica e Competência Educativa do Professor de Educação Moral e Religiosa Católica”, *Pastoral Catequética* 21/22 (setembro 2011- abril 2012), 21.

3.2.3. Segunda proposta de planificação de aula

Consideramos que seria interessante organizar duas aulas para aprofundar a temática da perseguição aos cristãos. Propomos então outra atividade porque como referiu Arends:

“a utilização de uma abordagem ou método único já não é suficiente. Quando existem várias opções, os professores podem selecionar a abordagem que melhor serve um determinado objetivo ou turma, assim como os modelos que podem ser utilizados para promover a motivação, o envolvimento e o sucesso dos alunos”²⁰⁶.

Iremos trabalhar as metas seguintes: M. “Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano”; Q. “Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana”; e E. “Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo”.

Explanamos de seguida a planificação²⁰⁷.

A aula consistirá num *peddy-paper* com o recurso ao telemóvel, uma ferramenta tão utilizada pelos discentes. Não será necessário um telemóvel por aluno já que a atividade será de grupo com o intuito de propiciar a interação entre os discentes. Aprendem assim a cooperar com os outros em tarefas comuns e desenvolvem a sua capacidade de comunicação.

Optamos pelo *peddy-paper* pelo facto de considerarmos que é indispensável organizar a escola como um espaço dinâmico em que o aluno encontra condições favoráveis a uma aprendizagem efetiva. Proporciona uma componente lúdica e de aprendizagem que sensibiliza os alunos para a importância da liberdade religiosa e da perseguição aos cristãos. O jogo foi definido por Gross como “um exercício de preparação para a vida séria”²⁰⁸ e por Erikson como “a forma infantil da capacidade humana para manejar a experiência criando situações-modelo e para dominar a realidade por meio da experimentação e do planeamento”²⁰⁹. Neste sentido, instiga a reflexão e também a cooperação entre pares. Dele resulta a aprendizagem de

²⁰⁶ R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, 25.

²⁰⁷ Cf. Anexo 6 deste documento, Planificação 2- “Lecionação do Conteúdo - «Cristãos perseguidos»”, 152.

²⁰⁸ Citado por J. CHATEAU, *A Criança e o Jogo*, Coimbra Atlântida Editora, Coimbra, 1975, 29.

²⁰⁹ E. ERIKSON, *Infância e Sociedade*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976, 204.

regras, comportamento, construção de relacionamentos baseados na afetividade e respeito às ideias dos outros.

O *peddy-paper* será feito através da aplicação *Actionbound* que os alunos instalarão previamente no telemóvel. Intitula-se “Sou cristão!” e está disponível no *link* seguinte <https://actionbound.com/bound/perseguidoemrc>.

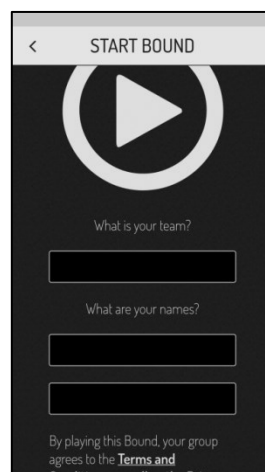


Relativamente ao uso de dispositivo móvel em contexto escolar, as opiniões divergem e são inúmeros os debates sobre essa questão. Se no passado a educação era apenas uma questão de transmissão de saber do professor para o aluno, atualmente aponta-se a necessidade de escolher outros tipos de abordagens através da exploração de novos recursos, entre elas as tecnologias de informação e comunicação. É preciso inovar as suas práticas pedagógicas para que estejam em consonância com as competências digitais dos alunos. O recurso às ferramentas digitais facilita uma apreensão dos conteúdos de forma motivadora, despertando a curiosidade e o desejo de aprender. São um excelente auxiliar no processo de ensino-aprendizagem desde que usadas inteligente e eficazmente, recorrendo a uma metodologia. Nunca se pode substituir o professor no processo de ensino-aprendizagem e descurar competências essenciais como a leitura e a escrita em prol da Internet, dos vídeos, entre outros.

Antes de iniciar a atividade, o docente verifica que todos os grupos tenham um telemóvel com a aplicação e ligação à Internet. Esta só será necessária no início e fim da

atividade. De seguida, explica a tarefa: superar dez desafios que podem ser perguntas ou missões com a ajuda do manual. Todo o percurso será realizado dentro do recinto escolar. O jogo começa e acaba junto do portão da escola.

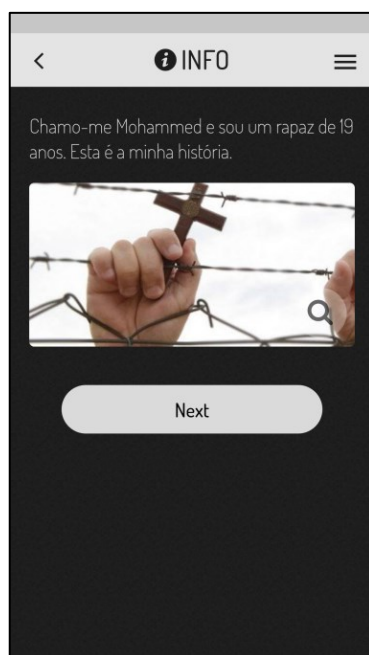
A turma desloca-se então em silêncio até ao local de partida onde está colado na parede um código QR que será digitalizado por cada equipa. Depois cada equipa poderá introduzir o seu nome e os nomes dos jogadores.



Os alunos deparam-se então com o título da atividade “Sou cristão!” e o retrato de uma mulher a rezar. Na imagem, pode ler-se: “Cristãos perseguidos... e se fosse você?”. Os alunos descobrem então a temática do Actionbound: a perseguição aos cristãos.



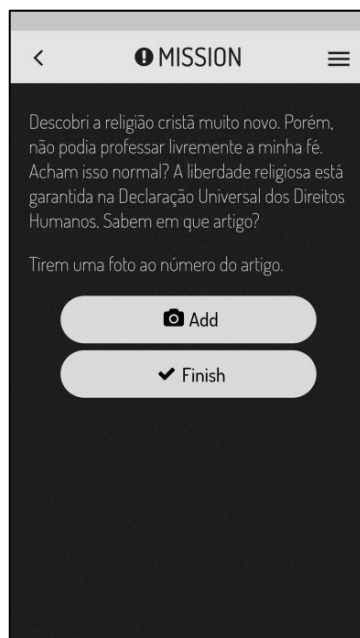
Os alunos vão conhecer um pouco da história de Mohammed, um rapaz de 19 anos.



Mohammed conta que nasceu num dos países onde há mais perseguição aos cristãos. Qual será? Os alunos podem pesquisar no manual, se assim o entenderem. A resposta correta é Iraque. Enquanto a equipa não acertar na resposta, não poderá continuar o *peddy-paper*.

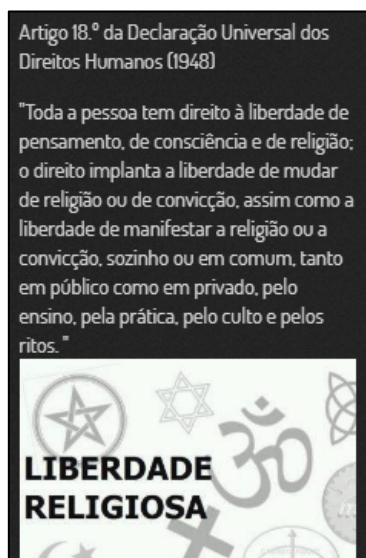


Na segunda tarefa, ficamos a conhecer um pouco mais da vida de Mohammed. Descobriu a religião cristã muito novo, porém não a podia professar livremente apesar de a liberdade religiosa estar garantida na DUDH. Os alunos devem identificar o artigo e tirar fotografia ao número em questão, neste caso o número 18.

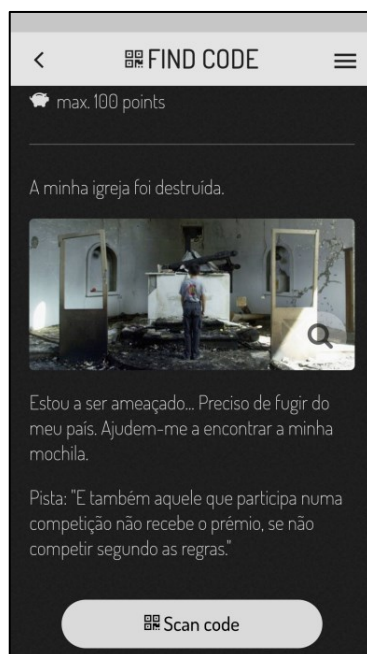


Tirada a fotografia, os alunos podem ler no ecrã do seu telemóvel o artigo 18.º da DUDH (1948) na sua íntegra:

“Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”.

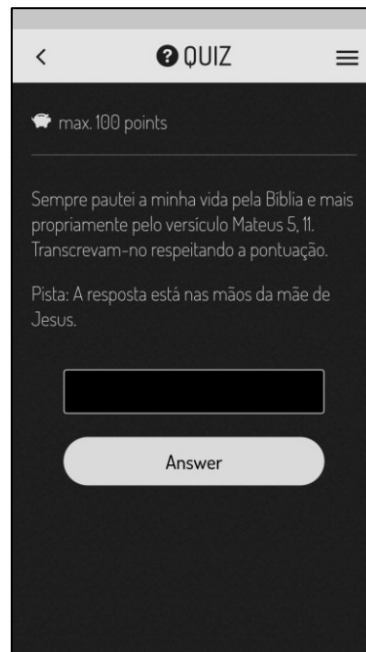


De seguida, Mohammed explica os mecanismos repressivos de que foi vítima. Começaram por destruir a sua igreja e depois foi ameaçado de morte. Foi obrigado a fugir do seu país. Levou apenas uma mochila . Onde estará? A pista dada aos alunos é: “E também aquele que participa numa competição não recebe o prémio, se não competir segundo as regras” (2Tm 2, 5). Escolhemos um versículo da Bíblia porque uma das metas curriculares da EMRC é conhecer a mensagem e cultura bíblicas.



A mochila está escondida junto da vitrine onde estão expostas as taças e medalhas ganhas pelos alunos da escola. O grupo digitaliza o código QR e leva consigo uma das mochilas. Há uma por grupo. Cada uma contém roupa, comida e uma Bíblia.

A Bíblia é uma ferramenta imprescindível para a tarefa seguinte que consiste em transcrever o versículo 11 do capítulo 5 do Evangelho de São Mateus. Parece uma tarefa simples mas muitos alunos não estão habituados a ler a Bíblia. É importante o aluno reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida.



Tirada a fotografia, os alunos podem ler no ecrã do seu telemóvel o versículo na sua íntegra: “Felizes sereis, quando vos insultarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o género de calúnias contra vós, por minha causa”.

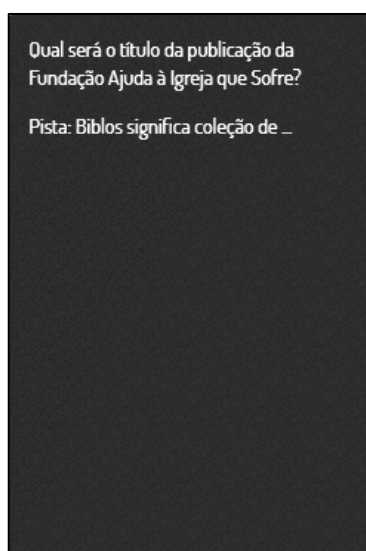


Mohammed continua a revelar mais pormenores da sua história. Foi ameaçado e torturado por ser cristão. Procura auxílio junto de uma organização católica mas infelizmente não se recorda do seu nome. Os alunos têm quatro respostas à escolha: Ajuda à Igreja

Perseguida, Igreja que Sofre, Associação de Defesa dos Cristãos Perseguidos e Ajuda à Igreja que Sofre.

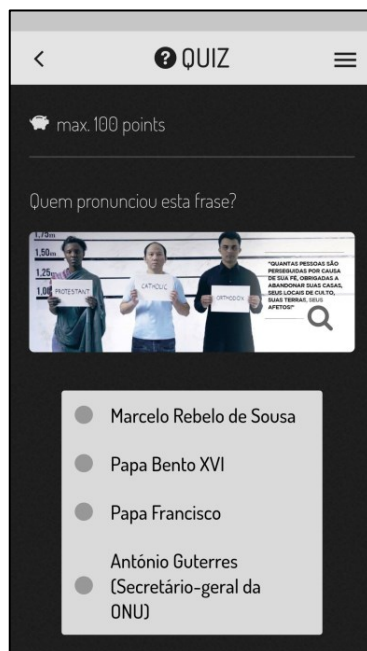


Após ter respondido corretamente à questão, cabe aos alunos descobrir o título da publicação da Fundação AIS. A pista é: *Biblos* significa coleção de... Terão de dirigir-se à biblioteca da escola onde encontrarão a publicação “Sementes de Esperança”.

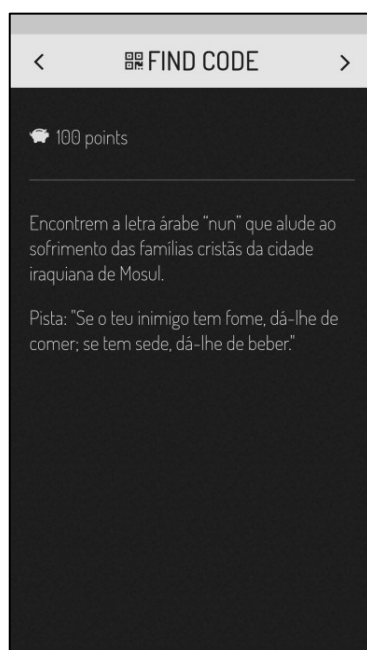


De seguida, o desafio consiste em indicar o autor da frase “Quantas pessoas são perseguidas por sua causa, obrigada a abandonar suas casas, seus locais de culto, suas terras,

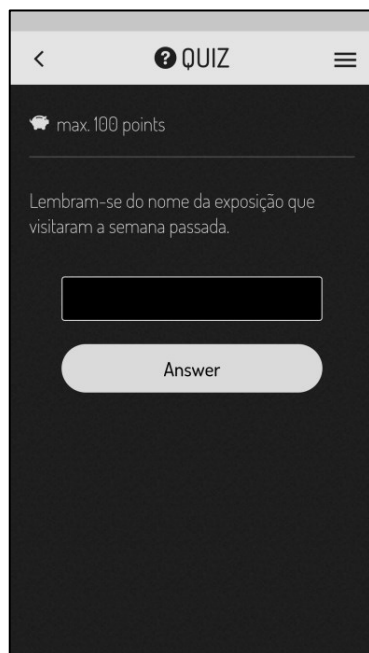
seus afetos”. Podem escolher entre Marcelo Rebelo de Sousa, o Papa Bento XVI, o Papa Francisco e António Guterres (Secretário Geral da ONU). A resposta correta é Papa Francisco.



Depois, compete-lhes encontrar a letra árabe “nun” que alude ao sofrimento das famílias cristãs da cidade iraquiana de Mosul. A pista é outra vez oriunda da Bíblia e remete para a caridade, um dos valores que procuramos fomentar nos alunos: “Se o teu inimigo tem fome, dá-lhe de comer; se tem sede, dá-lhe de beber” (Rm 12, 20). Os alunos só podem passar à etapa seguinte quando encontrarem o código QR que está escondido no refeitório da escola.



A seguir, é perguntado aos alunos qual o nome da exposição que visitaram na semana anterior. Esta questão demonstra aos alunos que existe um encadeamento nas aulas de EMRC.



< ? QUIZ

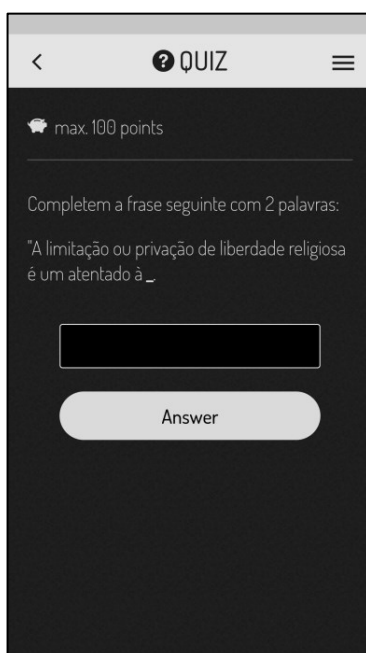
max. 100 points

Lembram-se do nome da exposição que visitaram a semana passada.

Answer

A posteriori os alunos procuram na Internet uma fotografia recente sobre perseguição religiosa.

Em jeito de conclusão do *Actionbound*, cada grupo completa a frase seguinte com duas palavras: "A limitação ou privação de liberdade religiosa é um atentado à...". A resposta certa é “dignidade humana”.



< ? QUIZ

max. 100 points

Completem a frase seguinte com 2 palavras:

"A limitação ou privação de liberdade religiosa é um atentado à _"

Answer

No final da atividade, regressamos em silêncio à sala de aula para a projeção dos resultados e uma avaliação da atividade. É importante inquirir os alunos sobre os pontos fortes e fracos do *Actionbound* e sobre as dificuldades sentidas por cada grupo. Este diálogo permite melhorar o *peddy-paper* se necessário.

Concluimos a aula com a síntese: A liberdade religiosa só poderá ser uma realidade se colaborarmos uns com os outros na construção de um mundo mais fraterno e respeitoso dos direitos humanos.

CONCLUSÃO

Ao terminar este trabalho, chegamos ao fim do nosso percurso acadêmico marcado por uma importante reflexão teológica, pedagógica e didática. As vivências da Prática de Ensino Supervisionada permitiram-nos complementar conhecimentos teóricos e desenvolver competências analíticas sobre a nossa prática letiva. Ensinou-nos a importância do rigor científico e do trabalho metódico no planeamento das aulas. Permitiu-nos também aprofundar a nossa reflexão sobre os conteúdos do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Tornou-se evidente a exigência de uma constante atualização relativamente às competências pessoais, às matérias lecionadas e às metodologias de ensino utilizadas, para melhorar o nosso desempenho enquanto educador católico.

Mais do que um mero transmissor de saberes, o docente da disciplina de EMRC tem de potenciar aos seus alunos espaços de encontro, debate e questionamento individual sobre o mundo, quer seja a nível da sua comunidade, da sua cidade, do país ou do mundo. Enquanto pessoas feitas à imagem e semelhança de Deus, o nosso lugar não é apenas o de simples moradores na Terra, sendo, portanto, responsáveis pela Natureza e sobretudo uns pelos outros. Somos todos seres únicos dotados de uma especial dignidade.

Esta está salvaguardada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros documentos legislativos. Apesar disso, os direitos mais fundamentais continuam a ser menosprezados, entre eles o da liberdade religiosa. Assim, o docente de EMRC é chamado, pela sua missão específica em contexto escolar, a inspirar as consciências para impulsionar uma atuação comprometida na promoção dos direitos humanos, e por conseguinte, da dignidade da pessoa humana, em comunhão com o Evangelho e o magistério da Igreja.

Neste sentido, decidimos que era fulcral aprofundar a temática da liberdade religiosa e dos cristãos perseguidos. No âmbito da PES, identificámos uma carência na UL1 “A

Dignidade da Vida Humana” relativamente à questão da liberdade religiosa e às ameaças a esse direito.

A nossa investigação histórica e teológica para a composição do segundo capítulo desta dissertação demonstrou que o conceito de liberdade religiosa foi evoluindo ao longo dos séculos. Nos seus primórdios, a Igreja não usufruía desse direito. Paulatinamente ganhou poder no espaço sociopolítico e a situação inverteu-se. Passou a outorgar a si própria liberdade religiosa e limitava ou proibia a prática das outras confissões religiosas. Porém, a partir do século XVIII, a Igreja Católica foi perdendo influência no campo político e social. A sociedade europeia começou a secularizar-se, “privatizando” o fenómeno religioso. Atualmente continua a haver uma tentativa de secundarizar as confissões e as suas atividades como se fossem irrelevantes para a sociedade. Esquece-se que a religião é um fenómeno dinâmico capaz de revigorar os mais diversos ambientes (familiares, comunitários e institucionais) e um contributo essencial para a edificação do bem comum.

Alguns documentos legislativos vieram alterar essa situação ao conceder a todos os crentes o direito de professar a sua fé. Este processo culminou na promulgação do artigo 18.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Igreja Católica só reconheceu formalmente a liberdade religiosa para todos a partir do Concílio Vaticano II.

Não obstante, a liberdade religiosa continua a ser ameaçada diariamente. Por isso, algumas instituições denunciam casos de discriminação e perseguição religiosa. Alertam também para os mecanismos usados contra os cristãos por alguns grupos religiosos fanáticos ou atores estatais. Entre elas, destacam-se a Associação Internacional para a Defesa da Liberdade Religiosa, a Missão Portas Abertas, o Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos na Europa e a Fundação Ajuda à Igreja que Sofre. Esta é única que depende da Igreja Católica. Desempenha um papel fundamental pelos fins que a orienta e pelo levantamento periódico que vai fazendo da geografia das comunidades perseguidas, mormente das cristãs.

Hoje, mais do que nunca, urge favorecer uma educação que fortaleça os laços entre os membros da família humana porque só assim se poderá construir um mundo alicerçado no respeito da dignidade humana. É importante levar o aluno a comprometer-se em prol da justiça e da liberdade para todos, especialmente dos mais desfavorecidos, para concretizar a “civilização do amor”²¹⁰. A educação tem de promover um humanismo cristão em que a pessoa esteja aberta ao diálogo e seja capaz de oferecer respostas novas aos desafios do nosso tempo, entre eles, as ameaças à liberdade religiosa.

Assim, no último capítulo deste estudo, refletimos sobre o modo como a disciplina de EMRC pode favorecer a promoção da liberdade religiosa. Procurámos identificar as razões que justificam a importância do estudo do fenómeno religioso.

Partindo das principais conclusões do nosso estudo, procurámos sugerir algumas pistas pedagógicas pertinentes para que a disciplina possa cumprir plenamente as finalidades para as quais foi criada, sendo a educação integral da pessoa humana. Propõe-se uma alteração do manual de 9.º ano para inserir conteúdos sobre a perseguição de que são vítimas os cristãos. Com base nessas novas duas páginas, planificámos duas aulas criativas e dinâmicas em que o aluno se torna o protagonista das suas aprendizagens. As nossas propostas têm como objetivo dotar os alunos de ferramentas para julgar criteriosamente a realidade. Valorizámos, em todas as atividades, a cooperação para os impelir a agir na sociedade de forma fraterna e solidária. Por fim, sublinhámos a importância da dimensão religiosa como parte integrante do indivíduo e da sociedade.

Este itinerário histórico, pedagógico e didático pretende incrementar nos discentes uma sensibilidade social e uma profunda responsabilidade civil e política para que se tornem agentes de mudança que conciliam as ações com as declarações. Nesse âmbito, é importante

²¹⁰ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar ao humanismo solidário. Para construir uma “civilização do amor” - 50 anos após a Populorum progressio*, 16 de abril de 2017. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20170416_educ-are-umanesimo-solidale_po.html#_ftnref35 [Consultado a 28.03.2018].

favorecer o espírito crítico dos alunos, a compreensão da relação entre a ciência e religião e combater a iliteracia religiosa.

Na nossa perspectiva, o trabalho que aqui apresentamos poderá ser relevante para a lecionação da UL 1 do programa de 9.º ano, na medida em que propõe novos recursos didáticos que contribuem para uma consciência mais viva da importância da liberdade religiosa na sociedade atual.

Realizar este trabalho foi uma bastante estimulante a nível científico e pedagógico, tendo implicações importantes no trabalho diário realizado no âmbito da disciplina de EMRC. Foi um processo de descoberta que nos deu prazer percorrer. Sentimos que o professor é cada vez mais colocado perante desafios crescentes, decorrentes das transformações da sociedade, e por isso, deve refletir de forma crítica sobre a sua prestação para que possa concretizar plenamente a sua tarefa de educador.

“O verdadeiro educador é como um pai e uma mãe que transmite uma vida capaz de futuro.”²¹¹
Papa Francisco

²¹¹ PAPA FRANCISCO, *Aos participantes na plenária da congregação para a educação católica (para as instituições de estudo)*, 09 de fevereiro de 2017.

BIBLIOGRAFIA

SAGRADA ESCRITURA, Edição dos Capuchinhos Franciscanos, 5.^a ed., Difusora Bíblica, Lisboa/Fátima 2008.

- Documentos da Igreja

BENTO XVI, *Ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé por ocasião da troca dos bons votos de início de Ano*, 10 de janeiro de 2011. Consultado em w2.vatican.va a 26.05.2017.

BENTO XVI, *Aos professores de religião católica nas escolas italianas*, 25 de abril de 2009. Consultado em w2.vatican.va a 30.05.2017.

BENTO XVI, *Audiência geral*, 06 de junho de 2007. Consultado em w2.vatican.va a 22.06.2017.

BENTO XVI, *Carta encíclica Deus é Amor (Deus Caritas Est)*, Paulinas, Lisboa, 2006.

BENTO XVI, *Discurso aquando a Peregrinação à Terra Santa: Encontro com as organizações para o diálogo Inter-religioso no Auditório de Notre Dame no Jerusalem Center*, 11 de maio de 2009. Consultado em w2.vatican.va a 15.04.2018.

BENTO XVI, *Homilia, 13 de maio de 2010*. Consultado em w2.vatican.va a 24.11.2017.

Bento XVI, *Liberdade religiosa, caminho para a Paz*, Mensagem para a Celebração do XLIV Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 2011. Consultado em w2.vatican.va a 12.05.2017.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo (Gaudium et Spes)*, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, 345-418.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Declaração sobre a educação cristã (Gravissimum Educationis)*, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1983, 203-212.

CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração sobre a liberdade religiosa (Dignitatis humanae)*, in *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial A.O., Braga, 1983, 265-274.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Educação Moral e Religiosa Católica - Um valioso contributo para a formação da personalidade”, *Pastoral Catequética* 5 (2006), 7-16.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar ao humanismo solidário. Para construir uma “civilização do amor” - 50 anos após a Populorum progressio*, 16 de abril de 2017. Consultado em w2.vatican.va a 28.03.2018.

PAPA FRANCISCO, *Angelus*, 26 de dezembro de 2016. Consultado em w2.vatican.va a 25.06.2017.

PAPA FRANCISCO, *Aos participantes na plenária da congregação para a educação católica (para as instituições de estudo)*, 09 de fevereiro de 2017. Consultado em w2.vatican.va a 17.06.2017.

PAPA FRANCISCO, *Audência geral*, 12 de novembro de 2014. Consultado em w2.vatican.va a 08.11.2018.

PAPA FRANCISCO, *Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor*, Mensagem para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais, 17 de maio de 2015. Consultado em w2.vatican.va a 25.07.2017.

PAPA FRANCISCO, *Discurso à delegação de rabinos “mountain Jews” do Caucaso*, 05 de novembro de 2018. Consultado em w2.vatican.va a 13.01.2019.

PAPA FRANCISCO, *Discurso ao Reverendo John P. Chalmers Moderador da Igreja da Escócia*, 16 de fevereiro de 2015. Consultado em w2.vatican.va a 14.11.2018.

PAPA FRANCISCO, *Discurso aos participantes do Congresso Internacional “Liberdade Religiosa segundo o Direito Internacional e o conflito global dos valores”*, 20 de junho de 2014. Consultado em w2.vatican.va a 15.11.2018.

PAPA FRANCISCO, *Exortação apostólica A alegria do Evangelho (Evangelii Gaudium)*, Paulus, Lisboa, 2013.

PAPA FRANCISCO, *Fraternidade, fundamento e caminho para a paz*, Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 2014. Consultado em w2.vatican.va a 02.06.2017.

PAPA FRANCISCO, *Por uma cultura do encontro*, Meditações matutinas na santa missa celebrada na capela da casa santa marta, 13 de setembro de 2016. Consultado em w2.vatican.va a 30.05. 2017.

JOAO XXIII, *Carta Encíclica Paz na Terra (Pacem in Terris)*, União Gráfica, Lisboa, 1963.

JOÃO XXIII, *Radiomensagem a todos os fiéis cristãos a um mês da abertura do Concílio Ecuménico Vaticano II*, 11 de setembro de 1962. Consultado em w2.vatican.va a 20.05.2017.

JOAO PAULO II, *Ao Comité Europeu para a educação católica*, 28 de abril de 2001. Consultado em w2.vatican.va a 29.05.2017.

JOÃO PAULO II, *Carta encíclica A solicitude social da Igreja (Sollicitudo Rei Socialis)*, Ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1988.

JOÃO PAULO II, *Discurso aos membros da Associação “Auxílio à Igreja que Sofre”*, 16 de novembro de 1981. Consultado em w2.vatican.va a 30.04.2018.

JOAO PAULO II, *Discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas*, 02 de outubro de 1979. Consultado em w2.vatican.va a 25.05.2018.

JOÃO PAULO II, *Liberdade religiosa condição para a convivência*, Mensagem do XXI Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 1988, in *Caminhos de Paz. Dia Mundial da Paz, 40 anos de mensagens 1968-2007*, Centro Cultural Mosaiko, Luanda, 2007, 253-262.

JOÃO PAULO II, *Mensagem aos países signatários do Acto Final de Helsínquia*, 01 de setembro de 1980. Consultado em w2.vatican.va a 25.05.2018.

JOÃO PAULO II, *No respeito dos direitos humanos, o segredo da verdadeira paz*, Mensagem do XXXII Dia Mundial da Paz, 01 de janeiro de 1999, in *Caminhos de Paz. Dia Mundial da Paz, 40 anos de mensagens 1968-2007*, Centro Cultural Mosaiko, Luanda, 2007, 355-366.

JOÃO PAULO II, *O Mistério da Encarnação: bula de proclamação do grande jubileu do ano (Incarnationis Mysterium)*, 2000, Ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

LEAO XIII, *Sobre a constituição cristã dos Estados (Immortale Dei)*, in *Magistério Social da Igreja*, Ed. Paulistas, Lisboa, 1960, 129-155.

LEAO XIII, *Sobre a liberdade humana (Libertas)*, in *Magistério Social da Igreja*, Ed. Paulistas, Lisboa, 1960, 157-186.

PIO XI, *Carta encíclica sobre a promoção da verdadeira unidade de religião (Mortalium Animos)*. Consultado em <http://w2.vatican.va> a 13.06.2018.

PIO XII, *Carta encíclica sobre o corpo místico de Jesus Cristo (Mystici Corporis)*, Morais, Lisboa, 1961.

PIO XII, *Discours aux participants au X^e congrès international des sciences historiques*, 7 de setembro de 1955. Consultado em w2.vatican.va a 12.05.2018.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “A Escola Católica”, in *Educar na Escola: Documentos do Magistério para a Educação*, Paulinas, Prior Velho, 2007, 7-41.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “O leigo católico testemunha da fé na escola”, in *Educar na Escola: Documentos do Magistério para a Educação*, Paulinas, Prior Velho, 2007, 43-83.

- Documentos curriculares

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Escola para a Vida. Projeto Educativo 2016-2019*.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS, *Projeto Curricular* - Revisto a 14 de fevereiro de 2017.

DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, *Aprendizagens Essenciais de EMRC – 9.º ano*, 2018. Consultado em www.dge.mec.pt/ a 13.11.2018.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Competências Essenciais e Metodologia da EMRC na Educação Básica, nº3*, SNEC, Lisboa 2003.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Manual do 9.º ano de EMRC “Conta comigo”*, SNEC, Moscavide, 2014.

SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Moscavide, 2014.

- Estudos

“*Actas dos Mártires - Martírio a Cipriano*”, in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, 318-319.

A Diogneto, Alcalá, Lisboa, 2001.

ADRAGÃO, P. P., *A Liberdade Religiosa e o Estado*, Almedina, Coimbra, 2002.

ÁLVAREZ, T. P., *Libertad Religiosa y Espacios Públicos – Laicidad, pluralismo, símbolos*, Madrid, Civitas Ediciones, 2010.

AMBROSIO, J., *Distinção entre EMRC e Catequese* (texto não publicado para uso dos alunos da disciplina de Didática Específica de EMRC, Faculdade de Teologia, Lisboa, 2017).

AMBROSIO, J., “Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”, *Communio* 5 (2001), 437-449.

AMBROSIO, J., *Identidade e Finalidades da Disciplina de EMRC* (texto não publicado para uso dos alunos da disciplina de Didática Específica de EMRC, Faculdade de Teologia - UCP, Lisboa, 2017).

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, *A carta internacional dos direitos humanos*, Ed. Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria Geral da República, Lisboa, 2001.

ARENDS, R., *Aprender a Ensinar*, Mc Graw Hill, Lisboa, 2008.

ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS, *Repensar a cidadania nos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Ed. Notícias, Lisboa, 1998.

AZEVEDO, J., “Contributos para uma perspectiva antropológica e sociocomunitária da educação”, *Pastoral Catequética* 23 (2012), 11-26.

BASTIANEL, S., *Moralidade pessoal na história*, Temas de ética social, Editorial Cáritas, Lisboa, 2013.

BENTO XVI; W. VAN STRAATEN, *O Papa e o Mendigo: pensamentos e meditações do papa Bento XVI e do padre Werenfried*, Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, Lisboa, 2007.

BETTENCOURT, C., “A liberdade religiosa no mundo em 2014”, in ADRAGÃO, P.; LEÃO, A.; RAMALHO, T. (coord.), *Atas do II Colóquio Luso-Italiano sobre Liberdade Religiosa - A intolerância religiosa no mundo: estado da questão*, FDUP, Porto, 2017.

BORGES DE PINHO, J. E., “Liberdade religiosa e ecumenismo-caminho realizado e perspectivas para o terceiro milénio”, *Didaskalia* 27 (1997), 77-120.

CANOTILHO, J. G., (Coord.), *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Celta, Oeiras, 2000.

CANOTILHO, J. G., “A liberdade religiosa entre o juspositivismo constitucional e a judicialização dos conflitos religiosos”, in *Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, Vol. 2, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, 779-788.

CATROGA, F., *Entre Deuses e Césares - Secularização, laicidade e religião civil*, Almedina, Coimbra, 2006.

CHADWICK, H., *A Igreja primitiva*, Ulisseia, Lisboa, 1969.

CHATEAU, J., *A Criança e o Jogo*, Coimbra Atlântida Editora, Coimbra, 1975.

CLEMENTE, M., *Igreja e sociedade portuguesa - Do Liberalismo à República*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, *Documento de Trabalho 26/CNECV/ Reflexão ética sobre a dignidade humana*, 5 janeiro 1999, 25. Consultado em <http://docplayer.com.br/8859404-Sobre-a-dignidade-humana.html>. a 06.06.2017.

CRISTIANI, L., *Brève Histoire des Hérésies*, Arthème Fayard, Paris, 1956.

COMBESQUE, M., *Introdução aos direitos do Homem*, Ed. Terramar Lda., Lisboa, 1998.

COMBY, J., *Para ler a História da Igreja – Das origens até ao século XV*, Perpétuo Socorro, Porto, 1988.

COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE NA EDUCAÇÃO, *Marcos históricos dos direitos do homem*, C.P.D.H.I.E, Lisboa, Vol. 1.

CUNHA, M. F., *Reforma e Contra-Reforma*, Quimera, Lisboa, 2002.

DELORS, J., *Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI*, ASA, Porto, 1996.

DONINI, A., *História do cristianismo: das origens a Justiniano*, Ed. 70, Lisboa, 1988.

DUQUE, J. M., “Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade”, *Comunicação & Cultura* 11 (2011), 19-35.

ERIKSON, E., *Infância e Sociedade*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

EUSÉBIO DE CESAREIA, “História Eclesiástica” (Livro V, ITENS 1-63), in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, Secretariado Nacional de Liturgia, Fátima, 2015, 331- 338.

FOSSION, A., *Dieu Désirable: Proposition de la foi et initiation*, Lumen Vitae, Bruxelas, 2010.

FUNDAÇÃO AIS, *Relatório 2016 sobre a liberdade religiosa no mundo*, Fundação AIS, Lisboa, 2016.

GOMES, M. SATURINO, “Liberdade religiosa: algumas questões”, *Didaskalia* 33 (2003), 257-281.

GOUVEIA, J. B.; GOMES, M. S. C.; LOJA, F. S., *Direito da Religião: textos fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

HALBWACHS, M., *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, Paris, 1994.

JUNQUEIRA, S. A., “Por que ensinar «Ensino Religioso» na escola? uma identidade pedagógica...”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 12 (2007), 141-148.

LAMELAS, I., “O cristão e a Res publica: lições da história mais antiga”, *Revista Lusófona de Ciências das Religiões* 16/17 (2012), 313-330.

LATREILLE, A., *L'Église Catholique et la Révolution Française*, vol. 1, Hachette, Paris, 1946-1950.

LIÉBAERT, J., *Os Padres da Igreja: século I a IV*, Vol. 1, Ed. Loyola, São Paulo, 2004.

LIENEMANN-PERRIN, C., *Missão e diálogo inter-religioso*, Sinodal, CEBI, São Leopoldo, 2005.

MARQUES, J., “A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio”, *Revista da FLUP: História* 7 (1990), 9-34.

MARTIN, P., *Pessoas Felizes. A natureza da felicidade e as suas origens na infância*, Bizâncio, Lisboa, 2006.

MARTINA, G., *La chiesa nell'età dell'assolutismo del liberalismo del totalitarismo*, Morcelliana, Brescia, 1970.

MARTINS, A. M., “Recepção em Portugal das encíclicas: *Mirari vos*, *Quanta cura* e *Immortale dei*”, *Lusitânia Sacra* 1 (1989), 41-80.

MAYMARD, U., *Mgr Dupanloup et son historien*, Société générale de Librairie Catholique, Paris, 1884.

MEDINA, J., “O papa entre Antígona e Creonte-Pio XI e a condenação do nazismo. A encíclica "Mit brennender Sorge" (14-03-1937)”, *Humanística e Teologia* 23 (2002), 3-29.

MENDES PINTO, P., “O ensino da Religião na Escola Laica uma leitura do “Relatório Debray”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 16/17 (2012), 11-30.

MILLET, M., “Qu’est-ce que la papauté avignonnaise ?”, *Lusitânia Sacra* 22 (2010), 17-24.

MIRANDA, J., *As constituições portuguesas de 1822 ao texto atual da constituição*, Livraria Petrony, Lisboa, 1997.

MIRANDA, J., “Liberdade religiosa, igrejas e estado em Portugal”, *Nação e Defesa* 39 (Jul-Set 1986), 118-136.

MIRANDA, J., “Sobre a lei de separação do Estado da Igreja de 1911”, *Direito e Justiça*, vol. especial 1 (2013),

MIRANDA, J., *Textos históricos de Direito Constitucional*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

MOITA, F., “A Missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, *Pastoral Catequética* 26, (2013), 53-74.

MURRAY, J. C., et al, *La Liberté religieuse, exigence spirituelle et problème politique*, Ed. Du Centurion, Paris, 1965.

NICHOLAS, D., *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999.

NUNES, T. S., “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica”, *Pastoral Catequética* 5 (2006), 75-80.

OBSERVATORY IN INTOLERANCE AND DISCRIMINATION AGAISNT CHRISTIAN IN EUROPE, *Report 2018*.

PALMA, A., *Identidade vocacional na adolescência - Família, Escola, Género e Estatutos de Identidade* (Tese de Mestrado), Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2008.

PEDRINHO, D., “Competência Científica e Competência Educativa do Professor de Educação Moral e Religiosa Católica”, *Pastoral Catequética* 21/22 (setembro 2011- abril 2012), 21-36.

PLÍNIO O MOÇO, “Cartas” – Carta 96, in *Antologia Litúrgica: Textos litúrgicos, patrísticos e canónicos do primeiro milénio*, Secretariado Nacional de Liturgia, Fátima, 2015, 116.

POLICARPO, J., “A Escola tem futuro? A dinâmica da Esperança”, *Pastoral Catequética* 23 (2012), 11-26.

QUEIROZ E MELO, R., “O novo estatuto do ensino particular e cooperativo: um novo paradigma de autonomia e regulação”, *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público* 1 (2014), 60-97. Consultado em www.scielo.mec.pt a 15.05.2017.

RAMALHO, T. (coord.), *Atas do II Colóquio Luso-Italiano sobre Liberdade Religiosa - A intolerância religiosa no mundo: estado da questão*, FDUP, Porto, 2017, 124-129.

RAMOS, R., *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal*, vol. 6, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

REBELO de SOUSA, M.; ALEXANDRINO, J. M., *Constituição da República Portuguesa comentada*, Lex, Lisboa, 2000.

RILEY-SMITH J., *The atlas of the crusades*, Times Books, Londres, 1991.

SÁ CARVALHO, C. de, *Psicologia*, Curso Geral de Formação de Catequistas, SNEC, Lisboa 2004.

SAMPAIO BARBOSA, D., “Evolução do conceito de liberdade religiosa”, in *Atas das V Jornadas de Direito Canónico*, Centro de Estudos de Direito Canónico [da] Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1997, 15-27.

SAMPAIO BARBOSA, D., “O testemunho dos mártires ontem e hoje”, *Communio* 5 (1998), 421-433.

SANTOS, A. F. dos, “O Professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional”, *Pastoral Catequética* 21/22, (setembro 2011–abril 2012), 9-19.

SANTOS, A. F. dos, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Apresentação*, Edição de 2014, I-VII.

SARAIVA, A. J., *Inquisição e Cristãos Novos*, Estampa, Lisboa, 1985.

SERRALHEIRO, D., *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Editora Rei dos Livros, Lisboa 1990.

STILWELL, P., *Caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja. Documentos de 1891 a 1991*, Editora Rei dos Livros, Lisboa 2002.

TORGAL, L. R., *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*, vol. 1, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

UNICEF – COMITÉ PORTUGUÊS, *Convenção sobre os Direitos da Criança*, Comité Português para a UNICEF, Lisboa, 2000.

VIEIRA, R., *Intolerância contra os Cristãos na Europa e Liberdade de Proselitismo, Hoje*, (Tese de Mestrado), Porto, 2012.

VILANOVA, E., “A actualidad del Vaticano II a los 40 años de su clausura, en el cambio de siglo”, *Vida Nueva* 2.497 (03.12.2005), 23-30.

VLOET, J. Van der, “Religião, Espiritualidade e Educação”, *Communio* 4 (2006), 411-421.

- Webgrafia

CONSELHO DA EUROPA, *Protocolo adicional à convenção de protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais*. Consultado em www.gddc.ministeriopublico.pt a 30.05.2017.

ECCLESIA, *Direitos Humanos: Cristo-Rei ilumina-se de vermelho para lembrar perseguição aos cristãos*. Consultado em www.agencia.ecclesia.pt a 08.01.2019.

FUNDAÇÃO AIS, *Relatório da liberdade religiosa*. Consultado em <https://religious-freedom-report.org/pt/home-pt/> a 03.01.2019.

FUNDAÇÃO AIS, *Vídeo do Papa - Pelos Cristãos perseguidos*. Disponível em www.youtube.com.


ANEXOS

ANEXO 1

PLANIFICAÇÃO DE NÍVEL 4 - AULA 1 DA UL1 “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA” E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Nível: 9.º ano **Unidade Letiva:** A Dignidade da Vida humana **Lição:** 2 (aula 1 da U.L.) **Data:** 27/09/2016 **Ano Letivo:** 2016/17

Sumário: Realização de uma dinâmica de avaliação diagnóstica. Introdução à Unidade Letiva nº 1: “A Dignidade da Vida Humana”. O valor da pessoa humana.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana.	1. Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	A definição de dignidade e vida. O valor da pessoa humana: vida e dignidade.	Acolhimento aos alunos.		2’	
			Registo do sumário da aula.	Caderno diário e material de escrita	3’	
			Avaliação diagnóstica através de atividade lúdica.	Questionário (anexo 03)	15’	- Participação oral - Desempenho - Assertividade
			Reflexão sobre o título da Unidade Letiva 1. - Chuva de ideias sobre a palavra dignidade e vida. 1) Recolha de palavras sobre o que os alunos entendem por dignidade. 2) Apresentação de um filme sobre a dignidade	Quadro Computador e projetor Vídeo (anexo 04)	15’	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
			Síntese sobre o valor da pessoa humana: 1) Dinâmica da nota para demonstrar aos alunos que são únicos e que cada vida é especial 2) Diálogo com os alunos	Nota de 50€ Texto do manual (anexo 05)	8’	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
			Despedida.		2’	

Proposta de síntese da aula: Pelo simples facto de ser humana, a pessoa goza de um valor único e merece todo o respeito.

Anexo 03

Folha A5 de Avaliação diagnóstica

Ficha de avaliação diagnóstica constituída por doze afirmações relativas aos conteúdos trabalhados no ano anterior. Os alunos devem ler cada uma delas com atenção e responder verdadeiro ou falso, colocando a cruz no V (de verdadeiro) e no F (de Falso).

Esta ficha de Avaliação diagnóstica tem como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos no ano letivo anterior pelos alunos.

Anexo 04

Vídeo

Episódio de uma série produzida pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas para explicar os direitos humanos de forma simples e didática. Neste segundo episódio, vê-se a situação de Filipe, caloiro de Medicina que é praxado ao ingressar na Universidade e sente-se tão humilhado que acaba por abandonar os estudos.

https://www.youtube.com/watch?v=z0C-_joJgYA

A apresentação deste vídeo tem como objetivo explicar de forma simples aos alunos o que é a dignidade humana e o que significa dizer que as pessoas possuem dignidade humana. Além disso, descobre-se que características e valores esse conceito engloba.

Anexo 05

Texto oriundo da página 09 do manual de E.M.R.C. do 9.º ano de escolaridade

Texto que serviu de base para a realização da dinâmica sobre o valor da pessoa humana.

O objetivo é demonstrar aos alunos que são únicos e que cada vida é especial e é digna de respeito.

Anexos da Lição nº 2

Sandra Duarte



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS

Avaliação Diagnóstica de EMRC - 9.º ano

161639

Nome: _____ Nº__Turma: __

Lê com atenção e responde verdadeiro ou falso às seguintes questões, colocando a cruz no V (de verdadeiro) e no F (de Falso).


Nº		V	F
1	A amizade é uma necessidade vital.		
2	Os três ramos do cristianismo são: Catolicismo, Ortodoxismo e Protestantismo.		
3	A Liberdade, em sentido cristão, é a capacidade de escolher o bem.		
4	Martinho Lutero é o fundador da Ortodoxia.		
5	A relação da humanidade com o ambiente natural deve ser pautada pelo valor do respeito.		
6	A liberdade não exige responsabilidade.		
7	A Quercus é uma associação de caráter ambiental.		
8	A sexualidade é uma componente fundamental da personalidade.		
9	Baden Powell foi o fundador da Greenpeace.		
10	O cristianismo é herdeiro do Judaísmo.		
11	A pedofilia é uma das vivências problemáticas da sexualidade.		
12	A dependência do telemóvel é um sinal de autodestruição da liberdade.		
Respostas certas: _____		Respostas erradas: _____	

ANEXO 2

PLANIFICAÇÃO DE NÍVEL 4 - AULA 2 DA UL1 “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA” E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Nível: 9.º ano Unidade Letiva: A Dignidade da Vida humana Lição: 3 (aula 2 da U.L.) Data: 04/10/2016 Ano Letivo: 2016/17

Sumário: A vida: dádiva de Deus e primordial direito humano.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação formativa
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana.	1. Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	A definição de dignidade e vida.	Acolhimento aos alunos.	Caderno diário	2’	- Participação oral - Desempenho
			Registo do sumário da aula.		2’	
		A vida como dádiva de Deus	Diálogo sobre a dignidade: recapitulação da aula anterior.	2 embrulhos (um com um globo terrestre, outro com a palavra VIDA)	3’	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
			Reflexão com os alunos para demonstrar que o planeta Terra e a vida são dádivas de Deus. 1) Apresentação dos dois embrulhos; 2) Os alunos devem adivinhar o que contém cada um; 3) Diálogo sobre cada um dos objetos.		4’	
		Declarações de direitos	Reflexão conjunta através de diálogo. 1) Explicação da tarefa; 2) Apresentação dos três objetos que remetem para o Juramento de Hipócrates, a DUDH e a Constituição da República Portuguesa; 3) Visionamento de um <i>Powtoon</i> sobre três declarações de direitos importantes: Juramento de Hipócrates, a DUDH. e a Constituição da República Portuguesa;	Mala de médico, agenda com a data de 10 de dezembro sublinhada e cachecol de Portugal Computador e projetor <i>Powtoon</i> (anexo 06)	13’	- Participação oral - Envolvimento na atividade - Comportamento

		O valor da vida nas religiões.	<p>4) Projeção de um filme sobre os três primeiros artigos da DUDH.</p> <p>Trabalho de grupo através de diálogo com os alunos.</p> <p>1) Explicação da tarefa;</p> <p>2) Apresentação de cinco objetos que remetem para cinco religiões.</p> <p>3) Cada aluno associa cada um à religião correspondente;</p> <p>4) Visionamento de filme recapitulativo com frases tiradas do Manual.</p> <p>Jogo recapitulativo dos conteúdos da aula.</p> <p>1) Explicação da tarefa e constituição das equipas;</p> <p>2) Projeção de uma frase (texto religioso ou trecho de um documento de direitos);</p> <p>3) Cada equipa deve identificar a religião ou o texto</p> <p>4) Correção oral do exercício</p> <p>Despedida.</p>	<p>Vídeo (anexo 07)</p> <p>Kipá, Terço, Alcorão, Budá e elefante.</p> <p>Computador e projetor</p> <p><i>Powtoon</i> (anexo 08)</p> <p>Computador e projetor</p> <p>PPT (anexo 09)</p>	<p>13'</p> <p>6'</p> <p>2'</p>	<p>- Participação oral</p> <p>- Envolvimento na atividade</p> <p>- Assertividade</p> <p>- Comportamento</p> <p>- Participação oral</p> <p>- Envolvimento na atividade</p> <p>- Assertividade</p> <p>- Comportamento</p>
--	--	--------------------------------	--	--	--------------------------------	---

Proposta de síntese da aula: A vida: dádiva de Deus e primordial direito humano.

Anexo 06

Apresentação em *Powtoon*

Apresenta diferentes declarações de direitos que defenderam a vida como um bem primordial: Juramento de Hipócrates, a D.U.D.H. e a Constituição da República Portuguesa.

O objetivo deste *Powtoon* é mostrar aos alunos que a dignidade da vida humana é um valor partilhado pelas várias civilizações que a consideram como um dom a respeitar e a preservar.

Anexo 07

Vídeo

Trecho de um vídeo do *Youtube* (<https://www.youtube.com/watch?v=RNfluGQYeTQ>) sobre os 30 artigos da DUDH. Aqui, cingimo-nos apenas aos três primeiros artigos:

“1. Todos Nascemos Livres e Iguais. Nascemos todos livres. Todos temos os nossos pensamentos e ideias. Deveríamos ser todos tratados da mesma maneira.

2. Não Discrimine. Estes direitos são de todos, independentemente das nossas diferenças.

3. O Direito à Vida. Todos temos o direito à vida, e a viver em liberdade e segurança.”
O objetivo deste filme é tornar mais real aos olhos dos alunos a importância da D.U.D.H. no nosso quotidiano.

Anexo 08

Apresentação em *Powtoon*

Expõe o valor da vida humana nas diferentes religiões: hinduísmo, budismo, islamismo, judaísmo e cristianismo através de frases tiradas dos seus textos sagrados. A elaboração deste material didático teve como base o Manual de E.M.R.C. (pp.14-15).

O objetivo deste *Powtoon* é dar a entender aos alunos que as religiões, por mais diferentes que sejam, exaltam o valor da vida e da dignidade humana apelando ao respeito pela pessoa.

Anexo 09

Jogo sob forma de Power Point

São projetadas frases tiradas de declarações de direitos ou de textos sagrados de uma das cinco religiões. Em equipa de dois, os alunos terão que associar cada frase a um texto (Juramento de Hipócrates, DUDH. ou Constituição da República Portuguesa) ou a uma religião.

O objetivo desta atividade lúdica é avaliar se os conteúdos da aula foram adquiridos pelos alunos.

Anexos da Lição nº 3


Sandra Duarte

ANEXO 3

PLANIFICAÇÃO DE NÍVEL 4 - AULA 3 DA UL1 “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA” E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Nível: 9.º ano **Unidade Letiva:** A Dignidade da Vida humana **Lição:** 4 (aula 3 da U.L.) **Data:** 11/10/2016 **Ano Letivo:** 2016/17

Sumário: Os atentados à dignidade humana. Alguns grupos em desvantagem social.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana. M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	1. Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	Declarações de direitos O valor da vida nas religiões.	Acolhimento aos alunos. Registo do sumário da aula. Diálogo sobre a vida como valor primordial nas religiões e em vários códigos de direito: recapitulação da aula anterior. Recapitulação da matéria dada desde o início da Unidade Letiva 1 através da visualização de um <i>Prezi</i> .	Caderno diário Computador e projetor <i>Prezi</i> (anexo 10)	2' 2' 5'	- Comportamento
	2. Compreender o valor da vida.	Atentados à dignidade humana	Reflexão através de diálogo: 1) Projeção da frase: “A vida é um bem inestimável. Mas a História da Humanidade está repleto de contínuos atentados à vida humana e de brutais violências contra o ser humano.” (manual p. 21); 2) Identificação pelos alunos de alguns atentados à dignidade humana.	Computador e projetor	7'	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos	Atentados à dignidade humana	Pesquisa em jornais atuais: 1) Explicação da tarefa e formação de grupos de 2 alunos; 2) Distribuição a cada grupo de um jornal recente; 3) Cada grupo pesquisa e encontra uma notícia onde é feita	Jornais recentes	15'	- Envolvimento na atividade - Assertividade - Comportamento

	minoritários em desvantagem social.		referência a um atentado à dignidade humana; 4) Cada grupo recorta o artigo escolhido; e) Cada grupo apresenta a notícia aos colegas e justifica a sua escolha.	Quadro e giz		
		Grupos em desvantagem social. Os grupos minoritários ou “não produtivos”.	Reflexão orientada através de questões sobre as notícias encontradas e selecionadas pelos alunos: 1) Identificaram alguns grupos mais atingidos que outros? 2) Pedir aos alunos para identificar os grupos mais atingidos nas notícias escolhidas? Quais são? 3) Como explicam isso? Síntese. Completa-se a apresentação em <i>Prezi</i> , mais propriamente o slide sobre os atentados à dignidade humana. Despedida.		10’	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
				Computador e projetor Prezi (anexo 10)	2’	- Comportamento
					2’	

Proposta de síntese da aula: A vida é um bem inestimável mas é objeto de atentados diários que atingem na maioria dos casos grupos em desvantagem social (crianças, idosos, mulheres, entre outros.)

Anexo 10

Apresentação em *Prezi*

Recapitula os conteúdos da Unidade Letiva 1 lecionada desde o início do ano: o dom supremo da vida humana; a vida como dádiva de Deus e primordial direito humano e atentados à dignidade humana.

O objetivo deste material didático é mostrar aos alunos o percurso percorrido até à data da aula. Este *Prezi* também permite sintetizar a matéria da aula sobre os atentados à dignidade humana.

Anexos da Lição nº4

Sandra Duarte

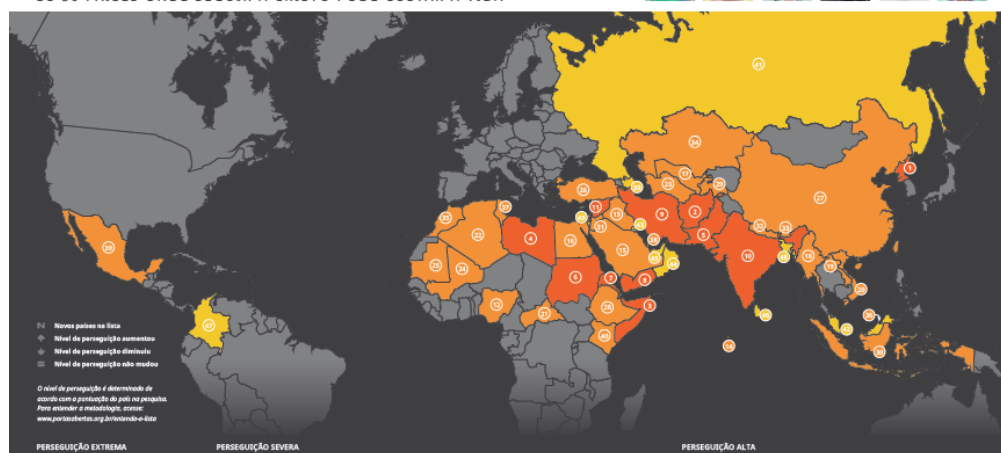
SUGESTÕES PARA O MANUAL DE 9.º ANO

Cristãos discriminados e perseguidos

Desde os primórdios do cristianismo, os seguidores de Cristo foram vítimas de perseguições. Atualmente ainda se verificam situações de discriminação, intolerância, tortura e assassinatos em vários países do mundo. Alguns crentes são impedidos de professar a sua fé livremente.



LISTA MUNDIAL DA PERSEGUIÇÃO 2019
OS 50 PAÍSES ONDE SEGUIR A CRISTO PODE CUSTAR A VIDA



- | | | | | |
|-------------------|-------------------|------------------------------|----------------|--------------------------|
| 1 Coreia do Norte | 17 Síria | 33 República Centro-Africana | 41 Jordânia | 49 Rússia |
| 2 Afeganistão | 18 Nigéria | 34 Argélia | 42 Nepal | 50 Malásia |
| 3 Somália | 19 Iraque | 35 Turcomenistão | 43 Butão | 1 Kuwait |
| 4 Líbia | 20 Maldivas | 36 Mali | 44 Cazaquistão | 2 Omã |
| 5 Paquistão | 21 Arábia Saudita | 37 Mauritânia | 45 Marrocos | 3 Emirados Árabes Unidos |
| 6 Sudão | 22 Egito | 38 Turquia | 46 Brunei | 4 Sri Lanka |
| 7 Eritreia | 23 Uzbequistão | 39 China | 47 Tunísia | 5 Colômbia |
| 8 Iêmen | 24 Mianmar | 40 Etiópia | 48 Catar | 6 Bangladesh |
| 9 Irã | 25 Laos | 41 Tajiquistão | 49 México | 7 Territórios Palestinos |
| 10 Índia | 26 Vietnã | 42 Indonésia | 50 Quênia | 8 Azerbaijão |

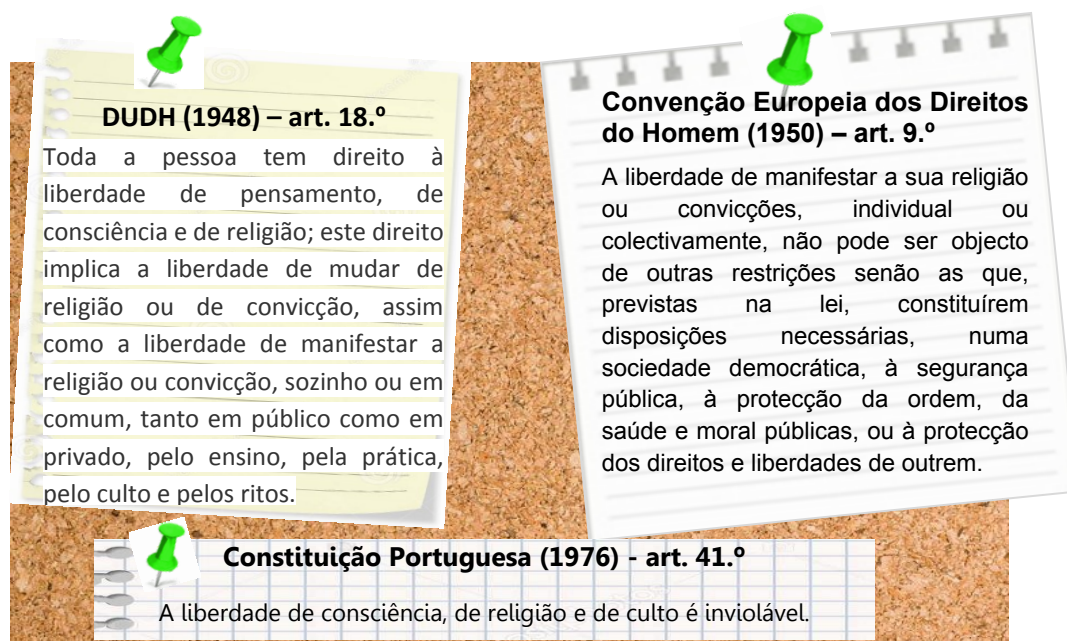
A limitação ou privação de liberdade religiosa é um atentado à DIGNIDADE HUMANA porque a dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana.



TAREFA

Procura notícias atuais sobre perseguições aos cristãos.

A liberdade religiosa é um direito fundamental. Em consequência, as instituições políticas elaboraram documentos para a proteger.



Em várias ocasiões, os papas exaltaram a importância da liberdade religiosa, como coração dos direitos humanos, e denunciaram as discriminações e perseguições perpetradas contra os cristãos.



Existem vários movimentos e associações que oprim para garantir a liberdade religiosa para todos. Entre eles, destaca-se a **Fundação Igreja que Sofre**. Esta organização dependente da Santa Sé foi fundada em 1947 pelo padre Werenfried van Straaten, tem por objetivo apoiar projetos de cunho pastoral em países onde a Igreja Católica está em dificuldades.

A Fundação mantém atualizado um Observatório da Liberdade Religiosa no mundo. Podes conhecer melhor em www.fundacao-ais.pt




ANEXO 5

PLANIFICAÇÃO 1 - “LECIONAÇÃO DO CONTEÚDO - «CRISTÃOS PERSEGUIDOS»” E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Nível: 9.º ano Unidade Letiva: A Dignidade da Vida humana Lição: / Data: 11 de novembro Ano Letivo: /

Sumário: A perseguição aos cristãos: um atentado à liberdade religiosa. Visita à exposição.

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação Formativa
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	As perseguições aos cristãos como atentado à dignidade humana Conceitos de liberdade religiosa, intolerância, discriminação e perseguição.	Acolhimento aos alunos.		3’	
			Exposição de imagens e fotografias 1) Chegada à sala onde está colocado na porta o cartaz de uma exposição cujo tema é desconhecido 2) O professor coloca-se na pele do guia da exposição 3) Distribuição de um bilhete a cada aluno à entrada da sala 4) Recapitulação da aula anterior. 5) Observação livre das imagens e fotografias	Anexo 5.1 Tee-shirt (Anexo 5.2) Anexo 5.3 Anexo 5.4	9’	- Participação oral - Desempenho - Comportamento
			A caixa “Participação livre e consciente” 1) Explicação da tarefa 2) Abertura da caixa de contributos e distribuição dos cartões 2) Cada aluno lê em voz alta a ideia do colega 4) Reflexão conjunta orientada pelo professor 5) Leitura de um texto do manual.	Caixa Caneta e cartões Manual	12’	- Envolvimento na atividade - Comportamento

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana. E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo. M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do cotidiano.	1. Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	As perseguições religiosas no mundo.	Observação e análise de um mapa interativo 1) Observação do mapa 2) Diálogo com os alunos	Computador e projetor Anexo 5.5	10'	- Participação oral - Assertividade - Comportamento
	5. Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.	Declarações de direitos	Declarações de direitos 1) Identificação de três bandeiras: Portugal, União Europeia e ONU. 2) Leitura em voz alta das declarações de direitos sobre liberdade religiosa 3) Reflexão conjunta	Anexo 5.6	4'	- Envolvimento na atividade - Participação oral - Envolvimento na atividade - Participação oral
	6. Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.	A Igreja Católica na promoção da liberdade religiosa	Vídeo com mensagem do papa Francisco 1) Visionamento do filme 2) Diálogo sobre o conteúdo do vídeo 3) Apresentação da Fundação AIS	Anexo 5.7	5'	- Comportamento
			Conclusão-síntese da visita e despedida 1) Distribuição a cada aluno de um cartão com o título do sumário. 2) No verso do cartão, está escrito: “Para saber mais, descarrega a aplicação Actionbound! Aceitas esse desafio?”	Anexo 5.8	2'	

Proposta de síntese da aula: A perseguição aos cristãos é um atentado à dignidade humana porque restringe a liberdade religiosa.

ANEXO 5.1

Cartaz da exposição



ANEXO 5.2

Tee-shirt da Fundação AIS



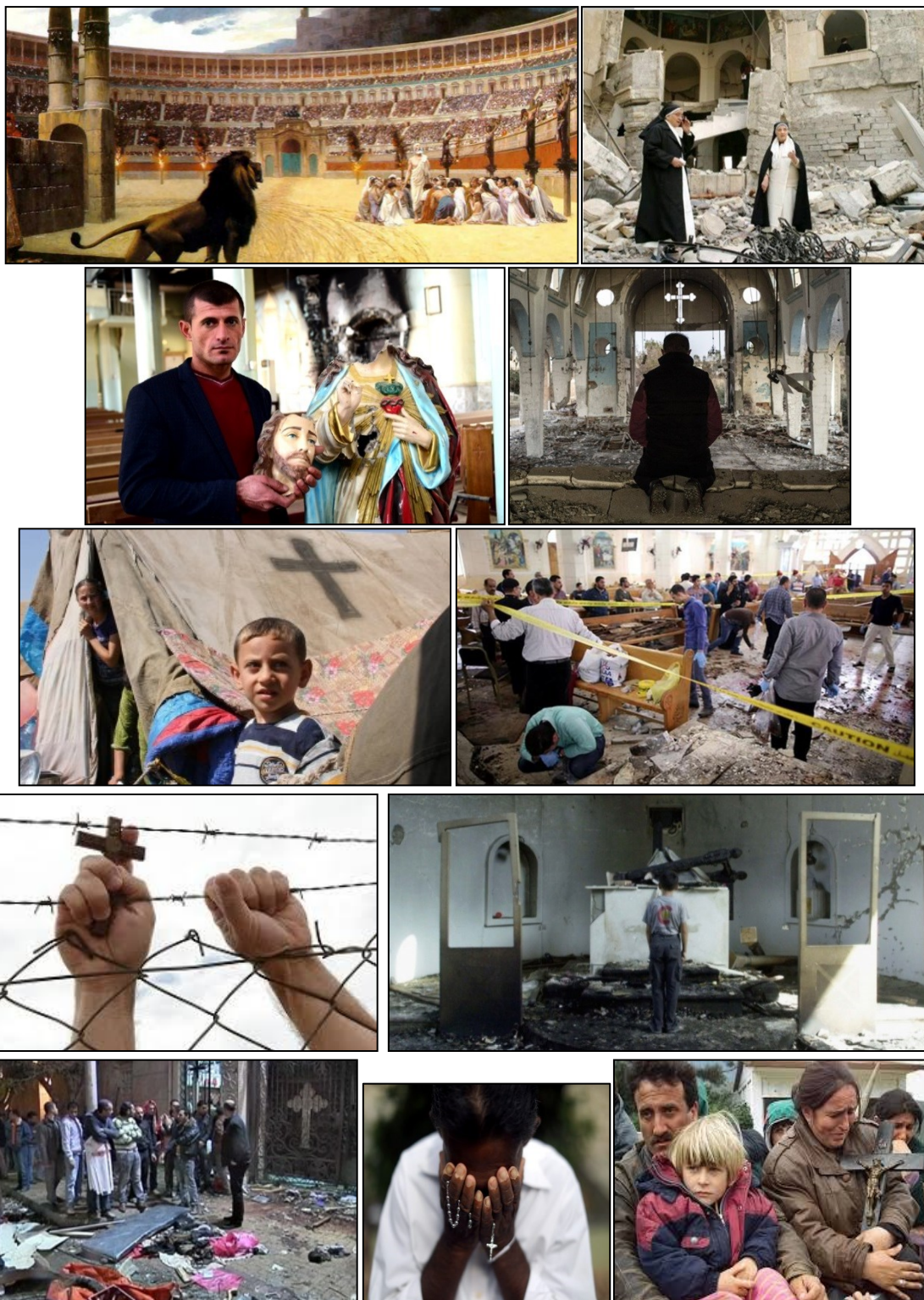
ANEXO 5.3

Bilhete de entrada



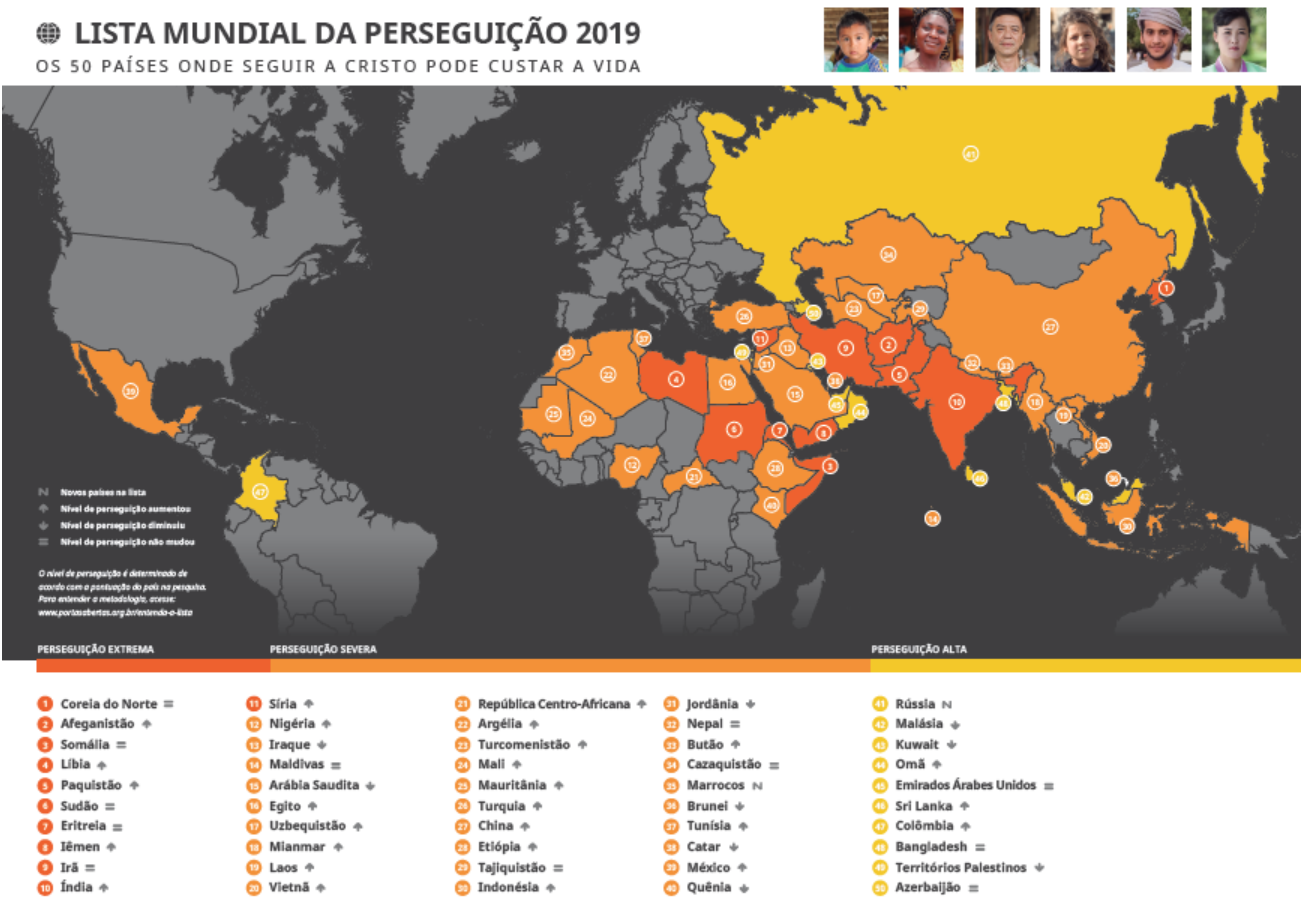
ANEXO 5.4

Imagens e fotografias da exposição



ANEXO 5.5

Mapa interativo sobre as perseguições aos cristãos





ANEXO 5.6

Bandeiras e declarações de direitos

	<p>D.U.D.H. (1948) - art. 18.º</p> <p>Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.</p>
	<p>Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) – art. 9.º</p> <p>A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem.</p>
	<p>Constituição Portuguesa (1976) - art. 41.º</p> <p>A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.</p>

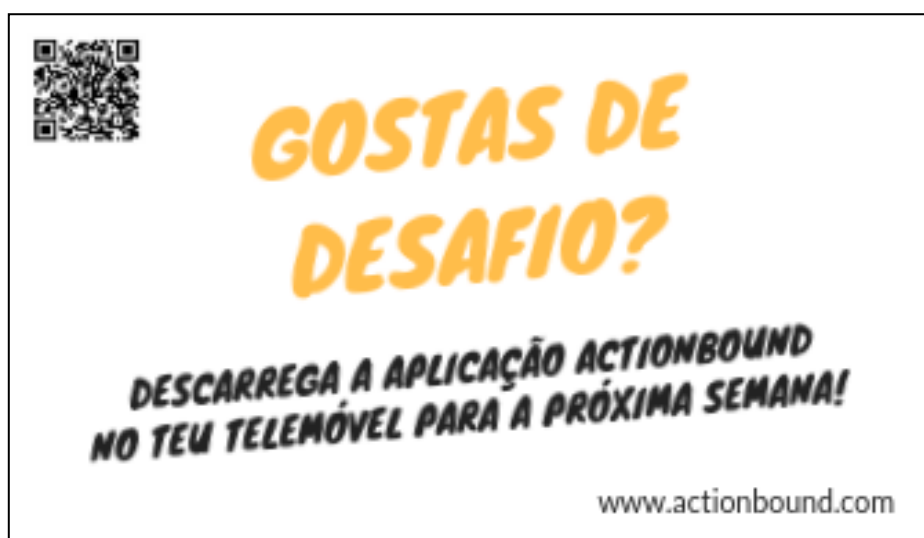
ANEXO 5.7

Vídeo do papa Francisco



ANEXO 5.8

Cartão síntese




ANEXO 6

PLANIFICAÇÃO 2 - “LECIONAÇÃO DO CONTEÚDO - «CRISTÃOS PERSEGUIDOS»”

Nível: 9.º ano Unidade Letiva: A Dignidade da Vida humana Lição: / Data: / Ano Letivo: /

Sumário: A perseguição aos cristãos: um atentado à liberdade religiosa: continuação. Peddy-paper

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino-aprendizagem	Materiais		Avaliação Formativa
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da vida humana. E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	As perseguições aos cristãos como atentado à dignidade humana	Acolhimento aos alunos.	Telemóvel Caneta Manual Bíblia Mochila	3’	- Envolvimento na atividade - Comportamento - Atitude colaborativa com os pares.
	1. Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	As perseguições religiosas no mundo.	Peddy-paper - Actionbound: - Explicação da dinâmica; - Constituição de equipas de três elementos e escolha dos nomes; - Saída da sala de aula para o peddy-paper;		30’	
	5. Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.	Declarações de direitos				
	6. Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.	A Igreja Católica na promoção da liberdade religiosa	Regresso à sala de aula, projeção dos resultados e diálogo sobre a atividade. Despedida		10’	
					2’	- Participação oral - Comportamento

Proposta de síntese da aula: A liberdade religiosa só poderá ser uma realidade se colaborarmos uns com os outros na construção de um mundo mais fraterno e respeitoso dos direitos humanos.